

UNIVERSIDADE VILA VELHA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL) E A AGENDA NEOLIBERAL:
TRAJETÓRIA AO PODER E PROJEÇÃO SOCIAL**

TATIANE MORAES BRAGA

VILA VELHA
ABRIL/2019

UNIVERSIDADE VILA VELHA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL) E A AGENDA NEOLIBERAL:
TRAJETÓRIA AO PODER E PROJEÇÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Mestrado em Sociologia Política para a obtenção do título de Mestra em Sociologia Política.

TATIANE MORAES BRAGA

VILA VELHA
ABRIL/2019

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

B813m Braga, Tatiane Moraes.
Movimento Brasil Livre (MBL) e a agenda neoliberal: trajetória
ao poder e projeção social / Tatiane Moraes Braga. – 2019.
124 f.

Orientador: Vitor Amorim de Angelo.
Dissertação (mestrado em Sociologia Política) -
Universidade Vila Velha, 2019.
Inclui bibliografias.

1. Sociologia Política. 2. Neoliberalismo. I. Angelo, Vitor
Amorim de. II. Universidade Vila Velha. III. Título.

CDD 306.2

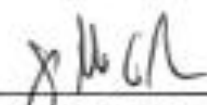
TATIANE MORAES BRAGA

**MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL) E A AGENDA NEOLIBERAL:
TRAJETÓRIA AO PODER E PROJEÇÃO SOCIAL**

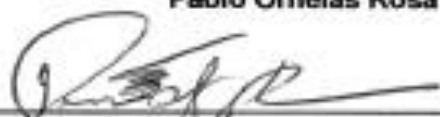
Dissertação apresentada à Universidade
Vila Velha, como pré-requisito do
Programa de Mestrado em Sociologia
Política para a obtenção do título de Mestre
em Sociologia Política.

Aprovada em 03 de abril de 2019,

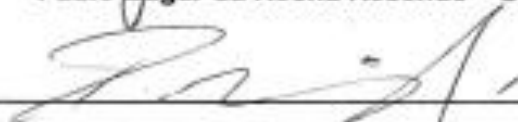
Banca Examinadora:



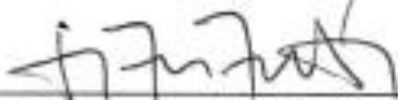
Pablo Ornelas Rosa - UVV



Paulo Edgar da Rocha Resende - UVV



Pedro Ernesto Fagundes - UFES



Vitor Amorim de Angeló - UVV

Orientador

Ao Cadu, meu filho.

AGRADECIMENTOS

Quando decidi iniciar esse mestrado, o meu desejo era voltar a estudar e vivenciar uma pesquisa sobre o atual momento político que vivíamos. Mas a primeira interrogação veio por causa do meu filho, Cadu, ainda com um ano de idade. Minha preocupação era se ele seria prejudicado com a minha possível falta de tempo, ausência, preocupações. Mas logo em seguida, constatei: por ele eu deveria seguir em frente, me dedicar aos sonhos e me tornar um exemplo. Assim eu fiz e por nenhum momento, nessa trajetória, me arrependi. Ainda me lembro da motivação que senti quando ele disse ao me ver na mesa da sala cheia de livros: “Mãe, você não leu nenhum livro, hoje!”. Já estava acostumado com a minha rotina.

Mas nesse caminho contei com muitas outras motivações e ajuda também. Não foi fácil levar o mestrado com a minha rotina de âncora do telejornal da manhã, acordando às quatro horas da madrugada e depois arrumando energia para estudar a tarde e à noite. Mas a minha mãe estava ali, me ajudando com o Cadu, me amparando, interessada em entender o que eu estava fazendo e sempre terminando a conversa com: “Vai dar tudo certo!”. Ao meu pai e irmãos, agradeço o companheirismo e apoio para seguir em frente.

Os amigos também entraram na dança do mestrado comigo. Tatá, amiga-irmã, que não me deixou abandonar a atividade física, o que me ajudou muito a manter a saúde e a cabeça boa para estudar. Com uma mistura de suor e ombro amigo ela escutou e apoiou me ajudando a seguir em frente. Gratidão à Suely que na análise me ensinou a fazer análise dos autores, dos fatos, das opiniões e da vida. Isso, já no fim do processo, deixou tudo mais claro e prazeroso. Contei também com a contribuição do amigo Abdo em nossas conversas de tempo contado - “tem 10 minutos?” - que me faziam refletir sobre os mais variados temas: trabalho, família, política, religião, e me ajudaram a entender a relação entre o que eu acredito e a minha pesquisa.

Muitos outros amigos me ajudaram ao longo desses dois anos, seja entendendo a minha ausência ou compartilhando comigo ideias sobre o tema como o Daniel, o Henrique e o Pablo. Aos colegas de curso, ficará na memória os momentos de trocas, de dúvidas e de apoio. Ganhei amigos entre estes e até uma sócia.

Agradeço também o meu orientador, quem eu já admirava como pesquisador e passei a admirar também como pessoa, apesar dele achar que vivo tentando arrancar informações privilegiadas. Se tornou um amigo que me incentivou e me conduziu pelo caminho da pesquisa a ponto de hoje eu dizer que quero continuar a percorrê-lo.

Ao Vini, agradeço à compreensão das minhas ansiedades, o interesse na minha pesquisa - que me levou inclusive a novas fontes importantes nessa trajetória - e, sobretudo, ao carinho, que foi um bálsamo nos momentos difíceis.

Por último, e acima de tudo, gratidão à Deus que atendeu as minhas inúmeras preces ao longo dessa caminhada e me deu forças para chegar até aqui.

E eu cheguei!

RESUMO

BRAGA, Tatiane Moraes, M.Sc., Universidade Vila Velha - ES, abril de 2019.
Movimento Brasil Livre (MBL) e a agenda neoliberal: trajetória ao poder e projeção social. Orientador: Vitor Amorim de Angelo.

O trabalho tem como objetivo identificar as motivações do Movimento Brasil Livre, MBL, ao defender a implantação de uma agenda neoliberal no Brasil. A partir do contexto social vivido pelo país desde as manifestações iniciadas em 2013, verificamos o fortalecimento da defesa de ideias neoliberais capitaneado por movimentos jovens, dos quais se destaca o MBL. Nesse sentido, o trabalho sustenta a ideia de que os jovens integrantes desse grupo acompanham um movimento mundial de disseminação das ideias neoliberais em busca de poder e projeção social. Para tanto, identificamos as raízes do neoliberalismo e a atuação dos think tanks como defensores de tais ideias. Sendo esses a base do MBL, analisamos então as estratégias de atuação desse movimento social e a sua trajetória até os dias atuais. Na realização do trabalho foram usadas fontes documentais, cobertura midiática dos fatos e entrevistas semiestruturadas com os integrantes do MBL e dos institutos liberais.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Brasil Livre; MBL; neoliberalismo

ABSTRACT

BRAGA, Tatiane Moraes, M.Sc., Universidade Vila Velha - ES, April 2019.
Brasil Livre Movement (MBL) and neoliberal agenda: trajectory to power and social projection. Adviser: Vitor Amorim de Angelo.

The purpose of this study is to identify the motivations of the Brasil Livre Movement (Movimento Brasil Livre, MBL) as it defends the implementation of a neoliberal agenda in Brazil. In light of the social context of the country since the 2013 demonstrations, we verify a growing support of neoliberal ideas by youth movements, of which the MBL stands out. In that regard, this study supports that these groups follow a global movement that disseminates neoliberal ideas as a means to achieve power and social projection. To that end, we identify the roots of neoliberalism as well as the work of think tanks in support of such ideas. Considering that these ideas are the basis of the MBL, we analyze the strategy of this social movement and its course until the present days. For this study, we used different sources including documents, media coverage and semi-structured interviews with members of the MBL and liberal institutes.

KEY WORDS: Brasil Livre Movement; MBL; neoliberalism

*Sou MBL
Sou do movimento
Que é libertador
Que derruba governo
É um rolo compressor!*

*Oôoôo MBL, coxinha!
Oóoôo MBL, reaçã!
Oôoôo MBL, da C.I.A!
Oôoôo MBL, capitalista!
(Hino do MBL)*

SUMÁRIO

Introdução.....	1
1. Jornadas de Junho. Era só o começo.....	5
1.1 Os vários fatores que levaram a população às ruas.....	6
1.2 A crise provocou às manifestações ou as manifestações levaram à crise.....	14
1.3 Da crise surgiu o gigante.....	16
1.4 A violência na composição do cenário para a mudança de rumo.....	20
1.5 Cada um com a sua pauta: rumo à agenda neoliberal.....	22
1.6 Conservadorismo como característica da nova direita	30
1.7 O sentimento antipetismo como característica da nova direita.....	33
2. Neoliberalismo: de onde vem?	47
2.1 Raízes do liberalismo.....	38
2.2 Existe então um neoliberalismo?.....	45
2.3 O contexto histórico do neoliberalismo.....	49
2.4 O neoliberalismo chega ao Brasil.....	56
2.5 O momento esperado pelos neoliberais.....	70
3. A agenda do MBL.....	75
3.1 Um novíssimo movimento social.....	77
3.2 Nas redes o MBL se fez e se fortaleceu.....	79
3.3 A estética da zoeira.....	82
3.4 Conservadorismo, antipetismo e guerra.....	89
3.5 Para onde segue o MBL.....	97
4. Conclusão.....	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	113

INTRODUÇÃO

As manifestações de 2013 ampliaram na sociedade a discussão sobre as diferentes formas de governar um país. Se, por um lado, a população cobrava melhorias nos serviços públicos e, por tanto, a intervenção do estado para ter mais qualidade de vida, por outro, vimos emergir movimentos políticos com bandeiras alinhadas à corrente de pensamento conhecida como neoliberalismo que defende justamente o contrário desse papel regulador do Estado, acreditando que esse controle é o principal entrave no funcionamento do livre mercado que poderia tornar o país mais eficiente e produtivo.

O fortalecimento dessa tal corrente no Brasil acompanhou o já vinha acontecendo em outros lugares do mundo desde a década de 1970. Moraes (2001) cita Adam Smith para dizer que o pensamento liberal nasceu como uma negação de um outro mundo, como outro sistema de valores e ideias, o que, como veremos, caracteriza o modelo de implantação das ideias em diferentes países.

O neoliberalismo ganhou destaque na Escola de Chicago e Escola Austríaca, tendo entre suas referências Friedman, da primeira, e Hayek e Mises, da segunda, autores ainda hoje tidos como referências nesse modelo de pensamento. O consenso de Washington pode ser entendido como um marco desse movimento quando, em 1989, propôs um conjunto de reformas que previam desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado. Segundo Negrão (1996), embora tivessem, a princípio, um caráter acadêmico, as conclusões do Consenso acabaram tornando-se o receituário imposto por agências internacionais para a concessão de créditos: os países que quisessem empréstimos do FMI, por exemplo, deveriam adequar suas economias as novas regras.

O Brasil seguiu a tendência, tendo início no Governo Collor (1990 a 1992), o Programa Nacional de Desestatização (PND), abrindo a economia para o capital estrangeiro. O seguinte presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, deu continuidade às políticas neoliberais, privatizando empresas do setor elétrico, de telecomunicações e a Vale do Rio Doce, apesar de afirmar que o fazia apenas por necessidade.

Em seguida, veio a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, candidato que apresentava propostas como a ampliação do mercado interno, para dar poder de compra a enorme massa de excluídos do país; a ampliação da democracia do campo

da política para os campos social, econômico e cultural e a presença do Estado nos setores fundamentais e estratégicos. Mas apesar da bandeira social, o neoliberalismo não ficou no passado. Vimos acontecer políticas voltadas para a distribuição de renda através da regulação do mercado mas também passar para o capital privado a administração de diversas rodovias do país. Além do mais, o governo do PT foi palco de grandes escândalos de corrupção como o Mensalão e o Petrolão que desencadeou a operação Lava-jato, o que contribuiu para colocar em descrédito o modelo de gestão estabelecido.

Foi nesse contexto que tiveram início as manifestações de 2013 que prosseguiram pelos anos seguintes e culminou no impeachment da presidente Dilma Rousseff, em agosto de 2016. Figueiredo (2014) traz um panorama do despertar da sociedade após os primeiros protestos, iniciados pelo Movimento Passe Livre sob a bandeira da redução das tarifas do transporte público. O autor trata ainda da força das redes sociais amplamente usadas e responsáveis pelo engajamento popular para os atos. Já Gohn (2014) traça o perfil dos manifestantes em junho de 2013 e dos grupos que no início participavam dos protestos: Movimento Passe Livre, *black blocs* e *Anonymous*. O olhar desses autores nos ajuda a entender o que aconteceu dali em diante.

No decorrer dos protestos, surgiram os movimentos sociais contrários às políticas do governo vigente e defensores de políticas neoliberais. Dentre esses vamos destacar o Movimento Brasil Livre – MBL, que ganhou visibilidade no protesto de 15 de março de 2015, quando milhares de pessoas foram às ruas em 26 estados brasileiros pedir o impeachment da presidente Dilma Rousseff e acusar o PT de ser o responsável pelo escândalo da Petrobrás.

Entre as bandeiras do MBL, que remetem ao ideário liberal, estão: gestão privada de escolas públicas através de Organizações Sociais e Parcerias Público-Privadas; adoção de um sistema de saúde em substituição ao SUS com obrigatoriedade da contratação de um plano e fornecimento de plano gratuito para aqueles que não puderem pagar por um; privatizar ou transformar em PPP's os serviços de saneamento básico dos municípios; privatização de todos os bancos, presídios, linhas de metrô e VLT, revogação da Lei Rouanet e fim do voto obrigatório.

A adesão de diferentes classes da sociedade e a ampliação das pautas nas manifestações tornou o ambiente propício para a divulgação dessas ideias. Dobry (2014) explica que essa mudança no rumo dos movimentos pode se dar justamente

pela heterogeneidade dos objetivos e razões, que leva a se incorporar a mobilizações iniciadas por outros como oportunidade de agir, de entrar no jogo para mudar a trajetória dos acontecimentos. E foram os jovens, novatos na política, mas experientes nas Redes Sociais, que ajudaram a difundir as ideias da direita e angariar adeptos.

Sendo o MBL um importante ator nesse cenário, neste trabalho buscamos entender o que motivou o movimento, formado por jovens que viveram – ou pelo menos tem em sua memória - apenas o governo sob o comando do PT a rejeitar tal forma de governar e defender a agenda neoliberal.

Nos capítulos que seguem será analisado o contexto social e político em que surge o MBL e as raízes das ideias defendidas pelos seus integrantes para, enfim, chegar às possibilidades que levaram esses jovens a embarcar nessa trajetória de defesa do neoliberalismo ao mesmo tempo que refutam a política implementada pelos governos recentes.

No primeiro capítulo, tratamos das manifestações iniciadas em 2013 que levou milhares de pessoas às ruas em cidades de todo o país. Com a ajuda das pesquisas feitas e análises de outros autores, identificamos o perfil dos manifestantes, os fatores que os levaram a ocupar as ruas e a multiplicação das pautas reivindicadas. Tal ampliação dos objetivos deu lugar ao fortalecimento da agenda neoliberal, agora defendida por movimentos sociais formados por jovens com grande habilidade de engajamento nas redes sociais. Além disso as características de tal agenda, liberal na economia e conservadora nos costumes, também são aqui estudadas, assim como o sentimento antipetismo que percebemos estar intensamente presente nos discursos da população e, sobretudo, entre os integrantes dos movimentos sociais da direita contemporânea.

Em seguida fizemos um mergulho na história da teoria liberal para entender os seus fundamentos clássicos e as mudanças ocorridas ao longo do tempo que a levaram a ser chamada de neoliberal, apesar do MBL afirmar que não há diferença entre o novo e o velho que justifique a mudança do termo. Tais ideias chegaram ao Brasil e influenciaram alguns governos, mas nenhum deles é considerado liberal pelo MBL, movimento aqui estudado. Até que, após os protestos iniciados em 2013, a direita brasileira, apoiada por tal movimento, assume esta agenda e caminha rumo a eleição de um governo declaradamente neoliberal. Naquele momento inicial de crise social e política, os defensores do mercado livre, que há anos viviam apenas nos

institutos liberais, encontraram o cenário oportuno e, no MBL, os atores necessários para a promoção das ideias neoliberais.

No terceiro e último capítulo, chegamos ao estudo sobre o MBL em que analisamos sua trajetória desde as manifestações até os dias atuais quando já possuem integrantes do grupo fazendo parte da estrutura de poder no Brasil, assim como outros políticos apoiados por eles. Para esse estudo, temos como base não apenas os documentos produzidos pelo movimento no site oficial e nas redes sociais – seu principal canal de comunicação – como também as entrevistas realizadas com exclusividade para esse trabalho e a vivência de participação do 4º Congresso Nacional do MBL, ocorrido em novembro de 2018, em São Paulo.

Através da experiência no referido evento, o material coletado *in loco*, como discursos e comportamentos dos membros, convidados e participantes, se torna uma rica oportunidade de analisar o MBL como um novo movimento social brasileiro, a influência do contexto social para o seu desenvolvimento, assim como as suas estratégias para a captação de adeptos às ideias neoliberais defendidas por eles. Com todas essas pesquisas, chegamos então ao proposto objetivo de identificar as motivações que levaram o MBL à busca do poder e projeção social no cenário político brasileiro.

1. AS JORNADAS DE JUNHO

Centro de São Paulo. Por volta das 18 horas um grupo de manifestantes se reúne em frente ao Teatro Municipal e segue em caminhada pelas ruas até chegar à Avenida Paulista e fechar a mais importante via da cidade. Eles pedem a redução da tarifa do transporte público que havia aumentado há alguns dias, passando de R\$3 para R\$3,20. As faixas dizem: “Se a tarifa aumentar, São Paulo vai parar”.

A convocação foi feita pelo Movimento Passe Livre (MPL) através da internet. Cerca de duas mil pessoas participam do ato que termina em confronto com a polícia. De um lado manifestantes ateiavam fogo em latas de lixo, quebram vidraças e de outro a polícia responde com bombas de gás e balas de borracha. Quinze pessoas são detidas e dez ficam feridas.

Essa manifestação aconteceu no dia seis de junho de 2013 e deu início à onda de mobilizações sociais que ganharam as ruas. Nos dias seguintes, ainda em São Paulo, outros dois atos maiores aconteceram. No dia 8 de junho cerca de 5 mil pessoas, saindo de diferentes áreas da cidade, inclusive áreas nobres, caminharam em direção a Av. Paulista. E mais uma vez houve confronto com a polícia. Autoridades condenaram o protesto impondo como condição para negociar, a mudança de estratégia dos grupos.

No dia 11 do mesmo mês, outra manifestação em São Paulo e mais de 5 mil pessoas foram às ruas. Nesse dia, o vandalismo foi maior: ônibus foram queimados e apedrejados assim como vitrines de lojas e bancos. Os manifestantes se justificaram dizendo que a revolta foi causada pela repressão policial. Nesse caos, uma centena de pessoas ficaram feridas e 19 foram detidas.

A onda de manifestações não parava de crescer e no dia 13 de junho, foi ainda maior, reunindo, segundo o Movimento Passe Livre, que organizou esses primeiros atos, 20 mil participantes. E mais uma vez terminou em confusão com a polícia. Na ocasião entre os feridos estava uma repórter do jornal Folha de São Paulo que foi atingida no olho por uma bala de borracha. A repercussão fez entidades internacionais como a Anistia Internacional, Repórter sem Fronteiras e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo se pronunciarem contra a ação policial.

As manifestações que até então vinham sendo criminalizadas pelos governistas como atos de vandalismo, passaram a ter o apoio da opinião pública.

Quando o povo viu na tv e jornais jovens sendo espancados por bandeiras que eram também suas, a mobilidade urbana, ele saiu as ruas. Com isso pode-se afirmar: boa parte da sociedade aderiu e entrou no movimento. (GOHN, 2014, p.21)

Outros protestos aconteceram nos dias seguintes em São Paulo, até que no dia 19 de junho, sem sucesso nas tentativas de explicar as novas tarifas, o prefeito de São Paulo na época, Fernando Haddad, revogou o aumento.

Mas o tempo havia passado, a onda de protestos ganhado volume e a pauta das manifestações estava muito mais ampla. Os atos já aconteciam em várias cidades do país, reunindo um público cada vez maior, até que em 20 de junho, uma multidão formada por mais de um milhão de pessoas foram às ruas em 75 cidades. (O GLOBO 21/06/2013) Só no Rio de Janeiro 300 mil pessoas participaram do ato, e em Vitória, no Espírito Santo, 100 mil manifestantes cruzaram as ruas da cidade, interditando, inclusive a maior ponte do estado, que liga a capital ao município vizinho de Vila Velha. (A GAZETA 20/06/2013)

As pessoas diziam: “o gigante acordou”.

1.1 Os vários fatores que levaram a população às ruas

A pauta das primeiras manifestações, convocadas pelo MPL, tinha como objetivo conseguir a revogação do aumento da passagem. Tal demanda estava de acordo com a pauta original do movimento que defende a tarifa zero no transporte coletivo. Naquele momento, o valor estava congelado há dois anos e, de acordo com o calendário, deveria ter sido ajustado no início de 2013. Porém, a pedido do governo federal, para conter a inflação, as administrações do Rio de Janeiro e de São Paulo, o aumento fora adiado e quando enfim foi executado, desagradou a população. Apesar de, após dias seguidos de manifestações, o governo de São Paulo ter revogado o aumento, já era tarde e a opinião pública estava pronta para expor essa e muitas outras reclamações.

Se não era só pelos 20 centavos, o que teria, então motivado tamanha mobilização? Talvez não se tenha uma única motivação, mas sim várias. O fato é que algo parecia mesmo ter despertado uma população até então aquietada e de acordo com pesquisas, até satisfeita. Em março do mesmo ano, apenas três meses antes do início dos protestos, uma pesquisa feita pelo Ibope apontou uma avaliação positiva do governo Dilma. O levantamento mostrou que 63% da entrevistados consideravam o

governo bom ou ótimo. Esse foi o maior índice alcançado pelo governo. Como explicar então as reclamações que viriam logo depois?

O que Figueiredo (2014) define como Produto de Opinião Bruta - POB, pode nos ajudar a entender o resultados dessa avaliação. Normalmente especialistas associam o desempenho de um governo baseado na economia, ou seja, no crescimento do PIB. O autor faz uma referência a esse medidor ao chamar de POB o índice que mede a satisfação da população através da resposta dada por um entrevistado em pesquisa quando perguntado sobre sua avaliação do governo. Para o autor, a resposta reflete mais uma sensação do que, de fato uma opinião, já que o mesmo não faz uma análise profunda, mas sim avalia com base no seu conforto econômico. “O POB é composto de taxa de inflação (com ênfase nos produtos de consumo mais populares), índice de desemprego, renda média, crédito, endividamento e taxas de juros.” (FIQUEIREDO, 2014, p.28)

Brasil havia tido um crescimento tímido do PIB em 2012, com apenas 0,9% de crescimento, valor que depois foi revisado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE por conta da mudança no cálculo que passara a incorporar recomendações internacionais. O novo valor passou para 1%, ainda bem abaixo do esperado pelo então ministro da fazenda Guido Mantega que teria estimado em 4%. Nos primeiros meses de 2013 a taxa de desemprego estava em 5,7% da população, se mantendo praticamente estável na comparação com os períodos anteriores.

Mas o POB estava piorando quando começaram as manifestações e junto com ele o índice de aprovação do governo Dilma. Em junho de 2013, a inflação batia o teto da meta, estando em 6,5% ao ano. Produtos como a farinha de mandioca, o tomate e a batata puxavam o preço da cesta básica pra cima e o índice de desemprego alcançava 6% da população, que já se mostrava atenta às mudanças.

Uma pesquisa feita poucos dias antes do início das manifestações, mostrou que 88% da população estava preocupada ou muito preocupada com a inflação. (Carta Capital, 21/06/2013) Fato que incomodava tanto as classes mais baixas, por conta da alta dos produtos da cesta, como as classes mais altas que sentiram o aumento também no consumo de serviços. Mesmo diante desses dados, Singer (2013) não acredita que tenha sido este o motivo da insatisfação que acabou por se expressar nas ruas em junho.

Sozinha a inflação não teria, a meu ver, potencial para fornecer o combustível dos protestos, mas ela pode ter potencializado as inúmeras críticas que os

setores médios, tanto à esquerda quanto à direita, faziam ao lulismo, já aguçadas pelas difíceis condições de vida urbana, em particular nos quesitos mobilidade e segurança. (SINGER, 2013, p.34)

E esses não eram problemas novos, mas se agravaram ao longo dos anos devido à falta de investimentos. Para Macedo (2014) o crescimento da população dificultou a tarefa de assegurar serviço público de qualidade. Em análise aos dados do IBGE, censo de 2010, pode-se observar que a população do país, em 50 anos (1960-2010), mais que dobrou, passando de 70.324.103 para 190.775.799. São pelo 20 milhões de pessoas a mais por década. Deve-se considerar ainda o êxodo rural que ao longo desse período diminuiu a população residente no campo e aumentou a população urbana, ampliando assim a demanda por serviços nos grandes centros.

O acelerado processo de urbanização trouxe consigo outro problema: a pobreza que historicamente era mais elevada nas áreas rurais mas passa a atingir igualmente as cidades. Um estudo feito pelo Banco Mundial em 1989 mostrou que 40,9% da população Brasileira vivia em situação de pobreza, com renda per capita mensal inferior à sessenta dólares. Nessa época dois terços dos pobres eram pobres urbanos.¹ Esses dados mostram que a necessidade de se investir em infraestrutura e também em políticas sociais já era uma dívida das décadas passadas.

É verdade que, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), cresceram as políticas voltadas para os setores menos favorecidos da sociedade. O cenário econômico do país era desfavorável ainda por conta das várias mudanças de moeda nas décadas anteriores na tentativa de controlar a inflação. Passamos pelo plano Cruzado (1986), Cruzado Novo (1989), Cruzeiro (1990) e, por fim, o Real (1993), criado ainda no governo Itamar Franco, quando FHC era Ministro da Fazenda. Mesmo assim, no segundo mandato (1999-2002) houve ampliação de programas sociais como o vale alimentação, vale gás e o Bolsa Escola, que muitos dizem ter sido o precursor do Bolsa Família implementado pelo governo seguinte, dadas as semelhanças dos programas. Esse primeiro, criado em 1995, se tratava de transferência de recursos para manter as crianças na escola, sem que precisasse trabalhar para ajudar na renda da família.

Mas foi no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) que as políticas sociais ficaram mais evidentes. Com base em dados do Tesouro Nacional e Sistema

¹ Relatório Brasileiro Sobre Desenvolvimento Social, elaborado pelo governo brasileiro durante a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, realizada em Copenhague, em março de 1995.

Integrado de Administração Financeira, Roberto Macedo aponta os índices que corroboram essa afirmação. Ele constata que, nos oito anos do governo Lula, os gastos com INSS cresceram em 1,2% do PIB, enquanto outros gastos sociais como seguro desemprego, abono salarial e bolsa família aumentaram 1,1%. Porém o autor chama atenção para os investimentos que, durante o mesmo período, só tiveram 0,1% de aumento, o que teria agravado as condições da infraestrutura como transporte, mobilidade urbana e saneamento básico. Embora sejam competências das administrações estaduais e municipais, Macedo (2014) defende que a União deveria ter contribuído para tais melhorias.

Em 2013, o ano em que se iniciaram os protestos, o país continuava a sofrer com a falta de infraestrutura e a baixa qualidade do serviço público. Figueiredo (2014) aponta que esse, pode sim ter sido mais um de irritação da população.

Áreas essenciais como saúde, educação e segurança não atendiam a demanda da sociedade. A espera para conseguir consultas médicas e exames, demorava meses e se fosse o caso de uma cirurgia ou tratamento esse tempo aumentava para anos. O noticiário mostrava hospitais lotados e unidades de saúde sem médico e material para atender pacientes.

Na educação, apesar de, nos últimos anos, os números mostrarem que houve redução do analfabetismo, aumento de creches e de alunos matriculados desde a pré-escola até o ensino superior, ainda havia déficit de vagas. Além disso a garantia do padrão de qualidade não existia. Ao avaliar os últimos 30 anos da educação no Brasil, Piletti (2017) concluiu que nem os programas para melhorar o acesso à escola, nem as mudanças no Plano Nacional e as muitas leis específicas, que incluíram novos conteúdos curriculares obrigatórios, foram suficientes para mudar o que de fato acontece nas instituições. Entre os programas podemos citar: o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e Educação a Distância (EAD). Para o autor, a realidade do ensino ainda é muito distante do que está proposto na legislação e a prova disso é o desempenho dos alunos brasileiros nas avaliações. No Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), o Brasil ficou, em 2012, na 55 posição entre 65 países e quase metade dos alunos (49%) não alcançaram, na prova de leitura, o nível 2, numa escala que tem 6 como teto.

Quanto à segurança pública, ou à falta dela, não só foi mais uma bandeira dos manifestantes, como também se apresentou como combustível para inflamar as manifestações. Em muitas pesquisas feitas entre os participantes, a insatisfação com a insegurança estava presente entre as reclamações, junto com a qualidade do serviço público de saúde, educação e do transporte público, a corrupção e os gastos com a Copa do Mundo.

De acordo com o Mapa da Violência 2013, com dados apurados até 2010, o Brasil aparece como o país com maior número de homicídios por armas de fogo do mundo, na frente de países como México, Venezuela, EUA e Colômbia. Entre os fatores apontados pelo estudo, a facilidade ao acesso à arma de fogo, a cultura da violência e a impunidade. E nesse último quesito a PEC 37 era vista como um fator que poderia piorar a situação já que se pretendia impedir o Ministério público de fazer investigações, deixando essas apenas para o trabalho da polícia. Porém, a pressão das ruas surtiu efeito no congresso e a proposta de emenda à constituição, criada em 2011, foi derrubada pela maioria dos votos na Câmara (430 votos).

Mas há ainda outra hipótese que pode ser levantada como razão para os protestos, ou ser considerada como um agravante à motivação que é a insatisfação da nova classe média. Lembrando que essa, formada, principalmente, durante o governo do PT.

No período FHC-Lula, houve estabilização da moeda, investimentos em programas sociais e aumento do consumo motivado pela redução de impostos em vários produtos. Medidas, estas, que levaram à ascensão à classe C ou classe média ou ainda “classe de renda média e ainda assim pobre”, como prefere chamar Macedo (2014). O autor explica que essa parcela da população tem renda média baixa e não tem acesso aos bens e serviços que a classe média tradicional tem, como saneamento básico, habitação em boas condições e educação satisfatória.

Apesar de terem sido favorecidos com a transferência de renda e os programas de incentivo ao crédito, além das menores taxas de desemprego, a população ainda enfrentava longas jornadas de trabalho, sofria com o serviço de má qualidade do transporte público e o trânsito nas cidades que tinham cada vez mais carros nas ruas.

O ex presidente Lula declarou, durante os protestos, que a nova classe média estava indo as ruas porque melhorou de vida e agora queria mais. Tal discurso

foi incorporado pela então presidenta Dilma Rousseff que, em entrevista para o jornal El País, disse:

Primeiro, a gente aprende que as pessoas, sempre, quando têm democracia querem mais democracia. Quando elas têm inclusão social elas querem mais inclusão social. Ou seja, que na política e na ação governamental quando você obtém uma meta você tem de ter certeza de que aquilo é só um começo. Assim como sair da miséria é só um começo. É um começo de outras reivindicações. Então o que os protestos mostram é isso. (EL PAÍS, 26/11/2013)

Enquanto a população, seja ela da nova ou da velha classe média, clamava por melhorias, comenta o Figueiredo (2014), muitas propagandas mostravam uma imagem bem diferente da realidade.

Os gastos com publicidade do governo Dilma, nos dois primeiros anos de gestão, foram 23% superiores à média dos oito anos do mandato de Lula. Os recordistas de gastos eram a Secretaria de Comunicação e o Ministério da Saúde, na administração direta, e a Caixa Econômica Federal, a Petrobrás e os Correios, na administração indireta. Tudo para mostrar um Brasil no qual tudo funciona bem, onde as pessoas vivem felizes e sem contratempos. (FIGUEIREDO, 2014, p. 36)

Esse pode ter sido mais um motivo que irritou a população e a fez ir às ruas, mas havia ainda outros, comentados e estampados nos cartazes, como a corrupção que há algum tempo estampava as capas dos jornais. O mensalão, por exemplo, esquema de pagamento de propina a parlamentares para que votassem a favor de projetos do governo, fora descoberto em 2005, ainda no primeiro mandato do Lula, mas a investigação durou sete anos e o julgamento dos envolvidos só foi concluído em dezembro de 2012. Foi quando o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu condenar 25 dos 38 réus do processo, por entender que houve desvio de dinheiro público, de contratos da Câmara dos Deputados e do Banco do Brasil, para abastecer o esquema criminoso dentro do congresso. Mais de 100 milhões foram desviados nesse esquema. As notícias sobre as condenações ainda estavam bem frescas na cabeça da população, além de outros escândalos recentes também muito divulgado na imprensa como a máfia dos transportes, em São Paulo, e a máfia dos sanguessugas (desvio de dinheiro na compra de ambulâncias).

Uma pesquisa feita pelo Ibope em grandes capitais do país, mostrou que a população não havia esquecido os últimos fatos. A pergunta feita foi sobre o que levou tantos manifestantes às ruas do país. O primeiro motivo mais citado foi ainda o

transporte público (38%), mas a corrupção estava logo atrás, sendo o principal motivo para 30% da amostra de participantes.

Citamos casos de corrupção nos últimos anos, mas a mazela está presente há muito mais tempo nas relações políticas. Ângelo (2017) diz que apesar de termos a sensação de que ela se tornou presente nesses últimos fatos e até, podemos dizer, nos últimos governos, a corrupção, como diz o título do artigo é “uma velha senhora”. O autor remete à uma expressão usada pela ex-presidente Dilma, já em 2015, em que diz ser a corrupção “uma senhora bastante idosa” e está presente no poder público e também em instituições privadas, em toda a sociedade. “A corrupção está de tal modo estabelecida em nossas instituições e na prática cotidiana que, para muitos brasileiros, esse é um problema maior, até mesmo, que a própria desigualdade social – uma das características mais nefastas do país.” (ANGELO, 2017, p.347)

Se por um lado o gasto público era motivo para levar a população às ruas, os astronômicos com a Copa do Mundo que estava por vir também era razão da insatisfação. Os protestos começaram dias antes da Copa das Confederações que chegou a ficar ameaçada, mas teve início em 15 de junho de 2013, levando para os centros onde aconteciam os jogos as manifestações que se seguiam. Mas o evento era só uma preparação para o mundial marcado para o ano seguinte e para o qual o governo investiu bilhões de reais na construção dos estádios esportivos.

A pergunta que a população se fazia era: por que se investe tanto nos estádios e demais obras para a Copa e tão pouco nos serviços essenciais à população? Além disso não se via utilidade para as megaestruturas depois da Copa.

Singer (2013) levanta ainda outra questão sobre essa pauta dos protestos. O autor, divide em três fases as jornadas de Junho, cada uma com duração média de uma semana: a primeira sendo as manifestações iniciais, a partir de 6 de junho, o que ele chama de “ebulição”. A segunda fase, segundo o autor, a partir de 17 de junho, é quando outros grupos da sociedade aderem ao movimento e multiplicam o número de pessoas nas ruas, porém com pautas diversificadas dentro do mesmo movimento. E a última etapa teria sido justamente após o início da Copa das Confederações, quando o movimento se divide em mobilizações com pautas mais específicas.

Foi ainda no segundo momento que surgem as reclamações com os gastos da Copa, este marcado pela luta contra a corrupção e já pelo aparecimento de grupos com ideias mais à direita da política e a participação em massa de uma classe média com renda de mais de cinco salários mínimos. Mas nesse cenário, o coro é

engrossado por outro público que se vê prejudicado já de imediato por não ter acesso a festa do Mundial de 2014.

O chamado *branqueamento* dos modernos templos do futebol construídos para 2014, cujos ingressos ficaram inacessíveis aos “morenos”, isto é, o grosso da população, parece ter ocasionado uma justificada revolta nos “de baixo”. Com a crítica aos dispêndios para o calendário esportivo, entrava em cena uma segunda bandeira de esquerda, após a da redução das tarifas. Afinal, o que está em jogo é a destinação de dinheiro público para construir estádios luxuosos e rendosos em termos de negócios, mas depois pouco úteis, em um país onde os pobres não têm esgoto, atendimento médico, transporte aceitável, segurança pública e, agora, para cúmulo da ironia, passaram a ser excluídos também do próprio futebol. (SINGER, 2013, p. 35/36)

Vale aqui trazer a análise de Teixeira (2013), não sobre os protestos iniciados no Brasil, mas sobre acontecimentos similares que vinham acontecendo em outros lugares do mundo. Entre os exemplos usados pelo autor estão os fatos ocorridos em Londres, em 2011, quando manifestantes incendiaram prédios, ônibus e viaturas policiais em protesto contra a morte de um jovem negro dia antes baleado pela polícia. Com o objetivo de entender a razão pela qual os jovens resolveram saquear e incendiar, em vez de estudar e se preparar para um mundo cada vez mais rico e mais competitivo em plena era da globalização, Teixeira (2013) elencou três pontos comuns: (1) o fato de serem protagonizada por jovens e grupos étnicos marginalizados, sendo munidos de sistemas de telefonia móvel que facilitam a comunicação; (2) a ação brutal da polícia contra os que chamavam de criminosos ou baderneiros; e, por fim, (3) a “cultura autoritária, em alguns casos fascizantes, das instituições policiais nas democracias (e, claro, nas ditaduras) contemporâneas.” (TEIXEIRA, 2013,p.22). E é justamente a atuação da polícia o elemento chave apontado pelo autor para entender as explosões populares da juventude.

A abordagem policial foi o estopim de grandes distúrbios, verdadeiros motins sociais, em eventos do tempo presente, como em Los Angeles em 1992, Paris em 2005 e agora em Londres e Mumbai em 2011. Sabemos muito bem, no Brasil, que não é raro que a abordagem policial de cidadãos seja grosseira e acompanhada, no mais das vezes, de atos de brutalidade.” (TEIXEIRA, 2013, p.37)

Tal análise, feita com base em manifestações ocorridas também no Brasil, porém; antes de 2013, nos mostra mais uma possível causa dos protestos de Junho: a violência que, mais adiante, voltaremos a analisar.

Como vimos, e com base nas obras visitadas, é possível apontar diferentes motivações para os protestos que se iniciaram em junho de 2013. Mas além de todos

esses pontos, há quem diga que ainda pode ter sido o despertar de uma população que reconhecia a necessidade de melhorias mas não sabia como reivindicá-las e, ao ver nas ruas pessoas com as mesmas demandas, o levante popular a favor do povo e contra o poder público, se sentiu a vontade para sem juntar.

Figueiredo (2014) cita a pesquisadora alemã Elisabeth Noelle-Neumann que diz que fenômenos de opinião pública podem estar adormecidos na mente das pessoas e que essas se manifestam quando suas ideias estão em harmonia com as ideias do seu grupo social. Ele acredita que não houve nenhum fator específico detonador das manifestações, mas sim fatos que irritaram a opinião pública ao longo do tempo e com a ajuda das redes sociais vieram à tona provocando o engajamento de milhares de brasileiros.

Minha tese é a de que alguns fatos foram irritando a opinião pública e, numa escala crescente, geraram protestos nas rede sociais – que foram também as grandes mobilizadoras das manifestações (segundo pesquisa Ibope de 20 de junho de 2013, 62% dos entrevistados souberam dos eventos pelo Facebook) e culminaram com a catarse popular. (FIGUEIREDO, 2014, p. 33)

Kahn (2014) concorda com a tese de que havia muitos motivos entre as causas dos protestos e diz ainda que faltou ao poder público e aos estudiosos a sensibilidade para ter, antes de tudo começar, identificado os sinais de que algo estava para acontecer e, assim, pudesse responder às reivindicações. A mesma crítica feita por Figueiredo (2014) que diz que o comportamento das massas está longe de ser imprevisível e que não é possível imaginar que apareceu subitamente. Kahn ainda faz meia culpa ao dizer que “Nós, incluindo aqui os sociólogos metidos a policial, é que não fomos capazes de percebê-las” (KAHN, 2014, p123).

1.2 A crise provocou as manifestações ou as manifestação provocaram a crise?

É notório que o país enfrentava muitos problemas em 2013. Mas é possível dizer que, naquele momento, já havia um cenário de crise? Mais que isso. Que essa crise tenha despertado o gigante?

Bobbio (1998) chama de crise um momento de ruptura do funcionamento de um sistema, uma mudança qualitativa em sentido positivo ou negativo, ou ainda uma virada de improviso, que pode ser até mesmo violenta e não prevista no modo normal do sistema em exame. O autor nos dá ainda três elementos que podem caracterizar uma crise. São eles: o caráter de subaneidade e por vezes de

imprevisibilidade, a sua duração normalmente limitada e pela sua incidência no funcionamento do sistema.

Se partirmos de junho de 2013 e olharmos para trás, o escândalo político de repercussão mais recente era a descoberta de um cartel que fraudava licitações para venda e manutenção de trens e metrô de São Paulo durante os governos de Mário Covas, Geraldo Alckmin e José Serra, entre 1998 e 2008. Mas a revelação só aconteceu em maio de 2013, quando a empresa alemã Siemens, integrante do grupo de 12 empresas multinacionais, assinou um acordo de leniência com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Cade. A empresa revelou que o governo tinha conhecimento do esquema, mas o novamente do governador do estado Geraldo Alckmin disse que se fosse caracterizado cartel, o estado era vítima. O caso ficou conhecido como *Trensalão*, uma referência a outro escândalo, o “Mensalão”, descoberto em 2005, em âmbito federal.

A corrupção já não era novidade para os brasileiros. E também não houve, como já vimos anteriormente, uma única razão que justifique o levante popular, tampouco um escândalo específico. O que havia era a insatisfação da população tanto com as condições de vida quanto com as instituições.

Podemos assim dizer que também não fora uma crise que levava às manifestações. Mas estas, sim, levaram à uma crise. Dobry (2014) descreve como característica da crise, o seu caráter heterogêneo, onde atores de diferentes contextos sociais e variadas motivações deixam suas esferas se unem em mobilizações passando a atuar por um tema comum a todos. Foi o que aconteceu no Brasil em 1984 quando aconteceram as ‘Diretas já!’ e também em 1992 quando a população pediu o impeachment de Collor. Nos dois eventos, diferentes setores da sociedade – estudantes, sindicalistas, operários, empresários e outros mais – deixaram suas pautas rotineiras para, juntos, lutarem por uma agenda mais geral e de interesse de todos.

Assim também aconteceu em 2013 quando o movimento iniciado pelo MPL foi engrossado por outros grupos sociais e a bandeira se tornou muito mais ampla: o combate à corrupção no país.

A sequência dos fatos, posterior ao início dos protestos, caracteriza o que Bobbio (1998) define como crise, sendo ela interna ao sistema, funcional de carestia e patológica, conforme classifica o autor. Internas quando surgem de contrastes entre os componentes do sistema; funcionais, quando dizem respeito ao funcionamento do

sistema; de carestia que é quando o sistema não consegue extrair de dentro de si mesmo ou do ambiente recursos suficientes para seu funcionamento; e patológica, quando diz respeito à estrutura do sistema.

Ainda com base nas descrições de Bobbio (1998), podemos considerar que o Brasil entrou numa crise governamental. O autor descreveu como cenário propício para o problema uma estrutura em que a coligação governamental é heterogênea, dividida por eixos dicotômicos cidade/campo, indústria/agricultura, laicismo/confessionalismo, composta por muitos partidos e com formação fragmentada. Assim estava o congresso brasileiro no período em que se iniciaram as manifestações. Além disso, um outro fator, caracteriza esse tipo de crise, que é a relação que a classe política estabelece com a sociedade e o tipo de respostas que dá aos seus questionamentos.

Em geral, o elemento determinante da Crise de Governo se acha a nível das relações entre classe política e sociedade e pode depender da falta de representatividade da classe política no poder (para a qual o Governo vem a ser considerado "comitê executivo da burguesia", representante dos interesses de uma parte apenas da comunidade política), da falta de legitimação do sistema que é rejeitado por fortes grupos da comunidade e pela falta de eficácia em responder aos questionamentos da comunidade. (BOBBIO, 1998. p. 305)

A reação do palácio às manifestações são um exemplo do que Bobbio (1998) descreve acima. Dias depois da erupção nas ruas, a presidente Dilma Rousseff, propôs à governadores e prefeitos das capitais a adoção de cinco pactos nacionais: de responsabilidade fiscal, pela reforma política, saúde, transporte e educação. Seria ainda convocado um plebiscito para que a população pudesse decidir sobre a convocação de um processo constituinte para fazer a reforma política. (G1, 24/06/2013)

Algumas pautas tiveram êxito, como a criação do programa mais médicos para atender a demanda de profissionais em cidades do interior do país, o arquivamento da PEC 37 que retirava o poder de investigação do Ministério Público, e ainda a sanção da lei para a destinação dos royalties de petróleo para a educação. Porém, as mudanças no sistema político era a resposta ao grito da população pelo fim da corrupção. E essa não avançou, já que o congresso, rejeitou a proposta e optou por uma minirreforma.

Sem ter as demandas atendidas – as medidas aprovadas no congresso ainda não seriam suficientes para melhorar a vida dos brasileiros que estavam nas ruas – a crise ali iniciada teve continuidade e se estendeu pelo anos seguintes.

1.3 Da crise surgiu o gigante

Foi nesse cenário que o Movimento Passe Livre – MPL teria convocado a manifestação contra o aumento da tarifa do transporte público. Essa era a bandeira do movimento que há tempos lutava pela gratuidade do serviço. No ato de convocação, feita pelo site e redes sociais a reivindicação era clara:

Cobrar pelo uso do transporte – que deveria ser público – e ainda aumentar esse preço é uma escolha política pela exclusão, que só beneficia os cofres dos empresários de ônibus. Quando se trata de mobilidade urbana, o poder público continua investindo a maior parte em grandes obras viárias que só beneficiam o carro e não resolvem o problema do trânsito. Enquanto isso, a passagem continua subindo, atendendo às exigências dos empresas que exploram esse serviço. (TARIFA ZERO, 06/06/2013)

Não foi a primeira vez que o MPL promoveu manifestações. Ele teve início em 2005, no Fórum Mundial Social, em Porto Alegre como uma frente para a luta pela tarifa zero no transporte público brasileiro, sob o argumento de que o custo do transporte coletivo tem peso significativo no orçamento do brasileiro o que inviabiliza a ida à escola de muitos estudantes, o que aumenta também a exclusão social. E quando questionados se seria possível um transporte público de graça, a resposta é:

Não se trata de ônibus de graça, esse ônibus teria um custo, mas pago por impostos progressivos, não pela tarifa. O que a prefeitura precisa fazer é uma reforma tributária nos impostos progressivos, de modo que pague mais quem tem mais dinheiro, que pague menos quem tem menos e quem não tem não pague (impostos e taxas). Distribuir melhor o orçamento público, separando uma parte para subsidiar o transporte, ao invés de gastar dinheiro em propaganda, corrupção e obras que não atendem às reais necessidades da população. (TARIFA ZERO, 06/06/2013)

Apesar da sua composição estudantil e a bandeira de tarifa zero para estudantes, o MPL participou e promoveu atos pela gratuidade que beneficiaria toda a sociedade e também por melhorias no transporte público.

Em 2013, diante do anúncio do aumento das tarifas de ônibus e metrô em São Paulo, o MPL convocou para a primeira manifestação, das muitas que se seguiram. O grupo só crescia e aos poucos deixava de ser formado em sua maioria por estudantes. Uma pesquisa feita pelo Ibope em 20 de junho, nas capitais de sete

estados (SP, RJ, MG, RS, PE, CE, BA) e em Brasília entrevistou 2002 manifestantes com 14 anos ou mais. Entre os temas abordados que foram desde a razão da participação na manifestação até a participação política, vamos destacar aqui o perfil encontrado.

Entre os entrevistados, 50% eram do sexo masculino e a outra metade do sexo feminino. A maioria (63%) tinha entre 14 e 29 anos. Sobre a escolaridade 43% tinha ensino superior completo e 49% com o colegial completo ou com o superior iniciado. Tais dados mostram que já não eram apenas estudantes lutando sozinhos ou pessoas que não podiam pagar pelo transporte público. Pelo contrário, muitos que ali estavam eram de classe média ou alta. O que se confirma com os dados de renda familiar que mostraram que quase a metade (49%) recebia mais de 5 salários mínimos.

O grupo que saía às ruas se tornou heterogêneo e muitos participavam sem fazer parte de um movimento específico. Alonso (2017) divide em três tipos as performances políticas construídas pelos manifestantes a partir de modelos organizacionais e expressivos, sendo eles: socialista, autonomista e patriota.

O repertório socialista, velho conhecido, reapareceu em bandeiras vermelhas, megafones, organização vertical. A apregoada “novidade” de 2013 veio do uso do repertório autonomista, de movimentos por justiça global, que repaginou signos e slogans anarquistas. Nele se combinam estilo de vida alternativo (anti-hierarquia de gênero, compartilhamento de espaços e objetos), organização descentralizada, deliberação por consenso e ações performáticas e diretas (tática black bloc), contra símbolos dos poderes financeiro e político (anticapitalismo, antiestatismo). O terceiro repertório, o patriota, foi menos notado em 2013, embora o nacionalismo esteja em moda mundo afora e se enraíze na tradição local. Manifestantes recuperaram simbologia e agendas de duas grandes mobilizações nacionais. Na Diretas Já (1984), disputou-se com o regime militar a representação da pátria: bandeira, cores e hino nacionais. No Fora Collor (1992), os símbolos pularam para os “caras-pintadas”. (ALONSO, 2017, p.49)

Seguindo a classificação feita por Alonso (2017), o repertório socialista é o mais nítido e forte no início dos protestos, sendo esses promovidos pelo MPL. Mas no dia 21 de junho, um dia após a maior manifestação ocorrida, o MPL anunciou que não convocaria mais mobilizações já que o intuito inicial fora alcançado – o governo voltou atrás e cancelou o aumento das tarifas do transporte público – e também por conta da violência que só piorava durante os atos.

Como a própria autora coloca, o repertório patriota não foi muito visto logo nos primeiros dias de protestos, mas apareceu fortemente no dia 20 de junho, quando uma multidão formada por mais de um milhão de pessoas foram às ruas em cidade

de todo o país. Os manifestantes agora vestiam a camisa da seleção brasileira de futebol, usavam a bandeira do Brasil amarrada ao pescoço e até pintaram os rostos de verde amarelo, característica marcante do levante popular ‘Fora Collor’ de outrora.

Aderiram torcidas organizadas, associações de moradores, jovens, idosos, famílias — cidadãos sem ativismo prévio, convocados por redes presenciais (amizade, trabalho, família) e virtuais (WhatsApp, Twitter, Facebook) e pela mídia. Ativistas autonomistas e socialistas os mencionaram como “gente esquisita”, inusual em protestos. (ALONSO, 2017, p. 52)

Foi nesse repertório que a nova direita encontrou apoio para propagar a sua agenda, capitaneada por movimentos como o MBL, que inclusive carrega sigla semelhante ao MPL, talvez como forma de se apropriar do levante já iniciado, porém com demandas bem distintas, como veremos mais à frente.

Mas antes, para concluir a identificação dos repertórios elencados por Alonso (2017), faltou ainda o autonomista, no qual podemos incluir dois movimentos que participaram do início das manifestações de 2013. São eles: *black blocs* e *Anonymous*. Ambos, por vezes, indicados pela mídia como protagonistas dos atos violentos que vinham ocorrendo.

Os *black blocs* ganharam destaque na mídia como sendo baderneiros mascarados infiltrados nas mobilizações que provocavam a destruição de patrimônios públicos e privados e entravam em conflito com a polícia. Mas até então pouco se sabia sobre esse movimento e, por isso, nada se entendia sobre a razão daqueles atos.

Trata-se de um movimento que começou na década de 1970 na Itália e depois chegou à Alemanha, quando grupos de operários contrários a construção de usinas nucleares no interior do país montavam acampamentos nos locais onde seriam erguidas. Funcionava como uma resistência, porém, o governo alemão lançou uma ofensiva policial para desarticular os acampamentos e assim se deram os primeiros confrontos. Mas foi nos Estados Unidos, em 1999, durante um protesto contra um encontro da Organização Mundial do Comércio, OMC, em Seattle, que a tática *black bloc* ficou conhecida no mundo inteiro ao estampar as capas dos jornais. A partir daí os integrantes passaram a fazer ataques contra símbolos do capitalismo global como forma de atuar resistência.

No Brasil, a presença dos *black blocs* nos protestos de junho de 2013 foi crescendo e o grupo ganhava adeptos. Eles estavam entre os manifestantes, vezes à frente das marchas, atuando como proteção a todo o grupo e, nesse caso, os

confrontos teriam então o intuito de proteger os demais participantes das ações policiais. Já a destruição a bancos, lojas e empresas eram defendidas pelo grupo, como aconteceu nos EUA, sendo “uma intervenção simbólica que atinge o cerne do capitalismo: a propriedade privada” (GOHN, 2014). Eles não se consideram vândalos e diziam que a intenção era transgredir, incomodar, deixar visibilidade e chamar para um debate, como relata Solano em artigo publicado na Folha de São Paulo.

Os jovens que utilizam a tática "black bloc" dizem usar uma violência teatral que chama a atenção para o que eles caracterizam como o verdadeiro vandalismo. Tal vandalismo seria uma ordem das coisas que engole o cidadão numa tirania contínua. Exemplos de frases que retratam isso são: "a causa do black bloc' agir é o descaso público. As pessoas estão sendo torturadas psicologicamente pelo cotidiano", "não somos vândalos, vândalo é o Estado que deixa as pessoas horas esperando na fila do SUS". (Folha de São Paulo, 17/10/2013)

Misturados aos *black blocs*, alguns manifestantes usavam outro tipo de máscara, chamada *Guy Fawkes*, que ficou conhecida no filme ‘V de Vingança’. Apesar da semelhança, dos trajes pretos, eles eram simpatizantes de um grupo diferente: os *Anonymous*. Esses são hackers anônimos que ganharam projeção no mundo quando, em 2011, realizaram um ataque às empresas que atuaram contra o *Wikileaks*, site de denúncias onde publicações anônimas divulgam informações confidenciais vazadas de empresas ou governo.

No Brasil, tiveram grande importância na disseminação das informações para convocação das manifestações de 2013. Um estudo mostrou que foi esse grupo o responsável pelos maiores focos de atividade na rede social Facebook nos dias de protestos em junho daquele ano. “Os *Anonymous* tiveram relevância na disseminação das informações e na articulação da solidariedade ao que era o movimento inicial pela redução das tarifas e contra a Copa. Eles foram decisivos”. (Folha de São Paulo, 14/07/2013)

O *Anonymous* e os *black blocs*, identificados como importantes movimentos para a realização dos primeiros protestos de 2013, estiveram também no centro dos conflitos que aconteceram entre manifestantes e a polícia que mudaram o rumo das mobilizações nos meses seguintes a junho.

1.4 A violência na composição do cenário para a mudança de rumo

Os conflitos entre manifestantes e a polícia foram frequentes durante os protestos. Já nos primeiros atos, pessoas foram detidas, muitas ficaram feridas,

bombas de gás e balas de borracha foram disparadas pela polícia. Houve depredações, lixeiras queimadas, o metrô foi fechado e o Museu de Arte de São Paulo, ponto de encontro dos manifestantes na Avenida Paulista, foi pichado.

Mas foi no dia 13 que as principais avenidas de São Paulo se tornaram o que parecia ser praças de guerra. Era o quarto dia de protesto contra o aumento da tarifa do transporte público e a polícia endureceu a repressão. O portal G1 publicou a manchete 'Polícia Militar utiliza violência para reprimir protesto em São Paulo', enquanto o site UOL destacou 'Em dia de maior repressão da PM, ato em SP termina com jornalistas feridos e mais de 240 detidos'.

A cobertura jornalística mostrava que a repressão policial ficara mais intensa naquele dia. A tropa de choque usou bombas de efeito moral e disparou tiros de bala de borracha. Muitos jornalistas que cobriam a manifestação foram feridos.

O próprio governo do estado de São Paulo se pronunciou dizendo que seria investigada a violência de policiais contra manifestantes e jornalistas. Diante dos fatos, entidades nacionais e internacionais se manifestaram em crítica a ação policial, entre elas a Anistia Internacional, a ONG Repórteres Sem Fronteiras e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. No dia seguinte fotos das vítimas dos confrontos estampavam as capas dos jornais mundo a fora. Até esse momento, os relatos apontavam para a ação da polícia, por vezes avaliada por especialistas como descabida e exagerada, como sendo a razão da violência.

É o que avalia Kahn (2014), diante do perfil das manifestações que apresenta fatores que podem explicar a violência presente nos protestos. Ele cita o fato da maioria dos manifestantes serem de classe média e, por isso, um público diferente do que a polícia está acostumada a lidar; a presença da minoria de vândalos que poderia ter a participação de grupos criminosos e/ou anarquistas; a quantidade de manifestantes nas ruas e ainda a ausência de uma liderança que poderia atuar na negociação; o uso das redes sociais que tornou mais rápidas as convocações e a falta de um roteiro prévio que determinasse o trajeto, o local de concentração, horário e etc.

Uma manifestação com milhares de participantes espalhados por quilômetros de extensão é como um organismo vivo e, se provocada, pode mudar de comportamento a qualquer instante. (KAHN, 2014, p.126/127)

O autor pondera que, considerando a magnitude das manifestações, o saldo da violência poderia ter sido bem maior, porém foi possível identificar inúmeros

erros de táticas e estratégias durante a atuação da polícia nos protestos de junho. Na opinião dele, provocados pela *ingerência* do Estado que ora exigia ações enérgicas para conter as manifestações, ora determinava cautela com receio das consequências políticas que poderiam vir.

Além disso, o despreparo policial também pode ser observado. Basta lembrar a frequente confusão entre as estimativas de número de manifestantes, o que torna difícil, estimar, por exemplo, os recursos necessários para a ação assim como a definição da estratégia a ser adotada. Conclui: “O que vimos nas manifestações, em suma, é um retrato fiel do cotidiano das polícias brasileiras, com seus acertos e erros.” (KAHN, 2014, p.130)

E foi justamente a forma de agir da polícia retratada incessantemente pelos meios de comunicação que, como defendem muitos autores, serviu de incentivo para que mais pessoas integrassem o coro de manifestantes. Era comum ouvir relatos de participantes que se diziam revoltados com a forma como a polícia estava tratando os “estudantes” (em referência aos primeiros protestos convocados pelo MPL). Para muitos autores não era de se estranhar que isso acontecesse já que o mesmo se deu em acontecimentos recentes pelo mundo como a Primavera Árabe (2010) e o Occupy Wall Street (2011).

Alonso (2017) defende que a onda de protestos globais também incentivou as mobilizações no Brasil. Para a autora, eles mostraram para o mundo um novo modelo de ativismo de ‘repertório autonomista’.

Porém a violência que inicialmente levou mais e mais pessoas às ruas também foi a razão para que, posteriormente, acontecesse o esvaziamento dos protestos. Ela teria ofuscado a legitimidade das manifestações, já que, nas capas de jornais eram estampadas as fotos dos confrontos e a destruição provocada após os atos. Aos poucos, impactados pelo medo, as pessoas que aderiram as reivindicações voltaram para casa e o que se viu adiante foi o isolamento e a fragmentação dos ativistas.

Mas a população, que não aceitava e criticava a violência contra os estudantes, se incomodou com outro tipo de violência: aquela contra o patrimônio público e privado, promovida pelos adeptos da tática *black bloc*. (GOHN, 2014)

Uma pesquisa publicada pelo Datafolha, realizada em São Paulo, no dia 25 de outubro de 2013, mostrou que o apoio às manifestações caiu de 89 % no final de junho para 66% quatro meses depois. Os dados mostram ainda que as formas de

protestos, que envolviam pichações e destruição de prédios públicos e privados eram reprovadas por 95% dos entrevistados. Os números atestam a retirada da população das ruas, deixando nelas o espaço vazio, que fora, agora, ocupado por movimentos sociais com pautas distintas daquelas que deram início à onda de manifestações meses atrás.

1.5 Cada um com a sua pauta: rumo à agenda neoliberal

O gigante que havia acordado em junho de 2013 já não se mostrava tão grande nas ruas das cidades, mas os protestos não deixaram de acontecer. Em agosto a greve dos professores, que teve início no Rio, se espalhou pelo país. Houve também protestos contra o governador Sérgio Cabral, pela volta dos militares, de agentes penitenciários pedindo o direito ao porte de armas, contra a terceirização do trabalho, pelo direito à moradia e contra a privatização do petróleo, todos com um número menor de manifestantes e com interesses específicos. Talvez, a mais ampla mobilização tenha sido por uma pauta já reivindicada: contra os gastos com a Copa do Mundo de 2014. Foram muitas manifestações que seguiram até o junho de 2014, quando teve início o torneio mundial.

Os acontecimentos mostravam que, apesar da redução da participação popular nas ruas, os brasileiros estavam atentos à política e clamavam por mudanças. O modelo político atual estava desgastado diante dos casos de corrupção e a baixa qualidade dos serviços prestados à população. A insatisfação também tinha aspectos econômicos como os gastos com a Copa, acima citados e a redução das tarifas de transporte público, no início de tudo.

Para Singer (2013), essa fragmentação tem relação com o perfil da população que continuava indo às ruas. Ele avalia que participaram das manifestações tanto a classe média tradicional insatisfeita com vários aspectos da realidade do país, quanto o que chama de *novo proletariado*, ou seja, trabalhadores jovens que conseguiram emprego durante o período de governo Lula (2003-2013), estes, não satisfeitos com as baixas remunerações, rotatividade do mercado e as condições de trabalho.

Para justificar esse perfil desenhado, Singer (2014) tem como base as pesquisas feitas durante as manifestações. Aqui vamos usar a do IBOPE, realizada em 20 de junho de 2013, dia da maior mobilização desde o início dos protestos. Dados mostram que 43% dos manifestantes tinha entre 14 e 24 anos, 20% entre 25 e 29

anos, 18% entre 30 e 39 anos e 19% com 40 anos ou mais. Somando a faixa etária que o autor chama de jovens e jovens adultos, temos 81% dos participantes.

Sobre a escolaridade, a pesquisa mostrou que 43% tinha ensino superior completo, 49% colegial completo ou superior iniciado e apenas 8% tinha até o colegial iniciado, o que mostra que a grande maioria possuía ou estava cursando ensino superior. Além disso 76% trabalhavam e 24% não.

Porém a renda mostrou a divisão das classes participantes: 45% tinha renda familiar de até 5 salários mínimos, 26% entre 5 e 10 salários mínimos, 23% acima de 10 salários mínimos. Considerando que a média de uma família brasileira é de 4 pessoas, quase metade dos participantes tinham como renda máxima pouco mais de um salário mínimo. Para o autor, esse dado confirma que o *novo proletariado* foi para as ruas, assim como a tradicional classe média, o que confirma a tese de ter ocorrido ali um cruzamento de grupos sociais.

Outro fator importante nessa fragmentação dos grupos está localizado no meio de comunicação utilizado para a disseminação das ideias e convocações das manifestações. Foi no ambiente online, das redes sociais, que vimos ampliar e diversificar as pautas e também a polarização entre os seus defensores. As discussões passaram a identificar os grupos como sendo de direita ou esquerda, conforme as pautas defendidas ou ainda as rejeitadas. Para entender essa mudança e a divisão de grupos que ocorreu, convém definir o que, nesse trabalho, chamamos de direita e esquerda.

Vamos começar pensando que se trata de uma escala espacial onde se tem o lado esquerdo, o centro e o direito. No contexto histórico foi mesmo para facilitar o entendimento de todos que os termos foram empregados no cenário político. Cruz (2015) lembra que foi na França revolucionária, em 1789.

[...] quando os Estados Gerais, compostos por três corpos – os nobres, o clero e os “comuns”, o Terceiro Estado – se autotransformou em Assembleia Constituinte, operou-se de forma espontânea uma redistribuição no recinto do plenário, agrupando-se os representantes de acordo com suas posições políticas nas alas opostas da sala. Segundo relatos, a divisão espacial teria ocorrido pela primeira vez por razões de expediente – para facilitar a contagem de votos na decisão sobre o direito de veto do rei, o presidente da sessão pediu que os favoráveis à proposta se postassem à direita, os contrários a ela no outro lado. Mas isso não tem a menor importância. O relevante é o mecanismo que induziu à permanência dessa distribuição topográfica. Podemos intuí-lo a partir do depoimento queixoso de um participante. “Começamos a nos reconhecer uns aos outros: os leais ao rei e à religião tomaram posição à direita da presidência, a fim de evitar os gritos, blasfêmias, e indecências que corriam soltas no campo oposto”. (CRUZ, 2015, p. 15/16)

Tarouco e Madeira (2013) lembram que, com a expansão do movimento operário e a difusão das perspectivas marxistas, a posição de esquerda passou a incorporar a defesa dos interesses da classe proletária. Enquanto isso, com os debates da socialdemocracia no final do século XIX e a revolução russa de 1917, a defesa do capitalismo deslocou a burguesia para a direita. Logo depois, a emergência do *keynesianismo* a partir da década de 1930 e do *welfare states*, com suas políticas redistributivas, reforçaram a oposição entre a liberdade de mercado e o Estado interventor, deslocando também o liberalismo para a direita.

Bobbio (1998) também estabelece que direita e esquerda são conceitos espaciais e não ontológicos, ou seja, não tem um conteúdo determinado e constante ao longo do tempo.

“Direita” e “esquerda” não são conceitos absolutos. São conceitos relativos. Não são conceitos substantivos ou ontológicos. Não são qualidades intrínsecas ao universo político. São lugares do “espaço político”. Representam uma determinada topologia política, que nada tem a ver com a ontologia política: “Não se é de direita ou de esquerda no mesmo sentido que se diz que se é ‘comunista’, ‘liberal’, ou ‘católico’.” Em outros termos, direita e esquerda não são palavras que designam conteúdos fixados de uma vez pra sempre. Podem designar diversos conteúdos conforme os tempos e as situações. (BOBBIO, 1998, p. 91/92)

Para Bobbio (1998) a relatividade dos dois conceitos também é provada pela possível mobilidade na linha espacial. Ele explica que uma esquerda ao se deslocar para o centro pode se tornar uma direita em relação a uma esquerda que não saiu da sua posição. Assim como uma direita que se desloca para o centro pode se tornar uma esquerda em relação a uma direita que não se movimentou.

[...] a tendência ao deslocamento para as posições extremas tem por efeito, em circunstâncias de particular tensão social, a formação de uma esquerda mais radical à esquerda da esquerda oficial, e de uma direita mais radical à direita da direita oficial: o extremismo de esquerda desloca a esquerda mais para a direita, assim como o extremismo de direita desloca a direita mais para a esquerda. (BOBBIO, 1998, p. 93)

Parece ter sido o que ocorreu no Brasil após o início das manifestações de 2013, quando vimos ganhar força as pautas com temas relacionados à uma direita mais extremista, se considerarmos o liberalismo econômico e o conservadorismo presente em tal agenda, temas que há tempo não apareciam tão fortemente nas disputas eleitorais.

A análise de Bobbio (1998) mostra as muitas possibilidades de variações entre posições a esquerda e a direita do espectro político, podendo então falarmos em esquerdas e direitas. Porém, neste trabalho, vamos usar os termos no singular, com a justificativa de entendê-los apenas como posições opostas.

O fato de direita e esquerda representarem uma oposição quer simplesmente dizer que não se pode ser simultaneamente de direita e esquerda. Mas não diz nada sobre o conteúdo das duas partes contrapostas. A oposição permanece, mesmo que os conteúdos dos dois opostos possam mudar. (BOBBIO, 1998, p.92)

O autor mesmo aponta que entre as diferenciações do que chamamos de direitas ou esquerdas, o tema que retorna em todas as variações é o da contraposição entre visão horizontal ou igualitária da sociedade e visão vertical ou inigualitária. Por isso, neste trabalho, com base no contexto político no qual se desenvolve este estudo, denominamos de esquerda os grupos políticos que priorizam os gastos sociais promovendo a redistribuição de renda, a atuação do Estado para a manutenção dos direitos dos cidadãos e ainda a regulação do mercado. Por outro lado consideramos de direita os grupos políticos com ideais de livre mercado, redução do Estado e meritocracia. O fator conservadorismo também é localizado aqui como uma característica dessa direita e sua agenda neoliberal, como veremos mais a frente.

O leitor pode perceber que não identificamos aqui demais grupos como fascistas, nacionalistas, ou outras derivações dentro dos campos de esquerdas e direitas como alas radicais. Não queremos ignorar sua existência, mas apenas nos ater aos grupos que integram a polarização desde o início das manifestações de 2013, sendo esses identificados popularmente como esquerda e direita.

Depois de esclarecer nossa visão da divisão política brasileira entre direita e esquerda, podemos analisar quando e como se deu a mudança de rumo das manifestações.

Em entrevista concedida ao programa Roda Viva, os integrantes do MPL Nina Cappello e Lucas Monteiro de Oliveira², deixaram bem clara a intenção do movimento: revogar o aumento de vinte centavos na tarifa do transporte público. Quando questionados se isso seria possível, afirmaram se tratar de uma questão política e que o alto preço da passagem restringe o direito da população circular pela

² Entrevista Nina Capello e Lucas Monteiro ao programa Roda Viva em 17 de junho de 2013.

cidade e ter acesso a outros serviços como saúde e educação. Uma demanda que implica a intervenção do Estado e acompanha, apesar da posição apartidária do movimento, os ideais políticos da esquerda.

Foi com essa bandeira que o MPL convocou os primeiros atos de junho de 2013 usando a força das redes sociais. Mas elas não eram, para os integrantes do movimento, a única razão da sua capacidade de mobilização, já que também atuavam com diversas ações fora da rede. Lucas Monteiro, porta voz do movimento durante as manifestações, afirmou em entrevista ao programa Roda Viva, na segunda semana de protestos, que as mídias sociais são uma renovação da forma de organização que se torna mais autônoma e horizontal, assim como o MPL sempre atuou.

Se para o MPL as redes eram apenas uma frente de atuação, outros movimentos nasceram e cresceram ali. Entre eles, muitos com bandeiras mais alinhadas a políticas da direita como mostra um levantamento feito pela empresa de análise de redes sociais Social Bakers (REVISTA EXAME, 28/04/2017). Entre as dez principais páginas de movimentos ligados à esquerda e à direita, no Facebook, analisando o crescimento entre 2015 e 2017, aquelas de direita cresceram de 7 milhões de seguidores para 18 milhões, enquanto as páginas à esquerda cresceram de 5 para 11 milhões.

Alguns autores avaliam que o momento era propício para a engajamento da direita, que há muito tempo não era presente em mobilizações populares. A insatisfação com políticas implementadas pelo governo petista, a crise econômica e a escalada da corrupção era a oportunidade necessária para a proposição da mudança da agenda econômica e política do país. E os jovens os atores para promover essa mudança.

É o que podemos constatar ao avaliar a participação da juventude nos protestos. Um levantamento feito por Schimit (2014), com base nos dados do IBGE, mostra que a participação porcentual dos jovens entre 15 e 24 anos na população brasileira tem caído nos últimos anos. Em 2000 os jovens representavam 20,1% da população e em 2010, no Censo seguinte esse número caiu para 17,9%. A população do país aumentou em 10 anos, claro, passando de 169,8 milhões para 190,9 milhões de pessoas. Porém o número de jovens não cresceu na mesma proporção, sendo 34,1 milhões em 2000 e 34,2 milhões em 2010. O autor usa os dados acima para concluir que a participação dos jovens nos protestos foi bem maior do que o restante da população:

Pesquisa realizada pelo Datafolha numa das maiores manifestações ocorridas na cidade de São Paulo revelou que 51% dos manifestantes tinham até 25 anos de idade.[...]. Na prática isso significa dizer que o peso relativo da juventude naqueles protestos foram cerca de três vezes superior ao seu peso na população geral. É a mesma coisa de dizer que os jovens foram para a rua numa intensidade muito maior do que a média dos brasileiros. Essa é a prova de que os jovens foram capazes de compensar suas perdas demográficas quantitativas com inegáveis ganhos qualitativos e simbólicos. (SCHIMITT, 2014. P.152)

A participação em massa da juventude, para Dantas (2013), também contribuiu para a capacidade de mobilização dos movimentos. Durante um debate feito pelo instituto de estudos avançados da universidade de São Paulo, ela afirmou que os jovens mostraram que não estavam, como se pensava, alienados da política e isso fez com que a sociedade aderisse aos seus anseios que eram, na verdade, de todos.

De repente a população vê os jovens se manifestando e também quer se manifestar, porque é vida, porque significa sair desse estado de certo sonambulismo, uma anestesia pela qual todos estavam tomados. Outros jovens, então, começam a participar desse movimento. É um momento de catarse, em que as pessoas estão colocando para fora a vivência de uma dissonância cognitiva [...], em que sua percepção da realidade não está de acordo com o que é dito. E o que é dito? Que somos a 7ª economia do mundo, que estamos melhorando, que a classe média está se expandindo, coisas muito positivas que são colocadas e propagandeadas. (DANTAS, 2013)

Trata-se de uma nova geração de militantes que nasceu e cresceu no regime democrático e não teve a vivência de outras épocas, como as décadas de 1970 e 1980 quando movimentos sociais ganharam força no país com a luta contra o regime militar. (GOHN, 2014)

Brigel e Pleyers (2015) avaliam que essa nova geração não possui as mesmas experiências, visões de mundo e relações com o campo popular-democrático das décadas de 1970 e 1980. E que, inclusive, esse campo está em processo de dissolução por conta do questionamento do modelo petista de governar como pela capacidade de se articular com as novas forças sociais.

Não deixa de ser curioso que aqueles atores (como o próprio PT e outros vinculados aos *novos movimentos sociais* e ao *novo sindicalismo* emergente no ciclo de luta das décadas de 1970 e 1980) que apareceram então como novidade no emblemático trabalho de Emir Sader sejam hoje vistos, pela nova geração de ativistas, como sinônimo do velho. (BRINGEL e PLEYERS, 2015, p.15)

Mesmo assim os autores tem cautela nesse debate e afirmam que ainda estamos no processo onde o novo ainda não acabou de nascer o velho não morreu. O que eles querem dizer é que o surgimento de novos atores, mais descentralizados, com visões mais libertárias, formas de organização mais fluidas e expressividades mais culturalmente orientadas não levam, necessariamente ao fim da relação com o Estado. Nas palavras deles o que há é uma “coexistência, com diferentes possibilidades de cooperação e de conflito”.

Mas não é apenas dos movimentos dos anos 1970 e 1980 que a realidade atual se difere. Gohn (2011) descreveu o panorama dos movimentos sociais neste novo milênio e suas demandas. Entre os treze eixos temáticos apontados pela autora, estão movimentos pela moradia e contra a violência urbana, pela participação popular na gestão pública como o caso do Orçamento Participativo, de direitos humanos, como nos presídios, movimentos contra políticas neoliberais como as privatizações de estatais, fóruns de mobilização social como o Fórum Social Mundial, uma iniciativa brasileira e as cooperativas populares para geração de trabalho e renda.

Como podemos ver, são todas iniciativas voltadas para o fortalecimento do respeito aos direitos e aos deveres dos indivíduos e das coletividades, mediante participação popular na gestão pública de um Estado presente.

Proposta semelhante foi a bandeira do MPL, no início dos protestos. Porém, o que observamos em seguida foi o surgimento de demandas muito diferentes desses preceitos e declaradamente neoliberais, por tanto, localizadas à direita da política brasileira.

Dobry (2014) explica como pode se dar essa mudança no rumo dos movimentos:

[...] em vista de diferentes objetivos, ‘razões’ ou ‘interesses’, que atores heterogêneos, em universos sociais diferenciados, ao agirem sob efeito de cadeias causais não menos heterogêneas, podem se incorporar a mobilizações iniciadas por outros, se incorporar a elas muitas vezes enquanto oportunidade para agir (...), e assim, por sua simples entrada no jogo, inflectir, ou, por vezes, modificar radicalmente a trajetória história dessas mobilizações. (DOBRY, 2014, p.17)

Foi o que aconteceu no decorrer das manifestações. E foram os jovens, novatos na política, mas experientes nas Redes Sociais que ajudaram a difundir as ideias da direita. Ou talvez devamos chamá-las de novíssimas direitas brasileiras, tendo como referência uso do termo por Braga, Rosa e Ângelo (2019) para distinguir essa nova fase dos grupos direitistas que os difere da direita que conhecemos ao

longo dos últimos anos, no país. As novíssimas direitas são formadas por grupos políticos que acreditam no livre mercado, mas também recorrem eventualmente ao controle estatal para lidar com a normatização daqueles costumes orientados exclusivamente pela cultura ocidental construída a partir da traição judaico-cristã. Em síntese, uma direita com ideias de liberdade puramente econômica e conservadora no campo dos costumes.

Foi essa vertente à direita que apareceu, durante os protestos iniciados em 2013, expressando sua vontade de promover mudanças nas políticas que vinham sendo adotadas pelo governo petista desde 2003.

As tendências de centro e direita pegaram carona na corrente deslanchada pela nova esquerda, só que os caronistas foram tantos que, em certo momento, acabaram por mudar a direção do veículo. Acredito que setores de classe média de centro e de direita intuíram que havia ali uma oportunidade para expressar um mal-estar difuso com a situação do país. (SINGER, 2013, p. 13/14)

Dessa forma se deu a mudança de curso das manifestações, iniciadas por movimentos de esquerda mas que serviram de palco para o levante da direita, há muitos anos distante das ruas brasileiras. Não é à toa que veio à tona, nos debates promovidos a máxima que dizia que há menos de uma década, os liberais brasileiros brincavam que, juntos, cabiam todos dentro de uma Kombi. Mas uma nova fase parecia estar se iniciando para o movimento liberal brasileiro.

Podemos destacar dois movimentos que se formaram na ala à direita da política brasileira durante as manifestações iniciadas em junho de 2013 e defendiam publicamente a renúncia ou abertura de processo de impeachment contra a presidenta Dilma, do Partido dos Trabalhadores (PT). São eles: o Vem Pra Rua, e o Movimento Brasil Livre que, apesar de aparecer em alguns atos ainda não se apresentava como um grupo organizado. Foi só em novembro de 2014, após a reeleição em segundo turno de Dilma Rousseff, que o MBL passou se assumiu como um movimento organizado com liderança definida e agenda de eventos.

Um outro movimento, conhecido como Revoltados On Line, também pegou carona na onda direitista e ganhou destaque com o seu posicionamento antigoverno em 2014, porém diferentemente dos outros, a defesa era por uma intervenção militar para tirar o governo do poder, e não por um estado mínimo como pregava os demais. Por isso, há de se considerar a diferença ideológica entre eles.

Conforme a descrição das performances políticas feita por Alonso (2017) podemos dizer que esses grupos se encaixam no repertório patriota que, apesar de não muito notado em 2013, ganhou força nos anos seguintes e recuperou símbolos e agendas de grandes mobilizações nacionais anteriores como a Diretas Já (1984) e o Fora Collor (1992). Se nas primeiras os manifestantes defendiam eleições presidenciais e também melhores condições de vida, na segunda a luta era contra a corrupção. Como avalia a autora, pautas comuns aos movimentos contemporâneos.

Dois setores inverteram posições ao longo de 2014: o protagonismo à esquerda do governo passou dos grupos de estilo autonomista para os de estilo socialista. E o setor patriota se hipertrofiou já em julho, sublevado contra o programa Mais Médicos — resposta de Dilma às demandas do mês anterior. Setor que brilharia daí por diante. (ALONSO, 2017, p.49)

Foi nesse contexto que os grupos de direita se encontravam. A autora avalia ainda que, dentro desse cenário, na liderança da ala mais liberal estava o VPR, no meio do caminho, o MBL, e, na frente reacionária o Revoltados On Line. Esse último perdeu força apesar de se manter ativo no ambiente virtual. Aos poucos o protagonismo foi sendo assumido pelo Movimento Brasil Livre que passou a fazer convocações pelas redes sociais, o seu principal meio de atuação.

1.6 Conservadorismo como característica da nova direita

É possível analisar o viés conservador dessa nova direita tendo como exemplo o episódio da exposição promovida no espaço Santander Cultural, em Porto Alegre, chamada *Queermuseu: cartografias das diferenças na arte brasileira*. Tratava de uma coletânea que reunia 270 trabalhos de 85 artistas que tratavam de temáticas como questões de gênero, diversidade, LGBT e *queer*. Aliás, este último termo, que dá nome à exposição se refere a pessoas que não seguem os padrões de sexualidade convencionais. Mas as portas foram fechadas ao público, dias depois da sua abertura, em 15 de agosto de 2018, depois dos ataques promovidos nas redes sociais dizendo que se tratavam de ofensas à moral e aos bons costumes.

Os protestos foram promovidos pela sociedade civil e também por grupos organizados, como o MBL. Um dos seus integrantes, Arthur do Val, chegou a dizer em seu canal no YouTube 'Mamãe Falei' que as obras eram ilustrações de pedofilia e zoofilia. "Uma porcaria!", declarou Arthur que ainda disse ser uma ofensa aos cristãos.

Podemos tomar esse fato como exemplo da onda conservadora que vem crescendo país a fora. Nas eleições de 2014 o Brasil elegeu o congresso mais

conservador das últimas cinco décadas, como lembra Faganello (2015). Foi quando a deputada federal do PT Erika Kokay cunhou a sigla BBB (Revista Carta Capital 07/12/2017), se referindo a boi, bíblia e bala, respectivamente, bancada ruralista, evangélica e da segurança, todas em ascensão no congresso federal.

A representatividade já era o reflexo do que ocorria na sociedade. De acordo com pesquisa feita pelo Ibope, a sociedade brasileira atingiu o ápice do conservadorismo em dezembro de 2016, quando 54% dos brasileiros declararam posições tradicionais em relação a questões como aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, pena de morte e redução da maioridade penal.

Muitos autores defendem que o conservadorismo brasileiro está associado às bases históricas de construção da sociedade. Bravim e Borges (2017) lembram que o Brasil é um país de grandes discrepâncias econômicas e sociais que tiveram início ainda na colonização quando já era característica das atividades econômicas a exploração da extrema pobreza da maioria da população para a geração de riquezas para alguns poucos. Além disso, os autores consideram a cristianização da população mais pobre pelos países colonizadores um artifício para a subordinação sob o disfarce de salvação através da religião.

Pautados neste entendimento da cultura do outro, empreendeu-se por parte dos colonizadores o esforço de cristianização dos povos nativos para a glória da divindade cristã que, colateralmente, serviu como justificativa a Portugal, Espanha e à Igreja Católica para o apresamento e a escravização de seres humanos, tendo por camuflagem ação piedosa e caritativa para fins de salvação dos povos “sem religião”, dando-se a partir daí o etnocídio destes povos. (BRAVIM; BORGES, 2017, p. 179)

Tal recuo histórico se torna importante para entender a raiz do preconceito entre classes até hoje enraizado no país, porém banalizado pelo senso comum que proclama a certeza de ser um povo democrático sem perceber o abismo que separam os estratos sociais.

E sendo a religião um importante fator do conservadorismo, o crescimento dos adeptos à religiões evangélicas, também contribuiu para o fortalecimento desse sentimento. Entre o ano 2000 e 2010 o número de evangélicos no país aumentou 61,45%, de acordo com o IBGE, Censo 2010, passando de 15,4% para 22,2% da população.

Villazón (2014) relaciona o crescimento do movimento evangélico a contextos caracterizados pelo predomínio de estruturas hierárquicas tanto na família

quanto nas comunidades de fé. Para ele, essas relações hierárquicas permitem que as pessoas reconstruam suas relações familiares afetadas pelas crises e transformações sociais.

A família nuclear, heterossexual e baseada em uma subordinação “benigna” das mulheres se torna o núcleo da experiência religiosa de grandes setores evangélicos. Esse tipo de construção do cosmos sagrado evangélico das últimas décadas é a base para o desenvolvimento de predisposições contrárias às mudanças sociais e culturais que possam afetar a família tradicional-patriarcal. E é a base para assimilar os discursos “pró-família” e “pró-vida” das elites conservadoras tanto da América Latina quanto da nova direita cristã dos EUA. (VILLAZÓN, 2014, p.113)

Trata-se do mesmo sentimento de salvação pregado na época do Brasil Colônia, agora dividido entre diferentes religiões cristãs. Bravim e Borges (2017) lembram que o contingente populacional de nosso país condensa mais cidadãos católicos e protestantes à medida que se aproxima dos estratos menos favorecidos economicamente, e que as pessoas que optam por tais religiões, em sua maioria, se encontram em situação de pobreza.

Sendo assim a ascensão social das classes mais baixas promovida pelos programas sociais que tiveram início no governo FHC e ainda mais investimentos nos governos petistas, também contribuíram para o crescimento da população evangélica no país e, com isso, contribuíram para o avanço da onda conservadora.

A classe média desempenha um papel norteador na sociedade ao ter a sua posição almejada pelos mais pobres e por estar em constante busca de ascensão para alcançar os estratos sociais mais elevados. São professores do ensino básico, enfermeiros, funcionários públicos, trabalhadores da indústria, enfim, assalariados que estão sob as ordens das classes A e B, que almejam o crescimento para se tornarem, um dia, patrões. E para isso entendem ser necessário assumir as tradições dominantes, mantendo as etiquetas e convenções sociais.

Outro fator importante que contribui para a onda conservadora está presente entre os jovens brasileiros que, com receio de sofrerem com falta de emprego, baixo poder de consumo acabam por sucumbir ao capitalismo e passam a assumir a postura de empreendedores de si, ou *homo economicus*, e assim são capturados pela cultura empresarial.

Contudo, estas alas mais conservadoras, do qual os jovens adaptados geralmente são tributários, exercem enorme protagonismo na política nacional. Não é à toa que vemos manifestações políticas mescladas com ações religiosas e moralistas ocupando um enorme espaço como, por

exemplo, A Marcha para Jesus, capitaneada pela ala pentecostal e conservadora, como forte apelo nas classes populares projeção institucional, com postos ocupados por figuras como Bolsonaro, Feliciano e demais representantes do conservadorismo que visam combater quaisquer ações que violem os princípios morais e religiosos destes. No entanto, essa tensão se dá não apenas de maneira exterior a esses movimentos e de forma que se poderia retomar a já desgastada oposição entre esquerda e direita ou conservadores e progressistas. Nesses movimentos também habitam futuros empreendedores de si, aptos, em pouco tempo, a utilizarem a expertise adquirida em meio aos movimentos de resistência para aplicá-las de forma empreendedora em novas formas organizacionais de empresas, partidos, sindicatos e universidades. (AUGUSTO; ROSA; REZENDE, 2016. p.34)

A crise econômica fez aumentar a instabilidade e a insegurança da população, enquanto a crise política fez crescer a desconfiança no poder público. Fatores que somados levaram à rejeição do modelo que estava posto e abriu espaço para a disseminação das ideias conservadoras que por muito tempo ficaram guardadas principalmente pela elite. O reflexo estava no congresso nacional que passou a discutir projetos como o da redução da maioria penal, a liberação do uso de armas, terceirização do trabalho e se mostrou contrário a pautas como criminalização da homofobia e das discussões de gênero nas escolas. Tivemos então mais que uma onda, mas uma *maré conservadora*, como preferiu chamar Almeida (2015).

Isso significa dizer que não se trata apenas de um movimento único com viés conservador, mas vários movimentos que caminham em direções distintas e que se esbarram em determinadas ideias. São vários os grupos da direita que, como sabemos, defendem pautas diversas, mas se aproveitam de um contexto favorável para ganhar força ao se unir a outros grupos. Nesse caso, em vez de uma onda, temos então várias pequenas ondas que juntas configuram a tal *maré conservadora*, potencializada pelo comportamento do que chamamos da novíssima direita brasileira.

1.7 O sentimento antipetismo como característica dessa nova direita

Junto a *maré conservadora*, vimos surgir também o sentimento antipetismo que ficou mais latente nos anos seguintes ao início das manifestações, com a ascensão de grupos organizados com pautas direitistas, como o MBL.

O desejo de mudança, clamado pelas ruas, foi aos poucos convertido ao apontamento do PT como o responsável pelas mazelas vividas pelo país. Os escândalos de corrupção passam a ser imputados ao governo petista e todo o legado dos anos anteriores é suprimido da memória popular.

A falta de diálogo do governo Dilma com a sociedade pode ser apontado como um dos fatores motivadores desse sentimento. Após o início dos protestos o governo ainda tentou responder à população, porém as medidas ora não foram colocadas em prática, ora não foram satisfatórias. Em pouco tempo a popularidade do governo despencou, mas não o suficiente para impedir que a presidente fosse reeleita em 2014. O embate seguiu para o segundo turno com outro candidato, Aécio Neves (PSDB), tendo como placar final 51,64% dos votos contra 48,36%, elegendo a presidente na mais acirrada disputa em segundo turno que o país já teve.

Em seu primeiro discurso, a presidente reeleita pediu a união dos brasileiros e disse que não acreditava que as eleições teriam dividido o país ao meio já que todos queriam um futuro melhor para o Brasil. Porém a divisão já estava feita não só na sociedade mas também e, principalmente, no congresso brasileiro. A oposição passou a trabalhar como estivesse no terceiro turno das eleições fazendo o que podia para derrubar o governo. Foi nesse contexto que a presidente foi acusada de uso de Caixa 2, na campanha eleitoral, e ainda das pedaladas fiscais – uma manobra contábil para cumprir as metas fiscais e mostrar equilíbrio entre os gastos e despesas nas contas do governo. O executivo teria atrasado o repasse de recursos para os bancos e esses pagavam com recursos próprios os benefícios sociais como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida.

A oposição ao governo também estava nas ruas e pôde ser vista nas manifestações de grupos revoltados com a reeleição. Em entrevista para essa pesquisa, Alexandre Santos (2018), um dos fundadores do MBL, disse:

[...] quando veio a vitória dela a gente ficou bem abalado e marcou a primeira manifestação, na pura rebeldia, não foi nada organizado, tipo “pô se ela ganhar já vamos deixar” foi “não! Não acredito!” Aí marcamos a primeira de novembro e a gente tá aí. [...] E outra coisa: existia um cenário óbvio de que se não fosse feito nada o país estava indo para a vala. Porque o PT... Todos os partidos roubam, a maioria dos políticos tudo bandido dessa geração aí... Mas a forma como o PT roubava era pra se perpetuar no poder. O PT não só pegava o dinheiro e comprava uma BMW mas comprava a BMW e comprava o parlamentar, comprava o legislativo e aquilo sim era o golpe que estava em curso no país. E a gente entendeu isso e falou: vamos para o pau. (SANTOS, 2018)

O Movimento Brasil Livre, do qual Alexandre faz parte, foi um dos grupos articuladores dos protestos realizados contra o PT no ano de 2015. Para Tatagiba (2014) é emblemático observar nos documentos, vídeos e site como o grupo se reconhece como defensor de um Estado mínimo, alinhando-se com receituário neoliberal, mas

tento como um dos slogans, “Brasil livre é Brasil sem PT”, mostrando assim o antipetismo propagado pelo jovem grupo.

O que a autora destaca é facilmente percebido por quem já viu alguma postagem do grupo nas redes sociais. Com frequência, qualquer que seja o assunto em questão, os integrantes fazem menção ao período do governo PT, aos integrantes do partido ao ainda a quem defende os ideias da legenda.

Outro fator importante a ser considerado é que, a partir de 2015, apesar das manifestações – muitas convocadas pelo MBL - ainda carregarem pautas defendidas em 2013, como o combate a corrupção e a melhoria dos gastos públicos, muitos participantes não haviam votado no PT nas últimas eleições. Além disso os atos convocados já tinham como bandeira o pedido de impeachment da presidente.

Apesar de presente, essa ainda não era a maior motivação que levava a população às ruas no país. Uma pesquisa pelo Datafolha³ mostrou que a principal motivação era a luta contra a corrupção (47%) e em segundo lugar estava o pedido de impeachment da presidente (27%). Em terceiro lugar se encontravam as menções contra o PT (20%) e tinha ainda aqueles que se colocavam contra os políticos de uma forma geral (14%). Mas a mesma pesquisa mostrou que nessa manifestação, que levou 210 mil pessoas às ruas, 82% declararam ter votado em Aécio Neves no segundo turno das últimas eleições. O que mostra que, já havia ali um público de rejeição ao projeto petista. Público este formado por 76% com ensino superior e 41% declarando receber mais de dez salários mínimos. Dado que mostra o perfil dessa rejeição.

Foi esse público, que Souza (2016) identifica como classe média conservadora que nunca havia comprado a pauta de reforma social petista, que deu base a importante participação da cobertura midiática que federalizou as manifestações. Para o autor a mídia foi parte de uma estratégia para transformar as reivindicações por questões municipais (transporte público) em pautas que cabiam à federação (corrupção) e, portanto, em crítica à presidente.

Até aí nenhuma novidade. Mas essa classe ganha, nesses episódios, por força da construção da narrativa midiática que lhe reserva o papel de herói cívico, um estímulo novo e gigantesco. A intensidade do apoio aumenta, e a mobilização desses setores chega a graus inéditos na história do país. A direita conservadora e moralista de ocasião começa a sair do armário e se assumir. (SOUZA, 2016, p.96)

³ Datafolha. Pesquisa feita no dia 15/03/2015.

Para ele, o fato dessa classe média conservadora ocupar o palco da política acompanhada da cobertura midiática levou ao impeachment de Dilma Rousseff.

Mas outros fatores também são apontados por autores como motivadores desse sentimento anti-petismo, como o fato de o governo, após reeleito ter abandonado o diálogo com a sociedade civil, inclusive deixando de dar satisfações sobre as acusações que lhe eram feitas. Além disso, a formação ministerial baseada no cálculo partidário de governabilidade, com nomeações de pouco ou nenhum prestígio na sociedade, também desagradou a quem já estava de olhos abertos a tudo que acontecia em Brasília para, se preciso fosse, voltar às ruas.

A rejeição ao governo petista crescia, o que para Singer (2012) não era algo novo. O autor já havia analisado que desde o primeiro governo Lula, houve um ‘realinhamento eleitoral’ do *lulismo*, uma variação da massa eleitora que colocou Lula no poder em 2002 para que o elegeu no pleito seguinte. O autor explica que, no primeiro caso, havia sim a participação da classe média nesse eleitorado, mas que, porém, no segundo caso, esse público, não satisfeito com as políticas adotadas teria se afastado, sendo substituído por contingentes mais pobres da população. Esse afastamento não só permaneceu, como aumentou, principalmente durante o segundo governo Dilma que não manteve a agenda proposta durante o processo eleitoral se afastando ainda mais dos anseios da população. Tais erros não só levaram à queda da popularidade da presidente como a rejeição do *lulismo* como modo de representação política.

A crise ganhou proporções cada vez maiores até que no dia dois de dezembro o então presidente da câmara, Eduardo Cunha, deu prosseguimento ao pedido de impeachment da presidente. A partir daí foram 273 dias de discussão no congresso que se encerrou com a cassação do mandato de Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016.

Mas a consumação do impeachment não foi suficiente para apagar a chama anti-petista que se mantinha acesa graças ao trabalho intenso dos partidos opositores e principalmente dos movimentos populares à direita da política brasileira que nasceram durante as manifestações dos últimos anos. Entre eles se destaca o Movimento Brasil Livre e sua agenda neoliberal.

Este movimento se apoiou nas ideias defendidas pelos institutos liberais brasileiros que desde a década de 80 propagavam sem grandes repercussões as ideias que já começavam a ganhar governos mundo a fora desde a década anterior.

Com sua força de comunicação nas redes sociais e capilaridade numa sociedade tomada pela decepção com o poder público, o MBL conseguiu disseminar com maestria as ideias neoliberais e colocá-las para o público como solução para a retomada do desenvolvimento do país.

Foi dessa forma que o movimento se tornou um importante aliado para que a direita conseguisse eleger nas eleições federais seguintes, em 2018, um presidente declaradamente liberal (assim preferem chamar o que entendemos por neoliberal), Jair Bolsonaro.

É justamente sobre o liberalismo que vamos tratar no próximo capítulo, para, assim, entender as bases da agenda proposta pelo MBL, nosso objeto de estudo nesse trabalho.

2. NEOLIBERALISMO: DE ONDE VEM?

[...]

Kim Katagui: E neoliberal pra gente não existe. Fala um autor neoliberal.

Pablo O. Rosa: Por exemplo, o Hayek.

Kim Katagui: Ele é um autor liberal. Quem classificava como neoliberal?

Tatiane Braga: Pra vocês não existe um novo liberalismo?

Kim Katagui: Qual a diferença do que Hayek defende do que Adam Smith defende? (KATAGUI, 2018)

O breve trecho da entrevista feita com integrantes do Movimento Brasil Livre mostra que eles acreditam defender uma agenda liberal e não neoliberal. A partir dessa afirmação vamos aqui buscar entender a diferença entre esses termos e suas aplicações. E vamos começar por diferenciá-los historicamente já que muitos autores distinguem com muita clareza o liberalismo clássico do que se convencionou chamar de liberalismo nos dias de hoje. Sartori (1994), por exemplo, enfatiza que se trata de uma grande injustiça com teóricos que deram início a esse modelo.

Gostaria de enfatizar que se trata de uma grande injustiça com o liberalismo. Locke, Blackstone, Montesquieu, Madison e Constant não foram teóricos de uma economia laissez-faire. Pra eles liberalismo significava o governo-da-lei e o Estado constitucional; e liberdade era liberdade política, não o princípio econômico do livre comércio, ou, pior ainda, a lei da sobrevivência dos mais adaptados." (SARTORI, 1994, p. 154)

Apesar do termo liberalismo ter sido cunhado, na Inglaterra do século XIX, tal ideologia fora proposta muito antes, há quase três séculos, por teóricos como o inglês John Locke, no século XVII.

Mas antes de falar do Estado liberal de Locke é preciso entender o contexto em que essas ideias surgiram. Tal compreensão é fundamental para a análise que nos propomos fazer para encontrar as diferenças entre os liberalismos ao longo do tempo.

2.1 Raízes do liberalismo

O liberalismo é comumente associado à figura do filósofo John Locke (1632-1704) que, contrário ao absolutismo monárquico, propõe a intervenção mínima do estado.

Tais ideias contrariam o pensamento do seu antecessor Thomas Hobbes (1588-1679), que defendia o Estado maior. O filósofo inglês autor de *Leviatã* considerava que todos os seres humanos são maus por natureza e a ausência de um

controle soberano leva a conflitos entre eles. Daí podemos entender o significado da sua célebre frase: “O homem é o lobo do próprio homem”. Weffort (2006), cita um trecho de Leviatã que explica a ideia de Hobbes sobre os homens serem absolutamente iguais, no corpo e no espírito.

Todo homem é opaco aos olhos do seu semelhante. Eu não sei o que o outro deseja e, por isso, tenho que fazer uma suposição de qual será a sua atitude mais prudente, mais razoável. Como ele não sabe o que quero, também é forçado a supor o que farei. Dessas suposições recíprocas, decorre que o mais razoável para cada um é atacar o outro, ou para vencê-lo ou, simplesmente, para evitar um ataque possível: assim a guerra se generaliza entre os homens. (WEFFORT, 2006, p.55)

Essa seria a sociedade que Hobbes chama de ‘estado de natureza’, onde todos os indivíduos tem direito à vida e podem fazer o que for para manter essa condição. No caso da propriedade, pela concepção hobbesiana, o indivíduo que usa uma terra para plantar e se alimentar, pode fazê-lo mas não é dono, e, se chegar alguém mais forte, pode lhe tomar aquele espaço.

Por isso, Hobbes propõe a criação de um Estado. Através de um contrato social os indivíduos dariam plenos poderes ao soberano, armado, capaz de forçar os homens ao respeito.

E os pactos sem a espada não passam de palavras, sem força para dar qualquer segurança a ninguém. Portanto, apesar das leis de natureza (que cada um respeita quando tem vontade de respeitá-las e quando pode fazê-lo com segurança), se não instituído um poder suficientemente grande para nossa segurança, cada um confiará e poderá legitimamente confiar, apenas em sua própria força e capacidade, como proteção contra todos os outros. (WEFFORT, 2006, p.103)

Isso inclui o não direito à propriedade privada que, por não se tratar de um direito natural do homem, passa a ser de responsabilidade do governo.

Mais que dar o poder absoluto ao Estado, Hobbes acredita que a sociedade só nasce depois dele. São indivíduos vivendo sob normas estabelecidas por um soberano, para o qual fora transferido os direitos naturais de cada um, abrindo mão de inclusive da liberdade individual. Em contrapartida, cabe a esse escolhido garantir a vida, a paz e a segurança dos governados.

Porém, ainda no século XVII, tamanho controle do Estado passa a ser questionado. Na Inglaterra, a coroa e o parlamento estavam em conflito. De um lado se tinha quem gozava dos benefícios concedidos pelo rei e de outro a burguesia sedenta por liberdade de comércio e de produção. Uma grande guerra civil aconteceu

e resultou na implantação da república na Inglaterra, quando o país se tornou uma grande potência naval e comercial. Foi quando uma crise política se instalou e, para evitar uma nova guerra, a monarquia foi restaurada. Mas não demorou muito para que os contrários ao absolutismo se organizassem e tomassem o poder do rei, dando início a um período de monarquia limitada. Era o início do Estado liberal, no qual o poder estava não mais na mão do rei, mas sim de um parlamento.

É nesse contexto que o filósofo John Locke escreve *Dois tratados sobre o governo civil*. Nessa obra o autor defende, ao contrário do seu contemporâneo Thomas Hobbes, que os homens eram seres pacíficos que não necessitavam de tamanha submissão de um governo. Pra ele, o Estado era necessário apenas para garantir os direitos naturais, sendo eles: a própria vida, a liberdade e os bens. Esse deveria ser criado através de um contrato social para resolver os conflitos que poderiam vir a acontecer entre os homens com justiça e imparcialidade.

Em suma, o livre consentimento dos indivíduos para o estabelecimento da sociedade, o livre consentimento da comunidade para a formação do governo, a proteção dos direitos de propriedade pelo governo, o controle do executivo pelo legislativo e o controle do governo pela sociedade, são, para Locke, os principais fundamentos do estado civil. (WEFFORT, 2006, p.87)

Sobre o direito à propriedade, Locke defendia se tratar de um direito natural que antecede a existência de um Estado e por isso deve ser garantido. Pra ele, o trabalho é o critério original de aquisição da propriedade. Se um homem no estado de natureza encontrasse uma terra vazia e passasse a produzir nela, teria direito àquela propriedade. Então, toda riqueza que o homem fosse capaz de obter por meio de seu esforço individual deveriam ser de sua propriedade.

É o trabalho, portanto, que atribui a maior parte do valor à terra, sem o qual, dificilmente ela valeria alguma coisa; é a ele que devemos a maior parte de todos os produtos úteis da terra; por tudo isso a palha, farelo e pão desse acre de trigo valem mais do que o produto de um acre de terra igualmente boa mas abandonada, sendo o valor daquele o efeito do trabalho[...]. (WEFFORT, 2006, p. 94)

Jean-Jaques Rousseau (1712-1778) também fala do estado de natureza, já citado por Hobbes e Locke. Na concepção desse autor o homem nasceria bom, mas a sociedade o corromperia. Ele rejeita o poder soberano, mas não a existência do Estado, e acredita ser possível garantir a liberdade do indivíduo através de um contrato social no qual esteja protegida a pessoa e seus bens e cada um não obedeça

a apenas um, mas a si mesmo. Uma sociedade onde todos abrem mão de interesses individuais em prol do bem comum.

Submetendo-se cada um a todos não se submete a ninguém em particular, e como não há um associado sobre o qual não se adquira o mesmo direito que se cede sobre si próprio, ganha-se a equivalência de tudo o que se perde e maior força para conservar o que possui. (ROUSSEAU, 2016, p. 29)

Um povo pode submeter-se a um rei, mas antes disso já é um povo e para escolher um rei há uma deliberação, portanto uma convenção. Sendo assim, o soberano, formado pelos particulares, não pode ter interesses contrários a eles. E aquele que recusar a obedecer a vontade geral será compelido a isso por todos.

Já sobre a propriedade privada, Rousseau dizia que o direito à propriedade privada era o início da desigualdade, que uma vez a terra delimitada impedia o crescimento dos outros. Sendo assim, o povo também deve deliberar sobre a propriedade de todos. Naquela época, a propriedade pertencia basicamente à nobreza e ao clero, que não produziam riqueza e por isso não pagavam altos impostos. Já a burguesia, defendida por Rousseau, era taxada pelo seu trabalho e, por isso, queria a igualdade para todos. “[...] o pacto social estabelece entre os cidadãos tal igualdade, que todos se obrigam sobre as mesmas condições e devem gozar dos mesmos direitos.” (ROUSSEAU, 2016, p.50)

Para esse estado funcionar, Rousseau ressalta a importância das leis e do papel do legislador. “Este é o mecânico que inventa a máquina, aquele é apenas o operário que a faz funcionar” (ROUSSEAU, 2016, p.52). Para ele, o sistema de legislação tem dois objetos principais: liberdade e igualdade. A liberdade é a civil, e a igualdade onde a riqueza não seja suficiente para comprar o outro nem o pobre seja pobre demais para se vender.

Sobre o governo, Rousseau (2016) determina sua função como a de um corpo intermediário entre súditos e soberano, encarregado da execução das leis e da conservação da liberdade. Numa legislação perfeita a vontade individual deve ser nula, a vontade do governo subordinada e a vontade geral sempre dominante. Porém alerta que sua instituição tem riscos já que este poder também tem sua vontade particular que pode tentar inverter os papéis e deixar de ser submisso para ser soberano.

Rousseau (2016) diz que, num estado livre, a felicidade de todos é mais atrativa que a individual. E quando o serviço público deixa de ser a atividade principal

do cidadão e ele prefere pagar alguém para que o faça, ninguém quer ir às assembleias porque sabem que a vontade geral não predominará, o Estado estará perdido. Os deputados não podem ser representantes do povo, apenas comissários. Mas reconhece a necessidade e diz que é preciso manter a vigília e trocá-los com certa frequência.

Para o autor, a vontade geral é indestrutível. Quando a sociedade se considera um só corpo e decide pelo bem estar geral, o Estado precisa de poucas leis. Porém quando os interesses particulares começam a se impor, a população se emudece como se nunca tivesse havido Estado e as leis só beneficiam interesses particulares.

O trabalho de Rousseau teve forte influência sobre a Revolução Francesa, período em que a sociedade lutou contra o absolutismo em prol da democracia.

No mesmo contexto histórico, durante o levantar do movimento Iluminista, outro autor ganha destaque por sua defesa pela liberdade, essa muito mais econômica que política: Adam Smith. Em sua obra, *A Riqueza das Nações*, escrita em 1776, o autor critica o mercantilismo promovido pelo absolutismo e propõe então a liberdade de mercado, sem intervenção do estado, para que a iniciativa privada pudesse se desenvolver. Com essa teoria ele é considerado, ainda nos dias de hoje, como lembra Moraes (2001), a pedra fundamental do liberalismo, ou a base da teoria liberal.

Smith afirma que o mundo seria melhor — mais justo, racional, eficiente e produtivo — se houvesse a mais livre iniciativa, se as atitudes econômicas dos indivíduos e suas relações não fossem limitadas por regulamentos e monopólios garantidos pelo Estado ou pelas corporações de ofício. Prega a necessidade de desregular e privatizar as atividades econômicas, reduzindo o Estado a funções definidas, que delimitassem apenas parâmetros bastante gerais para as atividades livres dos agentes econômicos. São três as funções do governo na argumentação de Smith: a manutenção da segurança interna e externa, a garantia da propriedade e dos contratos e a responsabilidade por serviços essenciais de utilidade pública.” (MORAES,2001, p.6)

Perceba que já há aqui diferenças do liberalismo clássico pensado por Locke, quando queria dizer governo da lei o Estado constitucional e liberdade era liberdade política e não de livre comércio e também das ideias de Rousseau que defendia um contrato social onde nenhum interesse fosse soberano aos demais.

Sartori (1994) cita, como exemplo das mudanças sofridas pelo liberalismo, o pensador francês Alexis de Tocqueville que, em 1835, publicou o primeiro volume da sua obra *A democracia na América* em que democracia e liberalismo lhe parecem

inimigos. A razão para essa visão seria o fato do teórico estudar no Estados Unidos, mas usar referências francesas, baseadas em Rousseau e assim associar democracia à igualdade. Porém, tempos depois, em 1848, para o pensador francês, liberalismo e democracia deixam de ser inimigos, juntam suas forças e o inimigo se torna então o socialismo.

Comparecendo à Assembleia Constituinte, Tocqueville disse: “A democracia e o socialismo estão ligados por uma palavra apenas: a igualdade; mas devemos mostrar a diferença a democracia deseja a igualdade na liberdade, ao passo que o socialismo deseja a igualdade na pobreza e na escravidão”. (SARTORI, 1994, p.152)

Para Sartori (1994), o que mudou talvez não tenha sido o pensamento de Tocqueville, mas sim a situação, já que a Revolução de 1848 havia mostrado a força do socialismo. Ele entende que o autor conclui que a igualdade inimiga da liberdade devia ser procurada no socialismo e a igualdade em harmonia com a liberdade deveria ser procurada na democracia antisocialista, na democracia que aceita o liberalismo. Conclui-se que a partir desse momento Tocqueville passou a dar ao termo democracia o significado de democracia liberal.

Vale destacar, neste ponto do nosso estudo, uma curiosidade. É por conta dessa nova definição do liberalismo de Tocqueville que, nos estados unidos os princípios liberais que conhecemos hoje, o econômico, é presente no partido democratas.

“Quando se utiliza a expressão “liberal” no continente europeu, o que se tem em vista é aquele pensador ou político que defende as idéias econômicas do livre mercado e critica a intervenção estatal e o planejamento. São aqueles que se opõem ao socialismo, à social- democracia, ao Estado de bem-estar social. Mas a palavra “liberal” nos Estados Unidos quer dizer quase o contrário: ela se aplica principalmente a políticos e intelectuais alinhados com o Partido Democrata e que apóiam a intervenção reguladora do Estado e a adoção de políticas de bem-estar social, programas que os neoliberais recusam.” (MORAES,2001, p.3)

A relação entre os termos democracia e liberalismo também é citada por Bobbio (1998). Para o autor a história do liberalismo está ligada à história da democracia já que o primeiro “é justamente o critério que distingue a democracia liberal das democracias não-liberais (plebiscitárias, populistas, totalitárias)”.

Tais mudanças aconteciam no cenário onde estava em andamento a Revolução Industrial (iniciada em 1760) que, apesar das tensões e crueldades, teve o

progresso industrial alcançado num cenário de livre competição no estilo laissez-faire o que fortalece o entendimento do liberalismo como liberalismo econômico. Com isso o termo passa a ser associado ao capitalismo e sofrer repúdio da classe trabalhadora. Um liberalismo diferente do clássico pensado por Locke, quando queria dizer governo da lei o Estado constitucional e liberdade era liberdade política e não de livre comércio.

Como observamos a questão temporal e a realidade de cada momento é fator relevante para o entendimento das ideias liberais que vinham sendo propostas. Bobbio (1998) considera difícil explicar o significado desse termo, justamente por ter se manifestado em diferentes países em tempos históricos distintos o que inviabiliza individualizar um momento que unifique histórias diferentes.

Acrescente-se uma certa indefinição quanto aos referenciais históricos do termo Liberalismo: tal termo pode, conforme o caso, indicar um partido ou um movimento político, uma ideologia política ou uma metapolítica (ou uma ética), uma estrutura institucional específica ou a reflexão política por ela estimulada para promover uma ordem política melhor, justamente a ordem liberal. (BOBBIO, 1998, p. 687)

Mas não é apenas uma questão temporal. Outro motivo que torna difícil o uso do termo liberal no campo da história das ideias, segundo Bobbio (1998), é a diversidade das estruturas sócio-institucionais em que as mesmas se manifestam. O autor cita três exemplos: o caso da Inglaterra onde a sociedade vinha se libertando da estrutura corporativista desde o século XVII e o governo era considerado um mal necessário.

Já na França, a sociedade mantém sua estrutura corporativista e, para conseguir a liberdade individual, apela ao Estado de tal forma que é rejeitada toda e qualquer mediação entre este e o indivíduo. E, por fim, na Alemanha, com a sociedade estruturada em classes, o liberalismo apresenta uma concepção orgânica do Estado que mantém a sociedade civil.

Destas três posições — associacionista, individualista e orgânica —, após a Revolução Industrial prevaleceu — conforme Tocqueville — a primeira, embora o Liberalismo continue mostrando duas faces e duas estratégias: uma, que enfatiza a sociedade civil, como espaço natural do livre desenvolvimento da individualidade, em oposição ao Governo; outra, que vê no Estado, como portador da vontade comum, a garantia política, em última instância, da liberdade individual. (BOBBIO, 1998, p.689)

A palavra liberal assume diferentes conotações conforme os diversos países: em alguns países (Inglaterra, Alemanha), indica um posicionamento de centro, capaz de mediar conservadorismo e progressismo, em outros (Estados Unidos), um radicalismo de esquerda defensor agressivo de velhas e novas liberdades civis, em outros, ainda (Itália), indica os que procuram manter a livre iniciativa econômica e a propriedade particular. Esse teria sido o motivo de, Frederick Hayek, um destacado pensador liberal ter proposto, segundo Bobbio (1998), renunciar ao uso de uma palavra tão equívoca. Voltaremos a falar do referido autor mais adiante.

Sartori (1994) considera até mesmo uma injustiça o fato do termo liberalismo ter se tornado sinônimo da cultura *laissez-faire*, “confundindo assim, de forma deplorável, o liberalismo com o liberismo econômico”. (SARTORI, 1994, p.154)

E aqui vale trazer outra curiosidade, dessa vez sobre a expressão que se tornou símbolo do liberalismo: *laissez faire*. A expressão vem da frase em francês, *laissez-faire, laissez-passer, le monde va de lui-même*, em tradução livre: deixai fazer, deixai passar, que o mundo caminha por si mesmo. Consideramos importante registrar que, apesar de, por associação histórica, muitos atribuí-la à Adam Smith, na realidade o seu autor é François Quesnay, um economista francês da escola fisiocrata, movimento que antecedeu o liberalismo de Smith.⁴

2.2 Existe então um neoliberalismo?

O nosso ponto de partida para esse questionamento é o entendimento de um dos integrantes do MBL, Kim Kataguiri em entrevista aqui citada. Na ocasião Kim questiona se há diferença entre as teorias de Smith e de Hayek e nega a existência do neoliberalismo. Agora que já entendemos o contexto do liberalismo clássico e suas mudanças desde o século XVII, vamos então aos teóricos contemporâneos que trazem a definição do que seria esse novo liberalismo.

Para Moraes (2001), o que se tem chamado de neoliberalismo constitui uma ideologia, uma corrente de pensamento, ou seja, uma forma de ver o mundo social. Para o autor tal corrente prega:

[...] forte ação governamental contra os sindicatos e prioridade para uma política antiinflacionária monetarista (doa a quem doer) - reformas orientadas

⁴ A escola fisiocrata foi desenvolvida por um grupo de economistas franceses do século XVIII, que acreditavam que a riqueza das nações era derivada unicamente do valor de "terras agrícolas" ou do "desenvolvimento da terra" e que produtos agrícolas deveriam ter preços elevados, já que para eles a agricultura tinha um valor muito grande.

para e pelo mercado, "libertando" o capital dos controles civilizadores que lhe foram impostos por duzentos anos de lutas populares. (MORAES, 2001, p.14)

A definição dada por Anderson (1995) é semelhante e diz que o objetivo do neoliberalismo é manter um Estado forte em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro e que a estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo.

Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa "natural" de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. (ANDERSON, 1995, p.2)

Já Harvey (2014), traz em sua definição o desejo do bem estar humano através da liberdade defendida, sendo essas baseadas nos mesmos propósitos dos autores citados acima.

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político econômicas que propõe que o bem estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livres comércios. (HARVEY, 2014, p.12)

É consenso entre eles que há diferenças entre o liberalismo e o neoliberalismo. Para Anderson (1995), o nascimento do neoliberalismo está localizado após a II Guerra Mundial (1939-1945), na região da Europa e da América do Norte onde o imperava o capitalismo, sendo uma reação teórica e política contra o Estado Intervencionista e de bem estar.

Até aquele momento, alguns teóricos produziam ensaios sobre ideias neoliberais. Moraes (2001) localiza o início das ideias neoliberais ainda no fim do século XVIII com autores como Edmund Burke (1729-1797) e Benjamin Constant (1767-1830), que começaram a reforçar o lado conservador dessa doutrina. O autor diz que um dos temas do que chama de revisão do liberalismo são os limites a serem impostos à participação política da sociedade. Isso porque, segundo os teóricos citados por ele, a liberdade individual e a capacidade de reflexão política estão intimamente associadas com a propriedade privada. Sendo assim, diante da nova realidade, em que as massas passaram a ter participação na vida pública com o

sufrágio Universal, por exemplo, elas poderiam determinar as decisões políticas e assim prejudicar os proprietários, ou classes mais abastadas.

O direito de voto se converteria numa arma de saque dos despossuídos contra os proprietários, e aqueles que "não se dessem bem" no mercado poderiam pretender recuperar terreno mediante a ação política do Estado, a tributação progressiva e a imposição de leis sociais aos proprietários. Seria uma espécie de "chantagem" política. [...] Segundo Constant, para a "classe laboriosa" os direitos políticos "servirão infalivelmente para invadir a propriedade. Elas marcharão por esse caminho irregular, em vez de seguirem a rota natural, o trabalho: seria para elas uma espécie de corrupção; e, para o Estado, uma desordem"! (MORAES, 2001, p.10/11)

A solução seria então limitar os direitos políticos, concedendo o direito ao voto somente àqueles detentores de certa margem de renda. Era isso ou como se apavorou William Lecky (1838-1903), citado por Moraes (2001), "Nas mãos de uma democracia, a taxaçoão poderia produzir os meios de reparar desigualdades de fortuna, habilidade ou diligência". Sendo assim, "a classe numericamente preponderante votando e gastando dinheiro que uma outra classe e obrigada a pagar". (MORAES, 2001, p. 11)

Outro autor citado por Moraes (2001), é Herbert Spencer (1820-1903) que, em sua avaliação, aprofundou e radicalizou as ideias, atacando duramente a democracia, a intervenção estatal na economia e a criação de políticas sociais. Para ele, o sistema de concorrência funcionaria como uma espécie de seleção natural dos mais aptos. Suas ideias, segundo o autor que o cita, seriam depois retomadas quase literalmente pelos autores neoliberais contemporâneos.

É o que vemos na teoria de Hayek, discípulo do austríaco Ludwig Von Mises (1881-1973) um dos profetas do neoliberalismo que ganhou força no período pós guerra. A obra mais famosa de Hayek, O Caminho da Servidão, lançada em 1945, trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. (ANDERSON, 1995, p.1)

Concordando com Anderson (1995), Moraes (2001) também situa o nascimento do neoliberalismo no ano de 1945. Pra ele, a obra de Hayek pode ser apontada como um manifesto inaugural e documento de referência do movimento neoliberal.

O caminho da servidão é um livro de combate, provocativamente endereçado "aos socialistas de todos os partidos". Não dirige seu fogo apenas contra os partidários da revolução e da economia globalmente planificada, mas a toda

e qualquer medida política, econômica e social que indique a mais tímida simpatia ou concessão para com as veleidades reformistas ou pretensões de fundar uma "terceira via" entre capitalismo e comunismo. (MORAES, 2001, p.13)

Na referida obra, Hayek critica o Estado-providência, tido como destruidor da liberdade dos cidadãos e da competição criadora, bases, segundo ele, da prosperidade humana.

Enquanto Hayek desenvolvia sua teoria na escola Austríaca, outras correntes também participavam da formulação das ideias neoliberais. Moraes (2001) considera que o pensamento neoliberal se desdobrou, no pós-guerra, em três linhas: a escola Austríaca, de Frederick August Von Hayek, a escola de Chicago, de Milton Friedman – veremos logo mais sua participação na implantação do neoliberalismo no Chile - e ainda a escola de Virgínia, ou *public choice*, liderada por James M. Buchanan. O autor considera ainda uma quarta linha que seria a dos 'anarco-capitalistas' como é o caso de Robert Nozick. Desde último falaremos mais adiante ao tratar da justiça social diante das ideias liberais.

Característica comum entre as três correntes e destacada por Moraes (2001), é a estratégia usada para conquistar a aceitação das ideias. A argumentação se assemelha à do sermão em que, primeiro é desenhado um diagnóstico apocalíptico para depois pregar a receita para a salvação.

DIAGNOSTICO. As massas pobres - incompetentes ou indolentes, pouco importa, mas sobretudo malsucedidas na competição pela vida - ganham porém o direito de votar, organizar-se e atuar no universo político. Exercerão esse poder impondo aos ricos e proprietários - operosos, engenhosos, bem-sucedidos - um confisco de suas propriedades e/ou dos frutos por elas gerados, mediante taxas progressivas.

PROGNOSTICO. A criação de políticas redistributivas - políticas sociais do Estado voltadas para os pobres - constitui assim o destino inexorável da democracia sem limites, um regime político que gasta cada vez mais (e mal) e taxa cada vez mais (e mal). Começam a pulular os temas da crise crônica: pressão tributária, crise fiscal, sobrecarga do governo, democracia que opera no vermelho (expressão de Buchanan), endividamento do Estado, inflação. (As democracias são ingovernáveis - declarava sombriamente a Comissão Trilateral, já nos anos 70.) Ao lado desses fenômenos, juntemos um outro. Segundo esse ponto de vista, as políticas sociais em expansão geram também, inevitavelmente, uma burocracia estatal poderosa e irresponsável. Esta vira uma casta, que adquire força e interesses próprios, operando com o dinheiro dos outros, confiscado aos empresários, esses cidadãos operosos e criativos massacrados pelo Estado. O quadro se completa: tirania estatal, arbitrariedades e incerteza, degradação dos valores empreendedores, a "ditadura das majorias" já anunciada pelos liberais do século XIX, estagnação econômica. Desenhado esse apocalipse, o que mais se poderia querer para recomendar remédios amargos, mas indispensáveis?

TERAPÊUTICA. Cortemos o mal pela raiz, dizem nossos neoliberais. E a raiz foi apontada no primeiro elo do argumento, o diagnóstico. Dizem eles: é urgente barrar a vulnerabilidade do mundo político à influência perniciosa das

massas pobres, incompetentes, malsucedidas. Em primeiro lugar, reduzindo esse universo político - ou o campo de atividades sobre as quais elas podem influir, desregulamentando, privatizando, emagrecendo o Estado. Em segundo lugar, reduzindo o número de funcionários estatais que estejam submetidos à pressão das massas. Alguns funcionários - os que controlam botões decisivos da política pública, como as finanças e a aplicação da justiça - devem ser protegidos por cordões sanitários que lhes permitam ser mais sensíveis às pressões da Razão, que os nossos neoliberais identificam cada vez mais abertamente com a "sabedoria" dos mercados financeiros internacionais. E que eles sejam, em contrapartida, menos vulneráveis à voz das urnas e das ruas, inconsequentes, volúveis e insaciáveis. Em suma, se já não é possível evitar o voto, tratemos de esterilizá-lo. Mas ainda isso é insuficiente. A participação extra-eleitoral das massas também tem de ser limitada - e por isso os processos de "ajuste" neoliberais golpeiam exemplarmente os sindicatos e associações de defesa dos trabalhadores. (MORAES, 2001, p. 35)

Com base nos autores até aqui citados o que já podemos concluir, ainda em fase inicial, é que já são dois importantes fatores que distinguem o liberalismo do neoliberalismo, sendo eles o fator temporal, com as mudanças na realidade vivida e ainda o conservadorismo destacado aqui como característica forte desse movimento.

2.3 O contexto histórico do neoliberalismo

Se faz importante, na busca por entender as diferenças entre liberalismo e neoliberalismo, situar o momento em que essa nova teoria aparece. O liberalismo de Adam Smith reinou até a década de 1930, porém nos últimos anos, por conta da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) vários países da Europa ficaram desestabilizados, com baixa produção na indústria. Foi quando os Estados Unidos passaram a suprir a demanda por produtos e assume a posição antes ocupada pela Grã-Bretanha que ditava a economia mundial. O país viu sua economia disparar, com consumo elevado, altos lucros e grandes empresas investindo em títulos da bolsa. Porém, com o grande aumento de produção da indústria para atender ao consumo, o país chegou a um momento já não havia mais mercado para tamanha produtividade. Muitas empresas faliram, outras viram os valores das ações caírem drasticamente, até que, em agosto de 1929 aconteceu a quebra da bolsa de Nova York.

Países que mantinham laços econômicos com os Estados Unidos foram atingidos, fazendo assim a crise se espalhar mundo a fora. A década de 30 se inicia em meio a Grande Depressão, a grande crise do capitalismo e do liberalismo de até então.

Na busca por salvar o sistema capitalista, países da Europa passam a buscar a proteção nacional, assim como os EUA do presidente Roosevelt que

implementou o *New Deal* americano para reestabelecer o mercado através da maior intervenção estatal.

Foi nesse momento que o liberalismo abre espaço para o Keynesianismo, a filosofia social de John Maynard Keynes (1883-1946) em que, segundo Moraes (2001), o Estado deveria manejar grandezas macroeconômicas sobre as quais era possível acumular conhecimento e controle prático. O poder público, desse modo, regularia as oscilações de emprego e investimento, moderando as crises econômicas e sociais.

O *New Deal* americano e o Estado de bem-estar europeu iriam testar (e aprovar durante bom tempo) a convivência do capitalismo com um forte setor público, negociações sindicais, políticas de renda e seguridade social, etc. Em suma, em pouco tempo, o Estado viu-se em condições e na obrigação de controlar o nível da atividade econômica, inclusive o emprego, através de instrumentos como a política monetária a taxa de juros e os gastos públicos. Esse era o chamado "consenso keynesiano", que se tornara avassalador no pós-guerra. Tudo parecia dar legitimidade a essas variadas formas de planificação, que visavam corrigir, por meio da ação política deliberada, os efeitos desastrosos das flutuações de mercado. (MORAES, 2001. p. 14)

Mas foi justamente o que ficou conhecido como *well-faire state*, ou estado de bem estar social, o maior inimigo da corrente neoliberal que ganhou força na década de 1970, após anos de Estado fortalecido desde o pós guerra.

Para Moraes (2001) se o liberalismo clássico havia lutado contra o Estado mercantilista e as corporações, os neoliberais procuraram construir um paralelo com aquela situação, para justificar seu combate e apresentá-lo como a continuação de uma respeitável campanha antiabsolutista. O autor afirma que os neoliberais tinham como inimigo o conjunto institucional composto pelo Estado de bem-estar social, pela planificação e pela intervenção estatal na economia, o que era, como já vimos, a doutrina keynesiana.

Outro inimigo dos novos liberais eram os sindicatos que se fortaleceram nas democracias de massas do século XX. Eles seriam os responsáveis por sabotar as bases da acumulação privada por meio de reivindicações salariais e teriam empurrado o Estado a um crescimento parasitário, impondo despesas sociais e investimentos que não tinham perspectiva de retorno.

Durante décadas os principais defensores das idéias neoliberais foram vistos como pensadores excêntricos, sobreviventes de um *laissez-faire* paleolítico e sem futuro. Dinossauros do livre cambismo. Esse diagnóstico foi aliás repetidamente enunciado entre estadistas, cientistas sociais, homens de mídia. Hoje sabemos claramente o quanto essa avaliação era errônea, como

ela subestimava perigosamente essa ideologia que estava apenas adormecida, à espera do momento oportuno. (MORAES, 2001, p. 15)

Durante essa espera os neoliberais se articularam em grupos. Dois anos após o lançamento do livro *O Caminho da Servidão*, Hayek se uniu a economistas, acadêmicos e historiadores adeptos da teoria neoliberal para criar a Mont Perelin Society (nome do Spa na suíça onde aconteceram as primeiras reuniões do grupo). Também compunham o time, Ludwig von Mises (1881-1973) e o economista Milton Friedman (1912-2006), proveniente da Escola de Chicago, outro importante nome da teoria neoliberal.

Veja a declaração de objetivos do grupo, datada da sua fundação.

Os valores centrais da civilização estão em perigo. Em grandes extensões da superfície da Terra, as condições essenciais da dignidade humana e da liberdade já desapareceram. Em outros, estão sob constante ameaça do desenvolvimento das tendências atuais da política. A posição do indivíduo e do grupo voluntário é progressivamente minada por extensões de poder arbitrário. Mesmo a posse mais preciosa do homem ocidental, a liberdade de pensamento e expressão, é ameaçada pela disseminação de credos que, reivindicando o privilégio da tolerância quando na posição de minoria, procuram apenas estabelecer uma posição de poder na qual possam suprimir e excluir todas as visões, exceto as suas.

O grupo sustenta que esses desenvolvimentos foram fomentados pelo crescimento de uma visão da história que nega todos os padrões morais absolutos e pelo crescimento de teorias que questionam a conveniência do império da lei. Além disso, sustenta que foram fomentados pelo declínio da crença na propriedade privada e no mercado competitivo; pois, sem o poder e a iniciativa difundidos associados a essas instituições, é difícil imaginar uma sociedade na qual a liberdade possa ser efetivamente preservada. (MONTPELERIM, 2018)

Em nota no fim da página o esclarecimento de que o termo liberal usado se refere ao sentido europeu, com preferência por um governo mínimo e disperso e não ao sentido americano que indica preferência pela concentração de poderes pelo governo. É bom mesmo que fique claro porque tal grupo defendia e ainda defende – conforme página atualizada na internet – a mínima participação do Estado.

Harvey (2014) escreve sobre esse grupo e lembra que apesar de se definirem liberais devido ao seu compromisso com a liberdade individual, o rótulo neoliberal marcava sua adesão aos princípios de livre mercado da economia neoclássica a partir da segunda metade do século XIX.

Tempos depois, já na década de 70 que foi criada a chamada Comissão Trilateral, que segundo a descrição que encontramos no site da organização, trata-se de um fórum não governamental, fundado pelo banqueiro norte americano David Rockefeller, orientado por políticas, que reúne líderes em sua capacidade individual

do mundo dos negócios, governo, academia, imprensa e mídia, bem como da sociedade civil.

O crítico Noam Chomsky, durante entrevista para um jornalista do Portal Vermelho, afirmou que tal comissão era formada por liberais internacionalistas da Europa, Japão e EUA, a direita da elite intelectual preocupada com o que acontecera nos anos 60. O autor cita o livro publicado pela comissão, intitulado *The Crisis of Democracy* em que se chamava tal período de “tempo de confusões”. Para Chomsky, a democracia estava latente, havia muito ativismo, os jovens estavam nas ruas testando novas ideias de onde saíram leis de direitos civis, de igualdade para as mulheres, de atenção ao meio ambiente, os movimentos pacifistas, antiguerra, antiviolação.

Tal movimentação popular teria preocupado os neoliberais porque as pessoas estavam fugindo ao controle e, como disse Chomsky, tudo foi feito para os norte-americanos se tornarem passivos e apáticos.

É a ideologia das elites, em todo o espectro político: as pessoas são estúpidas demais, ignorantes demais; então, para protegê-las delas mesmas... nós temos de controlá-las. Essa ideologia, precisamente, estava ruindo nos anos 1960. Aquela “comissão trilateral”, então, publicou o tal livro, para tentar induzir o que foi chamado de “democracia moderada” – empurrar as pessoas outra vez para a obediência e a passividade, para que não criassem dificuldades para o poder do estado, etc. e tal. (CHOMSKY, 31/12/2012)

Moraes (2001) também cita a Comissão Trilateral e os documentos publicados por ela em 1975 que alertavam para a sobrecarga do Estado que levava à ingovernabilidade das democracias. Para isso fora proposto, como solução, limitar a participação política, distanciar a sociedade e o sistema político, além de subtrair as decisões administrativas ao controle político.

Apesar do trabalho constante dos neoliberais para provar sua teoria como melhor modelo, as ideias não ganhavam força contra o Estado de bem estar social que vivia seus tempos áureos do capitalismo. Porém, como relata Anderson (1995), com a chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, o cenário mudou e as ideias liberais enfim encontraram o terreno fértil que precisava para se alastrar mundo a fora.

Outro fator contribuiu para o poder de atração do neoliberalismo em vários países. Em 1978 teve início a Segunda Guerra Fria com a intervenção soviética no

Afeganistão e a medida norte-americana de incrementar uma nova geração de foguetes nucleares na Europa Ocidental. Os EUA vivia uma competição militar com a União Soviética para a quebra da economia e a derrubada do regime na Rússia. Para Anderson (1995) o fato do ideário neoliberalista ter como componente o anticomunismo mais intransigente de todas as correntes capitalistas do pós guerra fez com que o modelo se torna-se atrativo, consolidando o predomínio da nova direita na Europa e na América do Norte.

Ziblatt e Levitsky (2018) lembram que golpes militares foram responsáveis por muitos colapsos democráticos em países como Argentina, Brasil, Gana, Grécia, Guatemala, Nigéria, Paquistão, Peru, República Dominicana, Tailândia, Turquia e Uruguai. Em todos esses casos, dizem os autores, a democracia morreu pelas mãos dos militares e em forma de espetáculos. Porém, essa não é a única maneira de pôr fim a uma democracia.

É menos dramática, mas igualmente destrutiva. Democracias podem morrer não nas mãos de generais, mas de líderes eleitos – presidentes ou primeiros-ministros que subvertem o próprio processo que os levou ao poder. Alguns desses líderes desmantelam a democracia rapidamente, como fez Hitler na sequência do incêndio do Reichstag em 1933 na Alemanha. Com mais frequência, porém, as democracias decaem aos poucos, em etapas que mal chegam a ser visíveis. (ZIBLATT & LEVITSKY, 2018, p.15)

Os autores citam o exemplo da Venezuela, que elegeu em 1998 Hugo Chavez que discursava contra a elite governante corrupta e prometia uma democracia mais autêntica, porém aos poucos foi impondo o seu autoritarismo. Como exemplo da repressão promovida por este governo, o autor cita o fato de, em 2006 ter fechado uma importante emissora de televisão, a prisão e exílio de políticos, juízes e pessoas da mídia que se colocavam em oposição ao seu governo.

A via eleitoral para o colapso é perigosamente enganosa. Com um golpe de Estado clássico, como no Chile de Pinochet, a morte da democracia é imediata e evidente para todos. O palácio presidencial arde em chamas. O presidente é morto, aprisionado ou exilado. A Constituição é suspensa ou abandonada. Na via eleitoral, nenhuma dessas coisas acontece. Não há tanques nas ruas. Constituições e outras instituições nominalmente democráticas restam vigentes. As pessoas ainda votam. Autocratas eleitos mantêm um verniz de democracia enquanto corroem a sua essência. (ZIBLATT & LEVITSKY, 2018, p.17)

Nesses contextos, líderes alinhados com as ideias liberais conquistaram governos de importantes países. A primeira experiência de neoliberação aconteceu,

como localiza Harvey (2014), no Chile depois do golpe de Pinochet contra ao governo democraticamente eleito de Salvador Allende. Tal golpe foi, segundo o autor, patrocinado por elites de negócios chilenas ameaçadas pela tendência de Allende para o socialismo. Nesse contexto foram reprimidos, com violência, os movimentos sociais e organizações de esquerda, desmontadas todas as formas de organização popular como os centros comunitários de bairros mais pobres e o mercado de trabalho foi liberado de regulações tanto governamentais quanto sindicais.

Ainda segundo Harvey (2014), economistas vindos da Escola de Chicago – uma das correntes neoliberais – foram chamados para reconstruir a economia chilena e o fizeram com ajuda do Fundo Monetário Internacional, FMI. O autor destaca ainda o fato curioso de os EUA ter financiado o treinamento de economistas chilenos na Universidade de Chicago desde os anos 50 e, em seguida o mesmo grupo ter recebido financiamento de pesquisa das elites dos negócios que se organizaram em oposição a Allende.

Aqui, vale uma observação importante que nos remete ao momento atual vivido pelo Brasil. O atual ministro da economia e braço direito do presidente Jair Bolsonaro, Paulo Guedes, declaradamente liberal, cursou pós-graduação na citada universidade na década de 1980, onde estreitou laços com os estudantes chilenos que mais tarde ocupariam papéis de destaque no regime militar.

Na época, os chamados *Chicago boys* negociaram empréstimo com o FMI, reverteram nacionalizações, privatizaram ativos públicos e liberaram os recursos naturais como pesca e extração de madeira à exploração privada e sem regulamentações. Além disso privatizaram a seguridade social e facilitaram os investimentos estrangeiros e o comércio mais livre. O único recurso direcionado ao Estado passou a ser proveniente do cobre, importante produção local, o que viabilizava sua sobrevivência.

De fato a economia se recuperou em termos de taxas de crescimento, acumulação de capital e retorno de investimentos estrangeiros, mas a alegria durou pouco.

O caldo azedou quando da crise latino-americana da dívida em 1982. O resultado foi uma aplicação muito mais pragmática e menos dirigida ideologicamente de políticas neoliberais nos anos seguintes. Tudo isso, incluindo o pragmatismo, ofereceu úteis dados para suportar a subsequente adoção do neoliberalismo na Grã-Bretanha (Tatcher) e nos Estados Unidos (sob Reagan, nos anos 1980. Não pela primeira vez, uma experiência brutal realizada na periferia, transformou-se em modelo para a formulação de políticas no centro (...). (HARVEY, 2014, p.19)

Anderson (1995), que aponta o modelo inglês como pioneiro, também o considera o mais puro. Conta o autor que os governos Thatcher (1979 – 1990), no Reino Unido, reduziram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os altos rendimentos e aboliram controles sobre os fluxos financeiros. Contudo, as medidas que ajudaram a reviver o país e a colocá-lo no caminho da recuperação também levaram ao alto nível de desemprego, aplastaram as greves, impuseram legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. Mas e as privatizações tão peculiares no ideário neoliberal? Essas, apesar de não terem ocorrido de imediato, também foram emplacadas em um amplo programa de privatização, desde habitação pública a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Na avaliação do autor, esse pacote de medidas foi o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado.

Nos EUA, Reagan também reduziu os impostos favorecendo os mais ricos, elevou as taxas de juros e aplastou a única greve séria de sua gestão. Medidas semelhantes a de Thatcher, na Grã Bretanha. Mas a sua prioridade neoliberal era a competição militar com a União Soviética na tentativa de quebrar a economia e assim por fim ao regime comunista na Rússia. Com isso, como avalia Anderson (1995), o país decididamente, não respeitou a disciplina orçamentária e lançou-se numa corrida armamentista sem precedentes, envolvendo gastos militares enormes, que criaram um déficit público muito maior do que qualquer outro presidente da história norte-americana. Para o autor, só mesmo os Estados Unidos podiam, naquele momento, se dar ao luxo de ter um alto déficit na balança de pagamentos por conta do seu peso na economia mundial.

Em vários outros países do Norte da Europa governos de direita com ideias neoliberais ocupavam o poder. Ao passo que no sul continente assumiam o poder governos de esquerda, como ocorreu na França com Mitterrand e Craxi, na Itália, entre outros. Todos com base na política progressista com base em movimentos operários. Mas apesar da tentativa de, através desse modelo, retomar o crescimento, o governo da França, por exemplo, diante do fracasso em seus resultados, se viu obrigado pelos mercados financeiros internacionais a mudar de modelo e passar a uma política mais próxima à doutrina neoliberal, priorizando a estabilidade monetária, contenção de

despesas, concessões fiscais e abandono do pleno emprego. Essa análise foi feita por Anderson (1995) que conclui:

O que demonstravam estas experiências era a hegemonia alcançada pelo neoliberalismo como ideologia. No início, somente governos explicitamente de direita radical se atreveram a pôr em prática políticas neoliberais; depois, qualquer governo, inclusive os que se auto-proclamavam e se acreditavam de esquerda, podia rivalizar com eles em zelo neoliberal. (ANDERSON, 1995, p.5)

O momento também se estendia para além da Europa e, no caso dos países latino-americanos, segundo Moraes (2001), os programas neoliberais de ajuste econômico foram impostos como condição para a renegociação de suas dívidas galopantes.

Daí se passou à vigilância e ao efetivo gerenciamento das economias locais pelo Banco Mundial e pelo FMI: 1985, Bolívia; 1988, México, com Salinas de Gortari; 1989, novamente a Argentina, dessa vez com Menem; 1989, Venezuela, com Carlos Andrés Perez; 1990, Fujimori, no Peru. E, desde 1989, o Brasil, de Collor a Cardoso. (MORAES, 2001 p. 16/17)

Negrão (1996) considera que o Consenso de Washington, em 1989, foi parte do conjunto de reformas neoliberais que se espalhava pelo mundo, sendo o berço da formulação de medidas que objetivavam ampliar ainda mais suas fronteiras para se alcançar a desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado.

Na época, estava latente o reaganismo e tatcherismo, e o evento promovido pelo Institute for International Economics, reuniu economistas latino-americanos de perfil liberal, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano. O objetivo era avaliar as reformas econômicas que aconteciam na América Latina. Como conclusão foram apontadas as seguintes regras:

- 1) disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos a arrecadação, eliminando o déficit público;
- 2) focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura;
- 3) reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos;
- 4) liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam as instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor;

- 5) taxa de cambio competitiva;
- 6) liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos a exportação, visando impulsionar a globalização da economia;
- 7) eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro;
- 8) privatização, com a venda de empresas estatais;
- 9) desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas;
- 10) propriedade intelectual.

Para Negrão (1996) as conclusões do Consenso de Washington se tornaram o receituário imposto por agências internacionais para conceder créditos, ou seja, países que quisessem empréstimos do FMI, por exemplo, deveriam adequar suas economias as novas regras.

Em síntese, é possível afirmar que o Consenso de Washington faz parte do conjunto de reformas neoliberais que, apesar de práticas distintas nos diferentes países, está centrado doutrinariamente na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado. (NEGRÃO, 1996)

2.4 O neoliberalismo chega ao Brasil

Assim como aconteceu no Chile e em países da Europa, no Brasil, o neoliberalismo também chegou como proposta de salvação para um momento de grave crise nacional. Foi na década de 1980, como conta Sallum Jr (1994), quando a política brasileira foi marcada pelo esgotamento de dois projetos políticos: o primeiro de um capitalismo industrial com autonomia frente à transnacionalização do capital que acontecia na cena internacional a partir da II Guerra Mundial, e o segundo, o esgotamento das tentativas de liberalização do regime autoritário que objetivava inserir uma democracia ainda sob o comando militar.

Ainda se tratava de políticas desenvolvimentistas que, conforme histórico feito pelo autor, estavam em vigor no país desde a década de 1930, quando o Estado nacional passou a constituir-se como organizador da sociedade e com políticas para impulsionar a construção do capitalismo industrial. Ainda como características da época vale citar que, apesar do Estado desenvolvimentista brasileiro se associar ao capital estrangeiro para fazer crescer o mercado interno, ao mesmo tempo se procurava construir no país um sistema industrial nacionalmente integrado na busca por uma estrutura produtiva autárquica. Isso se dava através do estímulo à empresas

privadas para substituir importações por meio de subsídios e proteção tarifária, por exemplo, e ainda ao incremento das empresas estatais para a geração de infraestrutura básica para a indústria. “O braço empresarial do Estado foi fundamental na produção siderúrgica, na indústria do petróleo, na produção de energia elétrica e etc.” (SALLUM JR, 1994, p.148)

É dessa época a herança colonial patrimonialista do Estado. Ainda segundo o referido autor, nas décadas de 1930 e 1940 as esferas público e privada se articularam através do corporativismo no Estado. Isso se deu através da incorporação de grupos como aqueles ligados ao café, açúcar e cacau, que passaram a estar presentes em órgão da organização indireta como o Conselho Nacional do Café e a Comissão Econômica da Cultura Cacaueira. Além disso trabalhadores e empresários se vincularam ao Estado através dos sindicatos, federações e confederações das categorias profissionais ou setor empresarial.

Desta forma, os segmentos de classe não se organizavam autonomamente para travar alianças, lutar entre si e/ou pelo controle do Estado. Pelo contrário, as disputas se deram primordialmente por intermédio do Estado, através do qual cada segmento da sociedade adquiria direito de participação na vida pública. (SALLUM JR, 1994, p. 148)

Ao longo dos anos seguintes o Estado permaneceu desenvolvimentista mas se adaptando às novas realidades, inclusive após o Golpe de 1964 que, segundo Sallum Jr (1994), manteve o pacto porém com mudanças importantes como o estímulo à produção do setor financeiro do capitalismo local e a completa exclusão política das organizações de trabalhadores. Mesmo assim, o período de governo militar é tido como período de afirmação máxima do modelo desenvolvimentista, sobretudo sob o comando de Ernesto Geisel que implantou o II Plano Nacional de Desenvolvimento, a partir de 1975.

O país passava por uma boa fase econômica que, inclusive ficou conhecida como os anos do “milagre econômico” (1968-1973) e o PND concentrou investimentos nos bens de capital e intermediários com o uso de capital privado nacional e também estrangeiro, num modelo chamado desenvolvimento dependente-associado, o que levou a ampliação da autonomia industrial do país mas também ao aumento da dependência financeira em relação ao sistema internacional de capitais.

É fato que, nessa época, o Brasil se industrializou, ampliou o setor de serviços, se urbanizou já que a população passou a se concentrar nas cidades. Tais mudanças foram acompanhadas de uma nova organização dos seguimentos da

sociedade como as associações empresariais, de trabalhadores, de moradores de certa região que se movimentavam para defender seus interesses o que, como analisa Sallum Jr (1994), começou a colocar em cheque o papel regulador do Estado.

Mesmo assim, enquanto o Estado desenvolvimentista concentrava em si o controle do que acontecia no ambiente internacional, as pressões da sociedade foram contidas. Mas quando esse quadro mudou e o país já não mais conseguia equilibrar a balança de pagamentos das dívidas internacionais, começa-se a se quebrar a até então estreita relação entre as empresas e o Estado.

Explico melhor: enquanto as taxas internacionais de juros mantinham-se relativamente baixas e o preço do petróleo conservava-se no mesmo patamar, o Brasil conseguiu preservar sua capacidade de pagamentos absorvendo a dívida velha com novo endividamento. A partir da alta violenta da taxa internacional de juros em 1979 e da nova elevação dos preços do petróleo, a capacidade de adaptação da economia brasileira ao ambiente econômico internacional foi posta em cheque. Restringiu-se paulatinamente o acesso do Brasil no mercado internacional de capitais até a completa interrupção dos fluxos voluntários a partir do “setembro negro” mexicano de 1982.” (SALLUM JR. 1994, p.153)

O México também tinha sua economia muito atrelada à americana não conseguiu pagar suas dívidas e então decretou moratória. O mesmo aconteceu com o Brasil que, em crise, recorreu à ajuda do Fundo Monetário Internacional, do qual recebeu um empréstimo inicial de um bilhão e meio de reais (O Globo, 01/09/2012). Tal negociação teria como preço, como já citamos, aceitar as condições estabelecidas pelo governo de Ronald Reagan, importante expoente da onda neoliberal.

A situação ficou ainda pior quando o FMI suspendeu a segunda parcela do empréstimo alegando que o Brasil não havia seguido as regras acordadas. Os ajustes até então feitos pelo Estado brasileiro não foram suficientes e diante da recessão o que se viu foram medidas duras no melhor estilo do autoritarismo militar com redução dos gastos públicos, juros elevados, redução das tarifas, lucratividade e investimento das empresas estatais, redução dos salários e dos empregos industriais, além da inflação crescente.

Foi também nesse ano que aconteceram pelo país afora muitas manifestações populares, principalmente dos trabalhadores, como foi o caso da greve dos operários do ABC Paulista, de onde nasceu o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980.

Foi nesse contexto que começam a aparecer as ideias neoliberais como solução para a crise do país. Por um lado, o da vertente nacional desenvolvimentista,

era preciso fazer uma reforma no sistema financeiro que deveria estar subordinado ao crescimento industrial e reduzir seus ganhos especulativos para assim melhorar a indústria nacional. Já a vertente neoliberal defendia a sua característica central de não intervenção do Estado na economia e ainda a abertura do país para a importação de tecnologia avançada, enquanto a produção local deveria se limitar à agricultura já consolidadas.

É justamente nesse período, quando a ditadura caminha para o fim, que Sallum Jr (1994). identifica o surgimento de alternativas com base nos ideais neoliberais, mais precisamente na candidatura de Paulo Maluf à presidência, em 1985. Ele acabou derrotado e fora eleito Tancredo Neves que morreu antes mesmo de tomar posse. Em seu lugar assumiu o cargo, o vice presidente eleito, José Sarney. Este manteve a equipe de governo que se mostrava dividida:

Esse ministério procurava conciliar duas perspectivas distintas de política econômica: de um lado, no Planejamento, Tancredo tinha colocado João Sayad, peemedebista identificado com setores heterodoxos, com vínculos estruturalistas e próximo à social-democracia. A ele caberiam os projetos de longo prazo. Para o curto prazo, no entanto, o conservador Tancredo tinha reservado o ministério da Fazenda para seu sobrinho Francisco Dornelles, economista ortodoxo, identificado com o receituário recessivo do Fundo Monetário Internacional e com o neoliberalismo. Sarney mantém essa dualidade e Planejamento e Fazenda seguem não falando a mesma língua até que Dornelles é demitido e em seu lugar assume Dílson Funaro, que viria a ser o executor do Plano Cruzado (Martins, 1995). Com isso, os neoliberais perdem espaço no governo. (NEGRÃO, 1996)

Mas o insucesso do cruzado e de outros planos econômicos para conter a inflação criou o ambiente favorável para a defesa das ideias neoliberais que ganham cada vez mais adeptos culminando na eleição de Fernando Collor de Melo (1990-1992).

É provável que a frase que marcou a inserção do neoliberalismo no Brasil tenha sido proferida por Fernando Collor de Melo, ao argumentar que “o automóvel brasileiro parece uma carroça”. Aquilo que era entendido por parte da população brasileira como um avanço na industrialização desse país passou a ser extremamente desqualificado pelo então presidente. Assim, com essa sua retórica, ele acaba negando a importância do processo de desenvolvimento tecnológico e industrial do país. (ROSA et. al., 2016, p. 146)

Rosa nos traz a recordação da propaganda usada na campanha de Collor na qual o Estado era comparado à um elefante, um animal grande demais, desajeitado, ineficiente e oneroso que “incomoda muita gente”. Em um dos vídeos o garoto propaganda aparece em uma corrida de cavalos em que os equinos

representam os países desestatizantes e o Brasil aparece como o elefante que fica pra trás. Também não podemos deixar de citar o discurso anticorrupção que lhe rendeu o título de ‘caçador de marajás’.

Eleito, o presidente deu logo início ao processo de privatização das estatais, entre elas a Portobrás, a Siderbrás, a EBTU e a Embrafilme, e a economia foi aberta para o capital estrangeiro. O mercado então passou a ter a liberdade que sonhava, tendo no Estado, o apoio desejado.

Sendo assim, é importante reconhecer que o Estado no contexto neoliberal não deve ser entendido como um Estado mínimo, mas como um Estado que milita, de maneira intensa em prol do mercado e das suas potencialidades de ganhos econômicos de forma seletiva e concentrada, intensificando as desigualdades, já que opera pensando sempre em termos de ganhos. (ROSA et. al., 2016, p.144)

As medidas que seriam tomadas pelo governos estavam no Plano Brasil Novo, ou Plano Collor, como ficou conhecido. Além da abertura de mercado e das privatizações, o pacote de medidas também determinava um forte ajuste fiscal, com fim de incentivos e subsídios, aumento da tributação de energia elétrica, telefone e transportes urbanos, controle de preços e de salários, corte de cerca de cem mil servidores públicos e talvez a medida mais impopular: o confisco das poupanças dos brasileiros.

Na véspera do anúncio do Plano Collor, supermercados do Rio remararam os preços dos seus produtos até de madrugada. Na época, o país mergulhou na hiperinflação: em março, o índice de preços chegou a 82%. O valor dos produtos quase dobrava de um mês para o outro. [...]
Em 1990, a economia brasileira apresentou contração de 4,3%, a maior no pós-guerra, igualando-se à de 1981. E a inflação alcançou incríveis 1.620% no acumulado dos 12 meses. (O GLOBO 16/03/2015)

Poderiam ter sido vários os motivos, e talvez eles até tenham contribuído, mas não foi a política adotada por Collor, a razão que levaria milhares de pessoas às ruas com pedido de impeachment do presidente. Mas sim um esquema de corrupção em que ele estava envolvido junto com Paulo César Faria, tesoureiro da campanha. A denúncia foi feita pelo próprio irmão de Collor, Pedro Collor e dava conta de que eles lavavam dinheiro no exterior.

Foi quando os estudantes que ficaram conhecidos como ‘caras pintadas’ tomaram as ruas do país pedindo pela saída do presidente, que não esperou pelo desfecho do impeachment e renunciou ao cargo.

O governo foi assumido por Itamar Franco, o vice presidente que governou por dois anos e teve como seu aliado Fernando Henrique Cardoso eleito na eleição

seguinte. Para Negrão (1996) o ideário neoliberal se reapresenta, nas eleições seguintes, entre os projetos se apresentados ao eleitorado. O do candidato Lula (PT), tinha por meta a ampliação do mercado interno, buscando agregar ao consumo a enorme massa de excluídos do país; a ampliação da democracia do campo da política para os campos social, econômico e cultural e a presença do Estado nos setores fundamentais e estratégicos. Já o outro projeto, de FHC, era o continuador do projeto neoliberal – e, por isso, contou com uma gama impressionante de apoios entre os partidos e setores conservadores da sociedade.

Para o autor, o sucesso do Plano Real, iniciado ainda no governo anterior, foi o grande eleitor de FHC. Com ele conseguiu-se baixar e manter a inflação em níveis estáveis. Com isso a economia teve certa recuperação, mas o desemprego era grande e a informalidade crescia no país. Condição essa que não mudou os rumos da administração que manteve as medidas neoliberais de privatizações e incentivo à exportação sob o argumento de inserir o Brasil nas tendências mundiais. (ROSA et. al., 2016, p. 146)

Para o autor, FHC foi o responsável por intensificar ainda mais os processos de privatizações no Brasil. Um exemplo é a venda da Vale do Rio Doce.

Ao verificar as quebraadeiras dos Estados nos anos 1990, é possível constatar que todo patrimônio formado a partir de certo sacrifício coletivo, seguindo a tendência de uma determinada época, passou a ser comercializado a preços simbólicos, tendo em vista que algumas das empresas privatizadas faturaram valores muito maiores do que o valor estabelecido em sua compra no ano que foram vendidas, como podemos ver no caso da Companhia Vale do Rio Doce, que foi leiloada e vendida, em 1997, por 3,3 bilhões de reais, tendo faturado naquele ano, 13,4 bilhões de reais. (ROSA et. al., 2016, p.145)

Negrão (1996) elenca ainda outros fatores que, em sua avaliação, mostra a face neoliberal do governo FHC. São eles:

1) Há estudos no Ministério do Trabalho para permitir a precarização legal da contratação de trabalhadores. 2) As reformas propostas por FHC, como as da Previdência, Administrativa e da área econômica intentam abrir espaço para o mercado, diminuindo o papel do Estado. 3) Sofremos de “executivismo”: nunca antes o Executivo legislou tanto, seja por meio das medidas provisórias ou de projetos enviados ao Congresso. Ao mesmo tempo, se procura evitar que a oposição modifique determinadas medidas, através do fim dos chamados destaques de votação em separado. 4) O programa de privatizações continua em marcha, ainda aceitando as moedas podres. 5) A taxa de juros, mantida excessivamente alta, ao lado da abertura ao capital financeiro internacional, e uma forma de atrair para cá o chamado capital volátil, em boa parte especulativo. 6) A falta de medidas protecionistas leva de roldão setores inteiros da economia brasileira, como calçados, têxteis e autopeças. E com eles, vão-se os empregos, enquanto os “consumidores” podem comprar tênis americanos da Nike fabricados na China, na Coreia, na

Indonésia, na Tailândia, onde adolescentes e mulheres trabalham 15, 16 horas por dia em troca de um salário diário de US\$ 1,80 e o Wal-Mart, recém instalado no Brasil, vende camisas, pastas, mochilas e – o mais incrível – bolas de futebol fabricadas no Paquistão, onde o salário também beira os 30 dólares mensais. (NEGRÃO, 1996)

O autor concluir que tais medidas visavam retirar os possíveis obstáculos à acumulação de capital, mesmo que isso leve à maior concentração de riqueza e à exclusão. Esse seria o caminho para chegar ao Primeiro Mundo. “Até porque, lá também está se desenvolvendo ilhas de consumo e riqueza ladeadas por um aumento da exclusão e da miséria. Os pobres da Inglaterra pós-Thatcher e dos Estados Unidos pós-Reagan que o digam.” (NEGRÃO, 1996)

Mas assim como aconteceu nos momentos iniciais do neoliberalismo implantado nesses países, aqui no Brasil, Fernando Henrique Cardoso, conseguiu, através de medidas como elevação das taxas de juros e privatizações de estatais, melhorar a economia do país, além de promover melhorias nas políticas de educação e saúde. Isso se deu no seu primeiro mandato, porém não se sustentou, não alcançando o mesmo desempenho no segundo governo. FHC entregou a faixa presidencial a Lula junto a um país com enorme dívida externa, desemprego e ameaça da volta da inflação.

Suas políticas substituíram a hiperinflação por elevadas taxas de juros; aumento maciço da dívida externa; crescimento econômico medíocre; altas taxas de desemprego; aumento inexorável da criminalidade; baixos investimentos em infraestrutura nos setores de energia, comunicações e transporte; déficit no sistema de seguridade social; e manutenção de um sistema fiscal irremediavelmente complicado e oneroso. (SAMUELS, 2009, p.242/243)

O PT, partido do presidente Lula, depois de anos de tentativa - fora derrotado primeiro por Collor (1989) e depois duas vezes por Fernando Henrique Cardoso (1994 e 1998) - chega ao poder em 2002 quando venceu em segundo turno o candidato do PSDB, José Serra. Foram quase 53 milhões de votos, a população elegeu o primeiro governante de esquerda da história do país.

O futuro aberto com a vitória de Lula era a expectativa de que a chegada do PT ao governo federal pudesse, de fato, levar a profundas transformações políticas, econômicas e sociais, consolidando as propostas formuladas ao longo dos anos anteriores, tanto no debate teórico quanto na própria experiência parlamentar e administrativa. O PT, entretanto, não era mais aquele partido dos anos 1980, assim como o cenário em que ele estava inserido, tanto interna quanto externamente, também não era o mesmo de décadas anteriores. (ÂNGELO, VILLA, 2009, p.9)

Já na campanha da eleição em que venceu era possível notar a diferença das tentativas anteriores quando o PT e Lula tinham uma imagem socialista e radical, antissistema e irresponsável, como descreve Azevedo (2009):

O PT era antes de qualquer outra coisa um representante e um porta-voz das demandas sindicais e dos grupos socialmente minoritários (feministas, ecologistas, etc.) ou subalternos do ponto de vista político e social [...] com um programa nacionalista e estatizante no estreito campo político e eleitoral da esquerda, recusando qualquer aliança eleitoral com as agremiações do centro político. (AZEVEDO, 2009, p.224)

Para o autor, o PT passa, então, a ter uma imagem socialdemocrata, integrado ao sistema e responsável, se aproximando assim do centro político e ganhando a confiança do mercado.

Ao contrário das primeiras três tentativas, o PT foi capaz de ampliar a coalisão eleitoral em direção ao centro político fechando aliança com o PL que indicou um grande empresário (José Alencar) como candidato a vice-presidente. A aliança pelo centro resultou também em uma plataforma eleitoral moderada e tipicamente de coalisão que foi reafirmada na “Carta aos Brasileiros” em que Lula se comprometia com a política de estabilidade monetária e fiscal vigentes durante o governo FHC. Por fim, a campanha foi estruturada por um dos ‘magos’ do marketing político e desenvolvida num tom moderado e publicitariamente agradável, evitando propostas e temas polêmicos e ataques e respostas aos adversários (Lulinha Paz e Amor).” (AZEVEDO, 2009, p.232)

Foi justamente, para Azevedo (2009), com a carta aos brasileiros, que Lula neutralizou as preocupações quanto a sua candidatura e venceu a eleição.

Depois que Lula chegou aos corredores do poder, em que medida seu governo atuou em prol das expectativas que a longa trajetória do PT havia incentivado? Certamente é o caso de um governo - e, portanto o PT - que pode proclamar uma série de estatísticas econômicas e sociais positivas. Por exemplo, em seus três primeiros anos de governo o PIB do Brasil foi positivo, embora não tão espetacular como o da China, mas ligeiramente mais alto que a média da taxa de crescimento durante os dois mandatos de FHC. A inflação se manteve baixa e estável, as taxas de juros diminuíram ligeiramente - embora permanecessem altas em relação aos padrões globais -, os níveis de emprego formal aumentaram, o Brasil dobrou seu volume de exportações, a dívida com o FMI foi quitada e o débito nacional diminuiu em relação ao PIB. (MAGALHÃES, 1999, p.244)

O PT assumiu o poder em 2002 com a promessa de combater o que chamou de herança maldita, se referindo aos problemas deixados pelo seu sucessor e a política de privatização implementada. Ao mesmo tempo prometeu dar continuidade as realizações do governo FHC, como o plano de estabilização

financeira elaborado pelo Fundo Monetário Internacional. Ainda assim, pregava o modo petista de governar.

O modo petista de governar apresenta três pilares: grande participação popular na definição de políticas públicas; inversão da política governamental e dos investimentos prioritários em direção aos pobres; e maior transparência e honestidade do governo. (MAGALHÃES, 1999, p. 245)

Ao tratar dessas medidas, Faria (2009), cita a teoria de Tocqueville, ao defender que essa participação estimula o indivíduo a sair de suas relações primárias, educando-os para uma vida pública, levam a formação de uma consciência cívica, deslocando assim o autointeresse em direção do interesse geral, além de cultivar a confiança e reciprocidade entre os indivíduos. Talvez esse tenha o legado deixado pelo governo Lula que, como relata a autora, foi responsável pela criação da secretaria nacional de articulação social, a criação e estabelecimento das regras de funcionamento do Plano Pluri Anual, grupo de trabalho formado por representantes do governo e sociedade civil.

Porém a autora avalia que o PPA ficou de lado e a energia foi focada no Plano de Aceleração do Crescimento, PAC, carro chefe do segundo mandato de Lula. Mas talvez o mais bem sucedido projeto implantado pelo PT foi o orçamento participativo que proporcionou à população escolher onde e como são feitos os investimentos em cada região do país.

Neste cenário o Partido dos Trabalhadores (doravante PT) teve um papel ímpar como articulador institucional das demandas societárias pela ampliação desses novos espaços. Esse mesmo partido, quando no governo de prefeituras e estado, inovou ao introduzir uma forma participativa de gestão pública reconhecidamente bem sucedida: os Orçamentos Participativos. Ademais, muitas experiências conselhistas tiveram os membros do PT como seus principais articuladores. O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (doravante governo Lula) nasce, portanto, sob esse signo, ou seja, apoiar e ampliar essa rede participativa que, nos seus primórdios, foi, simultaneamente, fundada e fundadora desse mesmo partido." (FARIA, 2009, p.156)

O segundo pilar a ser avaliado é da priorização dos investimentos em direção aos mais pobres o que distanciaria o governo de políticas neoliberais, voltadas para o mercado. Melo (2007) avalia que o PT, mais precisamente a reeleição de Lula para o segundo mandato de presidente do país, em 2006, representou a consolidação do PT como integrante do aprofundamento do projeto neoliberal no Brasil. Para o autor, o discurso de necessidade de estabelecer medidas para evitar uma crise foi

usado para camuflar o que, de fato, pretendia o governo que, logo em seu início, elevou a taxa básica de juros e promoveu o aumento voluntário do superávit primário, mostrando a intenção de se manter o processo de finança mundializada.

Melo (2007) traz uma interessante análise sobre como o governo petista priorizou a iniciativa privada. Com base na teoria marxista, o autor considera que a burguesia, enquanto classe dominante, apresenta interesses que ele define como: manutenção da propriedade privada dos meios de produção, força de trabalho considerada mercadoria, redução de impostos pagos ao Estado, desmonte dos direitos trabalhistas e sociais e “sua subsequente mercantilização” (MELO, 2007, p.191).

Diante de tais interesses as condições dadas a essa classe durante o governo Lula, como destaca Melo (2007), a reforma da Previdência, liberação de cobrança de CPMF para operações financeiras na bolsa de valores, quebra do monopólio de Re-seguros, o incentivo de programas de crédito consignado, sobretudo a aposentados, além das políticas de isenções fiscais aos setores da agricultura e indústria voltados ao mercado externo.

Além das constantes isenções fiscais obtidas por esses setores, a configuração do país de exportar produtos de baixo valor agregado (commodities) - agrícolas, minerais e industrializados - significa uma ampliação dos ganhos dessa fração burguesa. O sucesso das exportações depende dos preços dos produtos que as empresas podem oferecer. Com isso, a superexploração do trabalho contribui para baixar os custos dos produtos aumentando a competitividade. Por isso, que a (contra) reforma trabalhista está na pauta do governo. (MELO, 2007, p.192)

Uma declaração do então presidente citada por Melo (2007), demonstra o que considera a razão da frustração de Lula com o fato de alguns setores da burguesia não estarem apoiando sua candidatura à reeleição. Em entrevista ao jornal O Globo, em dezembro de 2006, o presidente lamentou: “A única frustração que tenho é que os ricos não estejam votando em mim. Porque eles ganharam dinheiro como ninguém no meu governo”. (MELO, 2007, p.192)

Com isso, o autor avalia que o Governo Lula fora ainda no primeiro mandato um fiel e hábil implementador de um projeto que combina alto nível de finança mundializada, taxas de lucros exorbitantes para os setores da burguesia financeira, industrial e agrícola, com empobrecimento da classe trabalhadora, com exceção dos mais miseráveis atendidos pelos programas de transferência de renda.

O último pilar citado por Magalhães (1999) – “transparência e honestidade do governo” - fora desfeito devido à dificuldade do PT em lidar com o presidencialismo de coalisão, ou seja, a aliança entre partidos, o que deu início a um conflito entre a base do governo e as escolhas do presidente para conseguir apoio no congresso. Um exemplo foi a aprovação da Reforma da Previdência, em 2003, quando o presidente teve o apoio do PMDB, partido até então mantido fora do governo. Mas a partir daí passou a integrar o governo e fazer parte da composição dos ministérios. E assim se sucederam outras conquistas importantes do governo com o apoio obtido no congresso.

Porém tal apoio custou caro e em 2005 foi descoberto o Mensalão, um esquema de pagamento de propina para obtenção de votos para aprovação de projetos no Congresso revelado pelo líder do PTB, deputado Roberto Jefferson. Segundo ele, congressistas aliados recebiam R\$ 30 mil do tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Esquema que teria começado em 2003 e durado até a descoberta em 2005. Na época, o tesoureiro do PT admitiu os pagamentos mas alegou se tratar de repartição dos recursos do fundo de campanha obtidos através de caixa 2 para pagamento de dívidas das campanhas municipais de 2004. Tal escândalo manchou a reputação do PT e do presidente Lula que negou conhecimento dos fatos.

Já era possível ver indícios do que depois fora descoberto na operação lava jato: o envolvimento de grandes empreiteiras nas campanhas eleitorais em troca de benefícios ao longo de todo o governo. Mas esse escândalo teve início anos depois, em 2015, já no governo Dilma Rousseff.

Apesar dos escândalos, Lula não só conseguiu se reeleger como também promover sua sucessora na presidência do país, a também integrante do PT, Dilma. Nesse espaço vou me ater, em partes, à análise feita pelo economista Basto (2017) sobre as políticas econômicas do governo Dilma para que possa assim identificar as características neoliberais presentes.

O autor destaca que a política econômica do primeiro governo Dilma, atendeu, com o que se chamou de ‘nova matriz econômica’, que levou à redução de taxas de juros e tarifas de energia elétrica, desonerações tributárias e crédito subsidiado, desvalorização cambial e protecionismo industrial seletivo e concessões de serviços públicos para a iniciativa privada. Medidas que deixam claro o viés neoliberal presente nesse governo.

Ao passo que, por outro lado, o governo começa a sofrer pressão popular dos movimentos sociais que reivindicavam melhorias que acabariam por impactar na dívida pública, redução da taxa de juros e uma reforma tributária que eliminasse privilégios empresariais.

Chegamos então nas Jornadas de Junho, em 2013, movimento já descrito nesse trabalho, que teve início com reivindicações por transporte público, se agigantou e culminou no impeachment de Dilma. Durante as manifestações, a presidente Dilma Rousseff viu sua alta popularidade encolher e, se apesar da difícil conciliação entre demandas sociais e empresariais, a presidente parecia ter pela frente uma bem provável reeleição, o turbilhão político fez Dilma se deparar com um cenário eleitoral improvável.

Antes ainda de chegar ao fim do primeiro mandato da “mãe do Minha Casa Minha Vida”, Dilma, em março de 2013, sua popularidade batia recorde, com 65% dos entrevistados pelo Datafolha avaliando o governo como ótimo ou bom. Mas ao final de junho, o recorde virou negativo: apenas 30% de aprovação. (GOHN, 2014, p.)

Ainda assim, em meio das manifestações que continuavam a acontecer, agora com pautas federalizadas, ou seja, de ataque direto ao governo Dilma, A presidente venceu Aécio Neves (PSDB) na disputa em segundo turno e foi reeleita, em 2014, para um novo mandato.

Mas, de acordo com, Bastos (2017), no segundo governo, a presidenta reeleita resolveu realizar um ajuste fiscal e monetário que surpreendeu muitos dos que, em sua base eleitoral, acreditaram em suas críticas de campanha à disposição de cortar dos candidatos de oposição.

Dessa vez, atendia ao clamor de grupos empresariais que se colocaram contra a chamada “nova matriz econômica” e, além de motivos econômicos que podem ser discutidos, a virada parecia ter razões políticas. Como a história se repete como farsa, a indicação, para o Ministério da Fazenda, do economista-chefe do principal banco privado brasileiro (Joaquim Levy do Bradesco) parecia querer repetir a manobra de conciliação de opositos executada por Luís Inácio Lula da Silva em 2003, moderando a oposição empresarial e recriando, quiçá, um grande pacto que incluía até a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), cujos interesses foram atacados publicamente pela presidenta em 2012. (BASTOS, 2017, p.3)

Porém, o plano parece não ter dado certo. O momento ainda era de mobilizações sociais quando Dilma foi acusada pelo crime das “pedaladas fiscais”, que é caracterizado quando o governo atrasa de propósito o repasse aos bancos

públicos e os mesmo faziam os pagamentos devidos mesmo sem ter recebido do governo. Foi tal acusação que justificou o pedido de impeachment da presidente.

A situação do governo se agravou quando foi deflagrada, em março de 2014, a Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, que descobriu um forte esquema de lavagem e desvio de dinheiro público envolvendo a Petrobrás e empreiteiras do país.

Aqui cabe uma pausa para refletir sobre informações trazidas por Rolnik (2015) sobre a relação histórica das empreiteiras com os governos brasileiros. A autora conta que, desde a época da ditadura militar tais empresas eram beneficiadas através de programas de governo que tinham como máscara a solução do problema da habitação. Chamo aqui a atenção para a criação do FGTS (Fundo de Garantia de Tempo de Serviço), a poupança “forçada” do trabalhador que, segundo a autora, foi o grande financiador das construtoras que construíam os imóveis populares sem o mínimo de preocupação popular.

Tal parceria teve continuidade na gestão do governo Lula. No fim dos anos 1990, as incorporadoras se preparavam para lançar cerca de 200 mil imóveis no mercado quando estourou a crise hipotecária e financeira nos EUA e os investidores começaram a vender suas ações. As empresas pressionaram o governo para que viabilizasse a compra dessas unidades. Um pacote habitacional foi elaborado pelo governo e empresários sem a participação do Ministério das Cidades e o presidente Lula então propõe a construção de um milhão de imóveis e destinar uma maior parcela aos setores de baixa renda. Nasce o Minha Casa, Minha Vida, lançado em março de 2009.

Muitos foram os beneficiados pelo programa. As incorporadoras que viam suas ações cair por conta da crise recuperaram seus investidores, lançaram números recordes de imóveis. Muitos empregos foram gerados e o PIB do país cresceu junto com o setor. Além disso, o lançamento aconteceu um ano e meio antes da eleição de Dilma Rousseff como sucessora de Lula. Ela ficou conhecida como ‘mãe’ do programa.

Rolnik (2015) revela os efeitos colaterais do programa. Como os preços dos imóveis era limitado, para as incorporadoras aumentarem a rentabilidade, buscavam terrenos mais baratos e construíam imóveis padronizados e em escala. Formaram-se grandes conjuntos habitacionais nas periferias, longe dos centros que nem sempre atendiam as necessidades das famílias. Essas localidades oferecem poucas oportunidades de desenvolvimento econômico e cultural aos seus moradores e mais

pareciam cidades dormitórios. O MCMV não resolvia o problema da segregação urbana existente. Mais que isso, o tráfico de drogas passou a comandar condomínios, assim como acontece nas favelas.

Conto essa história para mostrar que, o que foi descoberto na Operação Lava Jato, como a troca de favores entre empresas e membros do governo, já era algo naturalizado na política brasileira.

Todas essas circunstâncias – pedido de impeachment, manifestações populares, Lava Jato - fizeram com que, nem as medidas de conciliação com o empresariado, propostas no início do segundo mandato de Dilma, fosse suficiente para angariar o apoio que precisava para se manter no governo. Para Bastos (2017), o que ocorreu foi uma tendência de unificação da burguesia em torno da bandeira de impeachment de Dilma Rousseff, concluído em agosto de 2016.

Por que isso ocorreu? [...] O argumento central é que a mudança do cenário econômico depois da crise financeira global dificultou a conciliação dos interesses de diferentes frações da burguesia e que as reviravoltas da política econômica do primeiro governo Dilma Rousseff contribuíram para reforçar tanto a desaceleração cíclica quanto o descontentamento empresarial. O objetivo do governo Rousseff era imenso: eliminar o rentismo com a dívida pública como meio sistemático de acumulação de capital (uma forma essencial de ganhar dinheiro da burguesia brasileira desde o início da década de 1980) e, assim, forçar a ampliação do investimento produtivo e em infraestrutura. A ação, contudo, foi precedida por políticas austeras que reforçaram a desaceleração cíclica e, depois, não foi acompanhada de uma ampla campanha pública pela hegemonia da interpretação técnica e convencional da questão perante a opinião pública. Isso permitiu que o poder estrutural do capital financeiro se reafirmasse, apresentando-se como meramente técnico e não como profundamente político, inclusive usando o controle dos meios de comunicação para taxar o governo de “irresponsável tecnicamente” e “politicamente populista”. Ao mesmo tempo, os conflitos sociais se ampliavam de um modo que o governo não conseguia controlar, o que dificultava a conciliação de interesses entre classes. (BASTOS, 2017, p.3/4)

Para o autor a perda de governabilidade e de popularidade deixou o governo vulnerável ao ataque dos inimigos e resultou na saída da presidente, em agosto de 2016.

O governo foi assumido pelo vice Michel Temer, do PMDB, e o seu programa de governo intitulado Uma Ponte para o Futuro. Tal programa fora proposto como alternativa ainda em 2015 e caracteriza, na avaliação de Rosa (2016), os ideais neoliberais.

[...] se apresenta como um dos programas mais precisos no que se refere à adesão ao modelo neoliberal. Ao argumentar que o primeiro passo da reforma

apresentada se tratará de uma revisão orçamentária, o programa supracitado propõe a redução do Estado a partir da consequente diminuição de gastos públicos com aquilo que era entendido anteriormente como direitos fundamentais. Um exemplo disso é o tratamento dado à previdência e sua consequente indexação para salários. (ROSA et. al, 2016, p. 148)

O autor explica que a justificativa para os cortes orçamentários é a necessidade de buscar o equilíbrio fiscal para evitar o crescimento da dívida pública e assim alcançar o controle da mesma e contribuir para reduzir a taxa de inflação, taxa de juros e custo da dívida. Tais medidas, avalia o autor, com base em análise de trechos do programa, tratam de um discurso de livre mercado extraído do modelo neoliberal.

2.5 O momento esperado pelos neoliberais

Com base na história aqui relatada e nas análises dos autores citados o que podemos perceber é que desde a retomada do modelo liberal, sendo este identificado como neoliberal, devido às suas novas características que o distinguem do liberalismo clássico, tal movimento vem se espalhando pelo mundo, sendo reconhecido, pelos seus defensores como modelo de crescimento econômico.

Além da Escola de Chicago e Escola Austríaca, citadas aqui como berços do pensamento neoliberal, se tornaram importantes defensores dessas ideias instituições que ficaram conhecidos como think tank. Moraes (2015) explica como tiveram início essas instituições que eram elementos centrais do “fazer política” na década de 1970 quando ainda imperava o American Way. Porém, na década seguinte, o número de think tank cresceu significativamente ao mesmo tempo que cresceram os lobbies e organizações voltadas para a advocacia de interesses nos Estados Unidos.

Em 1971, apenas 175 empresas registravam lobistas em Washington; em 1979, eram 650. Em 1982, chegavam perto dos 2.500. A National Association of Manufacturers mudou sua sede de Nova York para Washington e, assim, justificava a iniciativa: a vizinhança e familiaridade com o governo tinha ficado mais importante do que vizinhança e interação com o business. Várias associações empresariais seguiram o mesmo caminho. Em 1978, pelo menos 2.000 dessas organizações empresariais tinham sede na capital federal, que virava uma cidade de lobistas (a famosa K Street), consultores, jornalistas e especialistas em public relations. Em 1980, na área metropolitana de Washington, o número de empregados desse tipo superava o número de funcionários federais. (MORAES, 2015, p. 238)

Mas, insatisfeitos com a tratativa hostil que vinham recebendo do poder público americano e também do meio acadêmico, o empresariado, começa a trabalhar para mudar a opinião pública e também das universidades. Moraes (2015) não diz que os think tanks americanos eram lobistas, mas afirma que havia, de alguma forma, ligação entre eles. Uma evidência citada pelo autor é o fato da grande maioria dos 1700 think tanks que existiam na época estarem situados também em Washington.

Porém, com o declínio do American Way e a ascensão das ideias liberais pelo mundo, os think tanks se transformaram e passaram de fornecedores de questões colocadas pela sociedade, para pautadores das questões que lhe eram de interesse.

[...] têm cumprido papel relevante de agenda setting ou de framing para as questões. E isso ocorre de modo deliberado, como uma estratégia política clara: a “novíssima direita” cria e multiplica think tanks e aparatos de mídia (imprensa, eletrônica, virtual etc.) para modelar o ambiente político. De outro lado, operando também como lobbies (pressionando para aprovação de certas políticas ou para o direcionamento das já existentes), eles conseguem esse mesmo objetivo: policies make polity, diz a sentença. Assim, por exemplo, ocorre com o fato de determinados programas públicos (provisão de saúde, educação etc.) serem financiados pelo público, mas “entregues” através de canais privados: isto os faz, ainda que públicos, reconhecíveis pelo usuário como privados. (MORAES, 2015, p. 240)

O autor lembra que ainda nessa época, os think tanks atuavam como “células” ao incorporar o modo de atuação de partidos de esquerda que atuavam em grupos segmentados como metalúrgicos, professores, mulheres e negros.

Os think tanks cedo percebem que precisam se diversificar, criando grassroots em diferentes localidades e estados, voltadas para temas focados e precisos. O que os une é o “programa”, o conjunto de lemas que solda os combatentes – “mais mercado, menos Estado”, fundamentalmente. (MORAES, 2015, p. 240)

Mas essa forma de atuação mudou nos anos seguintes, nos Estados Unidos e também no Brasil. Por aqui, os primeiros a começarem os trabalhos foram o Instituto Liberal do Rio de Janeiro e o Instituto de Estudos Empresariais. Criados nos anos 1980, eles reuniam intelectuais e empresários com formação em universidades norte-americanas que tinham a intenção de influenciar os rumos do país.

Os think tanks podem ser definidos como instituições permanentes de pesquisa e/ou divulgação de ideias que procuram informar e influenciar

instâncias governamentais e a opinião pública no que tange à adoção de determinadas políticas públicas. O modo de atuação dos think tanks costuma ser pautado por sua localização em um espectro que vai do “profissionalismo politicamente desinteressado” em um extremo ao “ativismo ideologicamente orientado” em outro. Nesse sentido, estariam mais próximas do primeiro polo instituições de viés mais acadêmico, como a Fundação Getulio Vargas (FGV) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e mais próximos do extremo oposto os think tanks liberais e ultraliberais que atuam no país. (ROCHA, 2017)

A partir dos anos 2000 que, segundo Rocha (2017), começaram a ser fundadas várias novas organizações com o intuito de disponibilizar arsenal teórico e treinamento político para conquistar cada vez mais adeptos para uma agenda liberal. Em 2003 foi criada, no Rio de Janeiro, a Casa das Garças, por economistas que, inclusive, fizeram parte do governo Fernando Henrique. E em 2005, para difundir o liberalismo econômico além do campo acadêmico e alcançar outros públicos foi criado o Instituto Millenium.

A essa altura, a disseminação das ideias se tornou mais eficaz por conta da popularização das redes sociais.

Em 2004 foi criada na internet a rede social Orkut, que logo passou a ser utilizada por jovens universitários e profissionais de diversas áreas entusiastas do liberalismo econômico. A ferramenta facilitou o surgimento de comunidades liberais e o encontro de pessoas de diferentes lugares do Brasil que frequentavam fóruns de discussão na internet sobre ideias liberais, traduziam textos liberais do inglês e eventualmente eram simpatizantes das ideias difundidas por Olavo de Carvalho (que afirmou ser amigo de Donald Stewart Jr., fundador do Instituto Liberal em 1983 e que teria lhe apresentado as ideias do economista libertariano Ludwig von Mises). (ROCHA, 2017)

As redes evoluíram, se popularizaram ainda mais e, em 2013 se tornaram o principal meio de comunicação para a promoção das manifestações iniciadas no mês de junho. O momento era de crise do governo petista e a população expunha na internet e nas ruas, sua revolta por melhores condições de vida e fim da corrupção. Fora nesse cenário que a novíssima direita encontrou o terreno fértil e os atores necessários para a disseminação das ideias liberais fomentadas pelos institutos, os seus think tanks.

Entre os movimentos sociais nascidos após o início dos protestos, em defesa do neoliberalismo, destacamos o MBL, objeto do nosso estudo. O grupo sempre assumiu publicamente os institutos liberais como fonte das suas ideias e recebeu apoio dos mesmos desde o início, como afirma o diretor do Instituto Liberal, Alexandre Borges, em entrevista para esse trabalho.

[...] o MBL que eu apoio desde o primeiro dia de manifestações, no dia de finados, 1 de novembro de 2014, eu já estava lá, eu, Eduardo Bolsonaro, Paulo Martins, no Ibirapuera, em cima de carro. Eu nunca fui de aliar a movimentos, mas a única aposta que fiz foi o MBL e está aí o resultado. [...] A capacidade de mobilização, capacidade de colocação de pautas do debate. O MBL é importantíssimo e é uma força do bem que vai levar o Brasil a um caminho que vai melhorar o conjunto da população brasileira. (BORGES, 2018)

Pela a afirmação do diretor do instituto podemos perceber que o MBL se tornou o caminho para as ideias que há anos vinham sendo defendidas porém sem a propagação necessária ou o momento oportuno para a sua aceitação. É o que assume Borges (2018) ao afirmar que o MBL foi fundamental para a disseminação da agenda liberal e que, se não tivesse atuado, “A gente ainda teria a Dilma como presidente” (BORGES, 2018).

Porém esse pode não ter sido o único apoio recebido pelo MBL. Alguns autores afirmam que a preparação dos líderes do movimento foi feita por instituições internacionais, como o Estudantes pela Liberdade (Students For Liberty). Fundado em 2008 no Estados Unidos, presente em mais de 100 países, a organização estudantil promove treinamentos para a formação política dos jovens, além de campanhas pela promoção da liberdade.

Gohn (2017) afirma que o EPL é apoiado por redes de fundações criadas por grupos empresariais como o Atlas Network que, conforme descrição na sua página na internet, é uma “organização sem fins lucrativos que conecta uma rede global de 467 organizações de livre mercado em mais de 90 países às ideias e recursos necessários para promover a causa da liberdade” (ATLAS NETWORK, 2019).

A autora cita ainda que o EPL é considerado por alguns pesquisadores como uma das incubadoras do MBL. Tal teoria se confirma na entrevista concedida, em 2015, pelo então diretor executivo do Estudantes pela Liberdade, Juliano Torres. Na ocasião, ele afirmou que o MBL foi uma marca criada pelo EPL para participar das manifestações de rua sem comprometer as organizações americanas, já que essas não podem doar recursos para ativistas políticos pela legislação da receita americana. (AGÊNCIA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO, 23/06/2015)

“Quando teve os protestos em 2013 pelo Passe Livre, vários membros do Estudantes pela Liberdade queriam participar, só que, como a gente recebe recursos de organizações como a Atlas e a Students for Liberty, por uma questão de imposto de renda lá, eles não podem desenvolver atividades políticas. Então a gente falou: ‘Os membros do EPL podem participar como

pessoas físicas, mas não como organização para evitar problemas. Aí a gente resolveu criar uma marca, não era uma organização, era só uma marca para a gente se vender nas manifestações como Movimento Brasil Livre. Então juntou eu, Fábio [Ostermann], juntou o Felipe França, que é de Recife e São Paulo, mais umas quatro, cinco pessoas, criamos o logo, a campanha de Facebook. E aí acabaram as manifestações, acabou o projeto. E a gente estava procurando alguém para assumir, já tinha mais de 10 mil likes na página, panfletos. E aí a gente encontrou o Kim [Kataguiiri] e o Renan [Haas], que afinal deram uma guinada incrível no movimento com as passeatas contra a Dilma e coisas do tipo. Inclusive, o Kim é membro da EPL, então ele foi treinado pela EPL também. E boa parte dos organizadores locais são membros do EPL. Eles atuam como integrantes do Movimento Brasil Livre, mas foram treinados pela gente, em cursos de liderança. O Kim, inclusive, vai participar agora de um torneio de pôquer filantrópico que o Students For Liberty organiza em Nova York para arrecadar recursos. Ele vai ser um palestrante. E também na conferência internacional em fevereiro, ele vai ser palestrante”, disse em entrevista por telefone na sexta-feira passada.” (AGÊNCIA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO, 23/06/2015)

Tal afirmação feita a essa agência de notícia, de que integrantes do MBL foram treinados pelos EPL, encontra respaldo também na fala do próprio Kataguiiri (2018) que, apesar de não citar as instituições ou fontes, afirmou que já estudava sobre o liberalismo.

Então, a gente, há muito tempo, frequenta, debate, estuda o tema e foi assim que o movimento se conheceu. Várias pessoas frequentando palestras de economia e administração, entendendo o país e pensando o país e a partir daí a gente formou essa defesa do liberalismo que sempre foi feita em termos acadêmicos com muita maestria por institutos daqui mas nunca foi feita para a população, para a opinião pública e é isso que a gente se propõe a fazer. (KATAGUIRI, 2018)

3. A AGENDA DO MBL

[...] não tem um país ideal liberal, mas você tem diversas políticas públicas que podem copiar de determinados países. Por exemplo tem o sistema de educação de bolsas de voucher do Chile que hoje tem a melhor educação da América Latina e também administração descentralizada da educação que a gente tem como exemplo países com a melhor educação básica do mundo que é a Finlândia que é absolutamente descentralizada com parcerias com a iniciativa privada. [...] Então, vários exemplos de diversos países. Não tem como pegar um que tenha o ideal de tudo, mas pegar o melhor que há no mundo inteiro sem precisar reinventar a roda, a lâmpada, e trazer para o Brasil. (KATAGUIRI, 2018)

A fala de Kim Kataguiiri, um dos fundadores do MBL, durante o 4º Congresso Nacional do MBL, expressa algumas referências estrangeiras usadas pelo movimento para a elaboração de uma agenda liberal para o Brasil.

O MBL teve início oficialmente em novembro de 2014, quando promoveu a primeira manifestação própria em São Paulo, na qual jovens pediam investigação e punição dos envolvidos no escândalo apurado pela Operação Lava Jato. O grupo era formado por jovens com menos de 30 anos que se vestiam como integrantes de bandas de rock e se comunicavam principalmente pelas redes sociais, onde alcançavam grande capilaridade.

Entre os integrantes, destacam-se, Kim Kataguiiri, os irmãos Alexandre e Renan Santos, Fernando Holliday, Arthur Do Val e Pedro Deyrot.

A motivação para as primeiras convocações, como afirmou Santos (2018), foi a reeleição de Dilma Rousseff em outubro daquele ano. Para eles foi o estopim que detonou a vontade de promover atos contra o governo e contra o PT. Nas páginas de redes sociais do MBL encontramos a segunda definição do movimento:

[...] uma entidade sem fins lucrativos que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera. Defendemos a Democracia, a República, a Liberdade de Expressão e de Imprensa, o Livre Mercado, a Redução do Estado, Redução da Burocracia. (FACEBOOK MBL, 2017)

Nos dias 28 e 29 de novembro de 2015, o MBL realizou seu primeiro Congresso Nacional, na cidade de São Paulo. Entre os temas de debate, estavam: “Empreendedorismo”; “Liberalismo nas redes”; “As convergências entre liberalismo e conservadorismo”; “Liberalismo na prática” e “Popularizando o discurso liberal”, o que mostra claramente os ideais do movimento.

No site do MBL estão disponíveis as propostas do grupo, das quais, vamos destacar algumas delas que retratam o contexto geral. Na educação, o movimento propõe a gestão privada de escolas públicas através de Organizações Sociais e Parcerias Público-Privadas (PPP). Na saúde, sugere a substituição do SUS por um sistema de saúde similar ao alemão em que todo cidadão é obrigado a contratar um plano de saúde e o fornecimento de plano gratuito é feito apenas àqueles que não puderem pagar.

Para solucionar a demanda de saneamento básico, a proposta do movimento é privatizar ou transformar em PPP's os serviços dos municípios. A mesma ideia vale para a melhoria de transporte público que, de acordo com a proposta, deve ter as linhas de metrô e VLT privatizadas e a criação de novas linhas por meio de PPP's.

O MBL propõe ainda a privatização de todos os bancos, permitir o investimento estrangeiro para concorrer com empresas de telecomunicação e inserção plena da economia brasileira no comércio internacional, com maior abertura comercial.

Já na justiça, entre as propostas, podemos citar a permissão para contratar agências privadas de investigação para diminuir o número de casos de homicídios não resolvidos e a privatização de presídios.

Também é defendida a reforma política, a revogação da Lei Rouanet e o fim do voto obrigatório.

A base para tal agenda está, além dos exemplos de outros países, também em solo brasileiro e sob o comando dos institutos liberais quem desde a década de 80, realizam estudos e propagam conteúdo do ideário liberal. É o próprio Kim Kataguiri que os chama de think tank, ou seja, a fonte de conhecimento do MBL. Tais grupos, estavam, há décadas, a espera do momento oportuno para propagar de forma mais ampla a agenda, angariar mais adeptos e assim chegar a ser implantada na administração do país. E essa chance foi identificada, como vimos, na crise do governo petista, quando o MBL e outros movimentos de cunho neoliberal encamparam a defesa dessas ideias e com suas estratégias de comunicação, principalmente através das redes sociais, passaram a dar projeção à tal agenda.

O também membro do MBL, Erick Balbino, reconhece que pautas liberais sempre estiveram presentes nos governos desde os anos 1990, porém, nunca como

a base da administração pública, e que os adeptos e defensores desse ideal sempre estiveram à espreita.

O liberalismo produziu bons nomes, atuou como resistência, mas nunca teve um governo sustentado nessas bases. Não na nova república pelo menos. Agora, com Bolsonaro, ainda não podemos dizer que é um governo liberal mas, certamente, é o governo que mais sinaliza nesse sentido desde que a nossa república existe. (BALBINO, 2018)

3.1 Um novíssimo movimento social

Os movimentos sociais das décadas anteriores a de 1970 tinham como característica a luta por melhores condições de trabalho - dando origem aos sindicatos e os partidos políticos - e ainda as lutas estudantis. Suas estruturas eram rígidas e contava com liderança centralizada. A descrição é usada por Gohn (2017) que os classifica como clássicos.

Já os movimentos que surgiram nas décadas de 1970 e 1980 foram considerados, pela autora, como novos em comparação aqueles citados anteriormente. Estes se organizavam por questões de gênero, etnia, ambientalista, além das demandas sociais urbanas como moradia, transporte, saúde e lazer. Além disso se diferenciavam dos anteriores pela sua forma de organização que se distanciava das estruturas rígidas. Mas a autora afirma que tais movimentos ainda tinham a mesma forma de agir do século passado. A novidade estava, naquela época, no uso da internet, porém ainda como uma ferramenta e não o veículo base de comunicação com a sociedade.

As relações sociais são mais homogêneas, verticalizadas; as articulações e comunicações são mais dirigidas, fechadas, entre pares. Internamente organizavam-se via departamentos ou setores (jovens, mulheres ou temáticas problemas), mas dentro de uma linha programática com cultura organizacional e política definidas em seus congressos, encontros, etc., diferenciando-se internamente por correntes. Agregam-se em identidades fixas, poucos se reinventaram, realizaram mínimas transformações no modo centralizado de operar seus repertórios e se relacionar com as suas bases. Desenvolvem formas de solidariedade interna. (GOHN, 2017, P.20/21)

Já a partir de 2013 nascem, então, como chama Gohn (2017), os “novíssimos movimentos sociais”. Entre eles, o MBL. A autora assim os classifica por serem diferentes dos novos, são heterogêneos e representantes de diferentes correntes do mundo da política e da cultura.

Com base na análise sobre as teorias dos movimentos sociais feita por Carlos (2015), podemos situar o MBL entre os movimentos sociais do Brasil contemporâneo que não tem padrões já estabelecidos por estudos anteriores. As

pautas que permeiam o conservadorismo na cultura e o liberalismo econômico formam a polarização dos paradigmas citados pela autora. Pra ela, essa variedade de formas, orientações e modos de ação mostram que os movimentos não devem ser identificados como coerentes e de atores unificados.

Nesse sentido, parece mais útil assumir a ambiguidade e o hibridismo como características dos atores coletivos e os seus elementos, frequentemente polarizados nos paradigmas, como coexistentes dentro dos movimentos - algumas vezes em harmonia, mas geralmente em conflito. Isso significa dizer que os movimentos sociais ocupam-se com a produção simbólica e a construção de identidades, ao mesmo tempo em que dirigem suas demandas para o Estado; que eles combinam ação expressiva e instrumental e operam simultaneamente no nível cultural e político-institucional; que eles enfatizam sua autonomia dos atores políticos tradicionais, mas não operam em isolamento das instituições e, circunstancialmente, fazem alianças com atores institucionais (CANEL, 1992; OFFE, 1985; MUNCK, 1997, dentre outros). (CARLOS, 2015, p.67)

Tais comportamentos podemos observar na atuação do MBL que, apesar de, inicialmente se dizer supra partidário, tempos depois teve integrantes filiados a partidos para concorrer às eleições, além de demonstrar apoio à diferentes candidatos mudando suas preferências ao longo do tempo.

O que nunca mudou no MBL foi a forma de se comunicar tendo, como principal recurso a internet e as redes sociais. Foi dessa forma que o MBL agiu desde a sua criação, em 2014. Durante o 4 Congresso do MBL, a fala de um dos integrantes do grupo, Rafael Rizzo, demonstra a percepção da internet, pelo movimento, como a base necessária para suas ações.

Enquanto a esquerda aplicou a sociedade do espetáculo de maneira hierárquica através dos partidos, a direita, sem estrutura e sem partido passou a usar de forma descentralizados. Qualquer moleque passou a publicar conteúdos, memes, e falava com milhões de pessoas... a partir daí a esquerda ficou perdida e começaram a criar teoria conspiratória como o Dimenstein que era o centro de uma estrutura política que recebia dinheiro de instituições internacionais (RIZZO, 2018)

A estratégia é reiterada por Renan Santos, durante o mesmo evento, ao dizer para o público: “A gente não precisou montar um sindicato nem grana, foi só usar os meios adequados” (SANTOS, 2018)

Essa característica – o uso das novas tecnologias, especialmente a internet, – é apontada por Gohn (2017) como a principal para identificar os novíssimos movimentos sociais, sendo este um importante recurso para gerar grande mobilização

da sociedade e mudar as formas de sociabilidade convencionais e institucionalizadas até então.

As redes sociais virtuais, digitais, são a forma básica de constituição e atuação da maioria dos coletivos. São recursos e fatores estratégicos porque o seu poder vai além da mobilização. Impactam o caráter da ação coletiva desenvolvida. Transformam-se em ações conectivas. O ambiente virtual propiciado pela internet ocupa lugar central no caráter dessas ações coletivas no que diz respeito à estrutura de recursos para formar pautas, consensos, mobilizar a população, fazer convocações, divulgar resultados de atos, agendas futuras etc (GOHN, 2017, p.24/25)

3.2 Nas redes o MBL se fez e se fortaleceu

Aconteceu também no Brasil. Sem que ninguém esperasse. Sem líderes. Sem partidos nem sindicatos na sua organização. Sem apoio da mídia. Espontaneamente. Um grito de indignação contra o aumento do preço dos transportes que se difundiu pelas redes sociais e foi se transformando no projeto de esperança de uma vida melhor, por meio da ocupação das ruas em manifestações que reuniram multidões em mais de 350 cidades. (CASTELLS, 2013, p.182)

As redes sociais foram, sem dúvida, o berço das manifestações iniciadas em junho de 2013 e se tornou, dali em diante, o ambiente ideal não só para convocações, como também, e principalmente, para a disseminação de ideias da nova direita brasileira. Foi ali que o Movimento Brasil Livre iniciou, antes mesmo de se tornar um grupo, através dos seus fundadores, a defesa por uma agenda liberal.

Santos (2018) contou sua experiência durante a campanha que comandou para um candidato a deputado estadual em São Paulo, Paulo Batista, em que um vídeo viralizou na internet, ao mostrar o candidato sobrevoando por uma cidade, como uma espécie de super-herói, enquanto solta o “raio privatizador”, sendo esta a principal bandeira da campanha. Renan Santos, irmão do Alexandre, explica o conceito.

A candidatura do Paulo tornou-se maior que nosso grupo ou mesmo que o candidato. Paulo era agora representante de um espectro de pensamento político adormecido em nosso país, o candidato a deputado estadual que mais citações tinha na internet (ranking do site *beonpop*). Num momento em que cada vez mais se fala em “guerra cultural” por parte da esquerda, era de se admirar que através de seu raio, Paulo tivesse resignificado as famigeradas privatizações. Destruindo um trabalho de 20 anos dos estatólatras, pessoas faziam memes privatizando estradas, servidores públicos, políticos desastrados e amigos de escola. Através do raio privatizador, um objeto ou sujeito era convertido de sua versão precária para a versão evoluída. Um feito que faria Mises sorrir. (RENOVA VINHEDO, 09/10/2014)

O candidato não foi eleito mas o responsável pela campanha considera que o formato utilizado na divulgação das propostas foi um sucesso.

[...] a gente ganhou muita capilaridade na internet e ficou muito conceituado ali porque era a estética da zoeira com política discutindo um negócio que pra gente era muito caro porque as privatizações sempre foram muito demonizadas e a gente conseguiu inverter o polo. (SANTOS, 2018)

Foi após essa campanha que Alexandre Santos e o seu irmão, Renan Santos, se juntaram à Kim Kataguri, jovem que apoiava outro candidato e também já fazia uso das redes sociais e de linguagem semelhante, para formar o que eles mesmos chamam de *dream team da zoeira*.

Como podemos ver, o movimento, ao perceber o poder do uso das redes sociais como ferramenta disseminadora de ideias, passou a fazer desta, o seu principal veículo de comunicação com o público. Alguns fatores contribuíram para o sucesso de tal estratégia, entre eles o momento político vivido pelo país, com os escândalos de corrupção e insatisfação com os serviços prestados pelo Estado.

Para Castells o mundo virtual - e as conexões promovidas por ele – se juntou ao mundo real através das manifestações nas ruas e o resultado dessa confluência pudemos acompanhar em todo o país.

De forma confusa, raivosa e otimista, foi surgindo por sua vez essa consciência de milhares de pessoas que eram ao mesmo tempo indivíduos e um coletivo, pois estavam - e estão - sempre conectadas, conectadas em rede e enredadas na rua, mão a mão, tuites a tuites, post a post, imagem a imagem. Um mundo de virtualidade real e realidade multimodal. Um mundo novo que já não é novo, mas que as gerações mais novas veem como seu. (CASTELLS, 2013, p.184)

O autor cita ainda o sentimento de pertencimento desse grupo no meio virtual que faz com que as pessoas sintam vontade para desafiar a dominação ao estarem conectadas entre si, compartilhando a indignação, sentindo o companheirismo e construindo processos alternativos para si próprio e para toda a sociedade. Tudo através das redes de comunicação interativas.

Tal sentimento pode ser observado com tamanha nitidez no discurso feito por Renan Santos, um dos fundadores do MBL, durante o 4º Congresso Nacional, do qual participamos, como pesquisadores. Citamos abaixo, alguns trechos que mostram o tom agregador do movimento.

Nunca o brasileiro passou a se identificar tanto com o verde e amarelo. Somos chamados de coxinha. Foda-se! Sou mesmo. Pau no seu cu.[...] O Brasil era um país onde o seu vizinho estava sendo assaltado você fingia que não via. Estão roubando lá em Brasília, foda-se. Vou fazer aqui pra sobreviver. [...] Algo nos une e esse algo não é MBL, mas o mbl é só um

vínculo. Nós estamos intimamente ligados por um projeto de Brasil que vamos conduzir. (SANTOS, 2018)

A fala feita, dessa vez, pessoalmente, durante o congresso, tem o mesmo tom usado pelo grupo nas redes sociais e outros canais de comunicação na internet como o site Youtube onde o movimento possui um canal de vídeos nos quais propagam suas ideias e opiniões. Para Gohn (2017), esse ambiente virtual afeta a construção e o significado das mensagens, assim como as relações de poder na sociedade.

Ao possibilitar a participação de múltiplos protagonistas de maneira instantânea, desenvolve-se processos de intersubjetividade e constroem-se processos discursivos que poderão gerar novos repertórios, novos direitos, novas propostas de processos que poderão vir a ser assumidos, no plano da sociedade civil e política, como novas pautas para institucionalização, para a criação de normas comuns que valem para todos. (GOHN, 2017, p.25)

Porém, como podemos observar nas redes sociais do MBL, a interação no meio digital não foi responsável por construir novos repertórios, já que este já havia sido determinado pelo grupo. A partir dos seus ideais já postos, o movimento passou a usar a internet como recurso para sua ascensão.

Os movimentos exploram recursos [...] para conduzir as pessoas à ação coletiva. [...] Com os recursos externos atores com recursos [internos] escassos podem pôr-se em marcha e manter-se na ação coletiva contra oponentes poderosos. [...] A ação coletiva prolifera quando se adquire acesso aos recursos necessários para escapar a passividade habitual e encontrar a oportunidade de usá-los. (CARLOS, 2015, p. 134)

Carlos (2015) pondera que devemos considerar que as práticas que emergem da atuação do movimento são construídas por processos dinâmicos de interação e de criação de identidades e não somente pelo recurso a ser explorado.

Castells (2013) concorda os debates feitos pela mídia e centros acadêmicos que negam que as tecnologias da comunicação estejam na raiz dos movimentos sociais. Para ele, isso é o óbvio, já que os movimentos resultam da contradição e dos conflitos de uma sociedade. Porém o autor enfatiza a necessidade de pensar o papel de base na formação e na comunicação dos movimentos.

A tese de Castells (2013) é confirmada no discurso do integrante do MBL, Rafael Rizzo, durante o 4 Congresso, assumindo a importância do meio de comunicação. Podemos assim dizer que foi através da internet e da interação com os indivíduos encorajados a lutar por mudanças sociais, que o MBL apoiou sua estratégia

de comunicação, sendo esta, mais um fator que elencamos para entender a ascensão do grupo.

3.3 A estética da zoeira

Essa tese do refutador de direita, esse cara começa a aparecer e a ganhar destaque porque ele começa a chocar a sociedade. Ele começa a refutar o outro e vê que começa a fazer sucesso. Então quando o Bolsonaro vai na comissão e fala “Canalhas! Mil vezes canalhas!” ele cria um espetáculo, uma coisa que tem o valor político por si só mas que é capaz de prender a nossa atenção. (DEYROT, 2018)

Foi durante o 4º Congresso do MBL que os participantes puderam ouvir este entre muitos outros ensinamentos do movimento para se comunicar e disseminar as ideias do grupo. Pedro Deyrot, um dos fundadores do movimento, foi quem esteve a frente do Painel Comunicação. Ele citou o colega do grupo Arthur Do Val, o presidente Jair Bolsonaro, o presidente americano Donald Trump e ainda o autor Olavo de Carvalho como “pessoas que chegaram onde chegaram porque tem valores corretos e foram capazes de gerar bons espetáculos” (DEYROT, 2018).

Se olharmos rapidamente para cada exemplo citado, identificamos com clareza a mesma estratégia adotada pelo MBL e seus integrantes. Arthur Do Val, no seu canal do Youtube chamado *Mamãe Falei* usa um discurso inflamado, com tom de indignação e, quase sempre, usando a oposição como alvo da sua raiva. Em um dos seus vídeos mais populares e frequentemente citado por ele como exemplo de como tratar temas complexos de forma diferente, Arthur entra na Universidade de São Paulo fantasiado de vagina para protestar contra a oficina de masturbação que estava sendo promovida no local. No vídeo, ele mostra sua indignação ao dizer que o evento seria pago com dinheiro público já que acontece numa universidade pública e, ao entrar na sala da oficina, onde era vedada a participação de homens, disse em tom de ironia que havia acordado naquele dia se sentindo mulher. Os participantes pediram a retirada de Arthur e, após grande repercussão nas redes sociais, a universidade explicou que a oficina era parte da Semana da Diversidade, promovida pelos alunos e sem custos para a instituição. A organização do evento explicou que não se tratava de uma oficina prática, mas sim de debate sobre temas poucos abordados sobre a sexualidade feminina. Porém, a explicação não fora o bastante para conter a explosão de compartilhamentos e comentários raivosos nas redes sociais. (G1, 09/08/2018)

O presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, não raras vezes se envolve em polêmicas com discursos relacionados à questões de gêneros e segurança pública entre outros muitos assuntos. Não é diferente com o presidente americano Trump que desde a campanha eleitoral usa as redes sociais para atacar a imprensa e seus adversários políticos com suas ideias conservadoras e protecionistas. E, por fim, mas não menos significativa, é citado o autor Olavo de Carvalho que ficou conhecido como o guru da equipe de Bolsonaro (EL PAÍS, 03/12/2018) e também faz uso das redes para atacar os intelectuais, a imprensa e promover seus discursos pró liberalismo. Parecem ter todos estes entendido como usar das próprias emoções, através do mundo virtual, provocar as emoções alheias e, assim, como avalia Kakutani (2018), somos sublimados pelos sentimentos mais primitivos que possuímos sem ter a percepção disso.

Na web, onde clique são tudo e entretenimento e notícias estão cada vez mais misturados, o material sensacionalista, bizarro ou revoltante sobe para o topo, com posts que apelam cinicamente para a parte rudimentar dos nossos cérebros - para emoções primitivas como medo, ódio e raiva. (KAKUTANI, 2018, p. 151)

A autora cita também Neil Postman que no livro *Amusing Ourselves to Death*, de 1985, disse que a distração tecnológica possibilitada pela televisão estava alterando de uma vez por todas o nosso discurso cultural, tornando-o mais trivial e inconsequente e que a informação transmitida se tornava simplista, não substantiva, não histórica nem contextual; uma informação disfarçada de entretenimento.

[...] suas observações se encaixam ainda melhor na era da internet, na qual o excesso de informações garante que o objeto mais brilhante - a voz mais alta, a opinião mais chocante - seja aquele que prende nossa atenção, recebe mais cliques e gera mais comentários. (KAKUTANI, 2018, p. 1207/208)

O MBL aprendeu essa lição ainda no início da sua existência quando seus fundadores, ainda na época da campanha eleitoral para o candidato a deputado estadual em São Paulo Paulo Batista. Renan era membro do Movimento Renovação Liberal, coordenador da campanha, e explicou que a ideia surgiu do desafio de construir uma candidatura competitiva e polêmica.

Eu já havia abordado anteriormente, em minha palestra no I Curso de Formação Política do Renova Vinhedo, em Agosto, a existência de uma “estética da zoeira” que permeava as ações de uma nova geração de liberais brasileiros. Tal estética, advinda de fóruns e “chans” de internet, mescla uma postura anárquica e iconoclasta com montagens toscas e grosseiras e

profundas referências a cultura pop. É, enquanto linguagem, uma reação direta à baboseira lobotomizada do universo do politicamente correto. A crença na zoeira é a crença na célebre frase de Marshall McLuhan de que “O meio é a mensagem”. Zoamos não apenas porquê a zoeira é cancerígena, mas também porquê nossa mensagem é anárquica, corrosiva e revolucionária. No país do paternalismo cordial, qualquer ativismo libertário é altamente subversivo. Zombar do sistema é sorrir para implodi-lo. (RENOVA VINHEDO, 09/10/2014)

Desde o início a preocupação era com a forma da mensagem transmitida, muito mais do que o conteúdo, como afirmam esses jovens recém engajados na política. A fórmula utilizada, inicialmente, foi criticada, como afirma Renan Santos: “mesmo colunistas liberais e conservadores na grande mídia torciam o nariz, afetados pela fórmula. Não havíamos pedido a benção com o rigor devido aos donos do movimento liberal no país. Em suma, cagamos e andamos para todos eles” (RENOVA VINHEDO, 09/10/2014).

Já o conteúdo, como eles mesmo afirmam, deixam para serem pensadas pelos institutos liberais, os *think thanks*, como o Mises Brasil e o Instituto Liberal.

Tatiane: O que vocês acham que é a causa dessa expansão toda nas redes sociais? Por que tem essa repercussão toda?

Kim Kataguri: É o foco do nosso trabalho que a gente trabalha a forma e não só o conteúdo. A gente deixa a parte de conteúdo para os *think thanks* lá, dos institutos liberais, tipo Mises e etc... e trabalha a melhor linguagem possível pra fazer não só com que as pessoas entendessem mas também entendessem porque valia a pena sacrificar um pedaço da vida delas para lutar por aquilo. (KATAGURI, 2018)

Kataguri (2018) lembrou que, logo no início, Pedro Deyrot, acabara de ler Mario Vargas Llosa, autor da obra *Civilização do Espetáculo*. Foi então que decidiram juntar tais ideias com o que já conheciam de Olavo de Carvalho para o movimento político que estava nascendo.

Llosa é um autor peruano, declaradamente liberal, que critica a cultura contemporânea. Pra ele, tempos atrás, a cultura dos livros, teatro, música, obras de arte nos permitia imaginar um mundo diferente e, com isso, se desenvolvia o senso crítico do indivíduo. Um consumo trabalhoso que exigia esforço. Hoje em dia, essa cultura citada, para o autor, deu lugar a cultura de massa de interesse das nações totalitárias que querem manter o controle, o que ele chama de *Civilização do Espetáculo*.

É a civilização de um mundo onde o primeiro lugar na tabela de valores vigente é ocupado pelo entretenimento, onde divertir-se, escapar do tédio, é a paixão universal. Esse ideal de vida é perfeitamente legítimo, sem dúvida.

Só um puritano fanático poderia reprovar os membros de uma sociedade que quisessem dar descontração, relaxamento, humor e diversão a vidas geralmente enquadradas em rotinas deprimentes e às vezes imbecilizantes. Mas transformar em valor supremo essa propensão natural a divertir-se tem consequências inesperadas: banalização da cultura, generalização da frivolidade e, no campo da informação, a proliferação do jornalismo irresponsável da bisbilhotice e do escândalo. (LLOSA, 2013, p. 19)

É justamente a forma criticada por Llosa (2013) a adotada pelo MBL. É comum ouvir, nos discursos dos integrantes dos movimentos, o uso de metáforas que, aparentemente são usadas para facilitar o entendimento do público, mas nada mais são do que uma nova roupa para as velhas ideias de liberalismo econômico alimentadas há anos pelos defensores de tais políticas porém até pouco tempo sem adesão da sociedade.

A receita da estratégia de comunicação usada pelo MBL, A Estética da Zoeira, pode ser percebida ao analisar alguns discursos disponíveis nas suas plataformas online (Youtube, Instagram, Facebook...). Trata-se da mistura da insatisfação com o modelo político dominante nos últimos anos - o governo petista-, além de uma forte crítica ao pensamento de esquerda. Adiciona ainda a defesa da família e para finalizar a proposição de soluções para acabar com a corrupção e melhorar a economia do país através da redução do Estado. O tempero é dado pelo discurso inflamado, cheio de emoção, uma pitada de humor ou ironia e a linguagem jovem de fácil entendimento para todos. “Tudo é entretenimento.” (KATAGUIRI, 2018)

Llosa diz que, nesse novo modelo de divulgar informações, reina a frivolidade, que ele define como ter uma tabela de valores invertida, em que a forma importa mais que o conteúdo, e a aparência, mais que a essência, em que o gesto e a representação ocupam o lugar de sentimentos e ideias, porque não existe forma mais eficaz de entreter e divertir do que alimentar as paixões baixas do comum dos mortais. Entre estas, cita o autor, ocupa lugar de destaque a revelação da intimidade do próximo, sobretudo se figura pública, conhecida e prestigiada. (LLOSA, 2013, p.30)

Tem ainda outra crítica feita pelo autor peruano que recai sobre a forma de se comunicar do MBL. O fato da internet ser um ambiente horizontal onde todos são atores, na opinião de Llosa, não significa que possa levar à ação. O autor coloca em cheque a veracidade do conteúdo oferecido e cita o ensaio escrito por Jean Baudrillard demonstrando que a Guerra do Golfo não havia ocorrido e afirmou: “O escândalo, em nossos dias, não consiste em atentar contra os valores morais e sim contra o princípio de realidade” (LLOSA, 2013, p. 42)

O MBL se coloca como um defensor dos princípios morais, porém, a divulgação de fake news mostra que não há o mesmo compromisso com a verdade. Em março de 2018, o Facebook tirou do ar a página Ceticismo Político, ligada ao movimento e que difundiu notícias falsas sobre a vereadora Marielle Franco, assassinada no Rio de Janeiro. As publicações foram compartilhadas pelo MBL. Em seguida, meses depois o grupo reagiu à medida do gigante Facebook para combater notícias falsas. Nas redes sociais a mensagem era “Atenção. Facebook colocará agências esquerdistas para decidir quais notícias são *fake news* e derrubará o alcance delas nas plataformas” (EL PAÍS, 20/04/2018). Consideraram tal medida um ataque à liberdade de expressão e ainda uma tentativa de censura instigada pela extrema direita.

Porém percebemos a ausência, nas mesmas mensagens, das justificativas da rede social para tomar tal medida ou para a escolha das agências e assim, deixar a critério do expectador acreditar ou não no que está escrito.

Kakutani (2018) cita o livro *O culto do amador*, do empreendedor do Vale do Silício, Andrew Keen, que alertou sobre a substituição da fatos por verdade criadas pelo senso comum:

[...]fez um alerta para o fato de que a internet havia não apenas democratizado a informação de maneira inimaginável como estava fazendo com que a sabedoria das multidões tomasse o lugar do conhecimento legítimo, nublando perigosamente os limites entre fato e opinião, entre argumentação embasada e bravata especulativa. (KAKUTANI, 2018, p.39)

Mas porque o público aceita tais ideias? Mills (1962), ainda na década de 1960, quando a modernidade era a televisão, já se preocupava com a transformação do público em mercados da comunicação de massas. O autor falava em analfabetismo psicológico que a sociedade estava exposta.

Muito pouco do que julgamos saber da realidade social do mundo foi verificado diretamente. A maioria dos 'quadros mentais' que temos são produto desses meios de comunicação - a tal ponto, que muitas vezes não acreditamos realmente no que vemos à nossa frente enquanto não lemos a respeito no jornal ou ouvimos no rádio. (MILLS, 1962, p.369)

O autor já entendia que tal comportamento era da natureza humana e que as pessoas escolhem os meios de comunicação que confirmam suas crenças e sentimentos, assim como escolhem se relacionar nas cidades com quem compartilha opiniões no mínimo semelhantes.

Aos outros, a tendência é tratar sem seriedade. Na sociedade metropolitana adotam, em sua defesa, uma atitude 'blasé' que é mais profunda do que simples atitude. Assim não experimentam choques autênticos de pontos de vista, problemas verdadeiros. E quando isso ocorre, a tendência é considerar tais choques como simples falta de polidez. (MILLS, 1962, p.379)

Trazendo para a realidade atual, o mesmo se dá nas redes sociais, com o agravante da quantidade de informação ofertada, acesso aumentado e a exposição que temos aos conteúdos. E nesse sentido cabe aqui falar das bolhas de comunicação formadas principalmente no mundo virtual capazes de limitar o nosso contato com opiniões semelhantes às nossas e nos distanciar daquelas contrárias, fazendo com que nossa capacidade reflexiva não seja exercitada.

Me refiro aqui aos algoritmos usados pelas redes sociais para direcionar o conteúdo ao qual temos acesso. Numa explicação simplista podemos dizer que as redes nos oferecem os conteúdos que costumamos acessar com base em interesses pessoais. Sendo assim, relevantes e interessantes ou não, os demais conteúdos vão sendo excluídos do seu acesso.

Kakutani (2018), cita o autor do best-seller *The Filter Bubble*, Eli Pariser, para mostrar como as redes sociais nos dão informações que tendem a confirmar nossa visão de mundo.

[...] o que Pariser chama de "uma repetição infundável de nós mesmos" -, as pessoas vivem em bolhas de conteúdo cada vez mais restrito e em jardins murados de pensamentos igualmente delimitados. É um dos principais motivos pelo qual liberais e conservadores, democratas e republicanos acham difícil concordar sobre os mesmos fatos e por que um senso comum da realidade está se transformando em algo utópico. (KAKUTANI, 2018, p. 144/145)

O mesmo autor citado, numa palestra realizada no TED em 2012, alertou que "se os algoritmos vão ser os curadores do mundo, se decidirão o que vamos ver e o que não vamos, então precisamos nos certificar de que eles não sejam determinados apenas pela relevância, mas que também nos mostrem coisas desconfortáveis, desafiadoras ou importantes, outros pontos de vista" (TED, 03/2011)).

Por isso, na estratégia do MBL a publicação de conteúdos recheados de valores é tão importante, como mostra o discurso durante o 4º Congresso Nacional.

Não adianta só entregar o espetáculo. Tem que estar inserido numa hierarquia de valores. Se não, não vai adiantar nada. [...] A gente precisa que as nossas ações políticas sejam integradas nessa pirâmide de valores e capazes de roubar a atenção. (DEYROT, 2018)

A análise de Mills (1962) sobre os meios de comunicação da sua época mais uma vez se encaixa nos dias atuais, quando o autor fala sobre o conforto sentido em coletivos de ideias semelhantes.

Habitualmente, esse conhecimento direto não é aceito quando perturba fidelidades e crenças que o indivíduo já tenha. Para ser aceito, ele tem de reconfortar ou justificar os sentimentos que constituem as características básicas de sua fidelidade ideológica. (MILLS, 1962, p.370)

O simples fato de ser contra o sistema vigente se torna uma forte justificativa para aceitar as ideias impostas. Não é à toa que o discurso do MBL se mostra carregado de um sentimento antiesquerdista ou antipetista, a depender do assunto, mesmo que por vezes, tal menção seja desnecessária para transmitir a informação desejada.

Tais mensagens são capazes de levar ao que Castells (2013) explicou como sendo o processo de ação comunicativa que induz à ação e a mudança coletivas, no qual prevalece a mais poderosa emoção positiva: o entusiasmo, que reforça a mobilização social.

Indivíduos entusiasmados, conectados em rede, tendo superado o medo, transformam-se num ator coletivo consciente. Assim a mudança social resulta da ação comunicativa que envolve a conexão entre redes neurais dos cérebros humanos estimulados por um ambiente comunicacional formado por redes de comunicação. A tecnologia e a morfologia dessas redes de comunicação dão forma ao processo de mobilização e, assim, de mudança social, ao mesmo tempo como processo e como resultado. (CASTELLS, 2013, p.162)

O autor conclui sua análise sobre os primeiros momentos das manifestações de 2013 destacando a autonomia dos indivíduos com o mídias digitais: “Pois o que é irreversível no Brasil como no mundo é o empoderamento dos cidadãos, sua autonomia comunicativa e a consciência dos jovens de que tudo que sabemos do futuro é que eles o farão. Móbil-izados” (CASTELLS, 2013, p.186).

Gohn (2017) lembra ainda que a autonomia das pessoas na internet é uma característica dos novíssimos movimentos sociais, categoria, na qual, como já mostramos aqui, o MBL se encaixa.

A autonomia dos indivíduos nas redes sociais, encontra identificação com as práticas dos "novíssimos" movimentos e coletivos que clamam contra a corrupção, condenam a política e os políticos, sem deixar claro que essa também uma forma de fazer política. Só que os valores conservadores

implícitos nas matrizes discursivas da maioria dos "novíssimos" pouco aparecem; ao contrário, eles se apresentam como modernos, virtuosos, defensores da ética. (GOHN, 2017, p.80)

Mas tal conservadorismo também pode ser entendido como parte da estratégia do MBL rumo à ascensão política e social como veremos a diante.

3.4 Conservadorismo, Antipetismo e Guerra

Sempre houve uma ordem e por mais que implicassem injustiças, porque é ordem natural dos seres humanos. [...] Porém de 400 anos pra cá através do conceito de revolução - a francesa - passamos a inverter essa ordem. [...] Movimentos marxista para criar ordem, mas nós não somos iguais. [...] O marxismo trabalhou para diluir tudo que gerava significado no ocidente. Tudo é desvirtuado para que a gente não possa saber porque estamos aqui. [...] Tudo é relativo e você não tem valor nenhum. (SANTOS, 2018)

O trecho é parte do discurso de abertura o 4º Congresso do MBL, conduzida por um dos líderes do movimento, Renan Santos. O conservadorismo foi a primeira bandeira hasteada pelo militante antes mesmo de falar da agenda liberal na economia. Em tom inflamado e falando para cerca de 800 pessoas – maioria jovens – de todo o país, Santos deferiu ataques à diversidade sexual - “Você não sabe nem em que banheiro você vai” (SANTOS, 2018) – e refutou teorias como o marxismo, tidas como de esquerda.

Através da lente de Moraes (2015) podemos interpretar tal mensagem como sendo mais uma estratégia do movimento para convencer o público e torná-lo defensor dos mesmo ideais.

Para chegar ao controle sobre a percepção, à modelagem de mentes e corações, não basta difundir, “construir” mapas conceituais conservadores. É preciso dissolver (de qualquer modo) as tentativas de consolidação de mapas conceituais progressistas. Assim, na cena eleitoral, por exemplo, os think tanks não são apenas instrumentos de promoção de candidatos, partidos ou programas. São também “destruidores de reputações” – a reputação de pessoas, partidos ou programas, bandeiras. (Moraes, 2015, p. 241)

Basta acessar os sites dos institutos liberais brasileiros, os think tanks do MBL, para encontrar inúmeros textos que refutam teorias reconhecidas mundialmente. E o movimento reproduz o discurso acrescentando a ele a forte crítica à academia e aos intelectuais, como podemos observar nas falas durante o Congresso:

O conservadorismo americano tem sua raiz nos anos 40/ 50 e só agora tiveram a eleição de um conservador. Demorou porque mantiveram a chama intelectual acesa. Precisamos fazer isso é pra isso é através da formação dos formadores de opinião. (ALMEIDA, 2018)

O pensamento se complementa com a fala de Santos: “Nós precisamos de uma nova intelectualidade.” (SANTOS, 2018) e ainda com a opinião de um dos convidados do evento, o empresário dono da rede de lojas Havan e apoiador da campanha eleitoral que elegeu Bolsonaro presidente, Luciano Hang que, no palco, esbravejou ao público:

Essa semana comentei que as universidades brasileiras estão focadas em colocar na cabeça dos jovens o comunismo, o socialismo, o concurso público, para viver as custas do cidadão como nós. Temos que desaparecer as universidades. [...] Até então deixávamos a esquerda falar o que queria... Se gritou com petista fez bem porque não vale nada. O politicamente correto foi enterrado nessas eleições. [...] Vamos sim ser radicais de direita. Vamos defender o governo militar. Vamos ter a coragem de defender tudo que é certo no país. [...] Brasil acima de tudo. Deus acima de todos. (HANG, 2018)

Ao dizer a última frase, vale ressaltar, o empresário fez um gesto como se segurasse uma arma de fogo, apontando para os lados. O público o aplaudiu de pé.

Mas não é recente a presença de ideias conservadoras nos discursos do MBL. Basta lembrar do caso da exposição *Queermuseu*, promovida pelo banco Santander, em Porto Alegre, e cancelada após intensa atuação do movimento que considerou as obras, de vários artistas, como ilustrações de pedofilia e zoofilia. “Uma porcaria”, classificou Arthur do Val, em seu canal do YouTube “Mamãe Falei”, ao defender que a mostra cultural era uma ofensa aos cristãos.

Talvez a leitura de Llosa (2013), feita por um dos integrantes do movimento, tenha contribuído para o pensamento conservador no campo cultural presente nas ações do MBL. Da mesma forma o autor critica a exposição *Sensation*, que aconteceu na Inglaterra num espaço onde tradicionalmente são feitas mostras de artistas clássicos, mas que, segundo o autor, vez ou outra, como no caso da referida exposição, o espaço é tomado pelo tipo de arte que mostra a *obsessão genital* dos jovens artistas da Grã-Bretanha. Entre as obras, ele cita as esculturas feitas sobre fezes endurecidas de elefante e a chamada Aceleração Zigótica que ilustra um grupo de crianças andróginas cujos rostos são, na verdade, falos eretos. “Essa maneira de ‘eleger-se artista’ parece ter sido perdida para sempre entre os jovens impacientes e cínicos de hoje que aspiram a tocar a glória a todo custo, mesmo que seja subindo num monte de merda de paquiderme”. (LLOSA, 2013, p.34) Vale aqui lembrar, que trata-se de um autor que se declara um liberal e é citado como referência pelo MBL, no início de sua atuação, talvez, justamente por defender a agenda ao mesmo tempo que defende os “bons costumes”.

Podemos justificar também a adoção, por parte dos liberais, do discurso conservador, pelo fato da esquerda, recentemente no Brasil, encampar pautas liberais na cultura como os direitos LGBT, a legalização do aborto, a luta das mulheres por igualdade de gêneros, casamento homo afetivo e as lutas raciais entre outros temas que vinham avançando em conquistas nos últimos anos. Por esses fatores, Gonh (2017) prefere chamar o MBL de neoconservador, por ser contra vários direitos sociais e culturais modernos. Com base na autora podemos sugerir que refutar tais agendas faz parte da destruição dos ideais vigentes até então, sendo mais uma forma de desconstruir o inimigo e assim manipular o público a seu favor para indicar então uma nova forma de pensar.

Aliás o adjetivo inimigo nos pareceu propício ao ouvir, durante o congresso do MBL, as estratégias sugeridas aos participantes para refutar as ideias de quem é, como eles chamam “de esquerda”. Em uma tela, projetada na parede de uma casa de shows, um passo a passo para a “desconstrução dos falsos dogmas da esquerda e o resgate da verdade”. Na sequência, as orientações.

- 1- O poder não é apenas aquilo que você possui mas aquilo que o seu inimigo pensa que você possui;
- 2- Nunca abandone o campo de experiência do próprio povo;
- 3- Sempre que precise, faça o inimigo sair do campo onde ele possui experiência;
- 4- Faça o inimigo viver de acordo com o seu próprio livro de regras;
- 5- A ridicularização é a arma mais poderosa do homem;
- 6- Uma boa tática é aquela da qual seu povo pode desfrutar;
- 7- Uma tática que se prolonga demais se torna contraproducente;
- 8- Mantenha a pressão;
- 9- A ameaça é geralmente mais aterrorizante do que a própria ação;
- 10- A principal premissa tática é o desenvolvimento de operações que mantenham a pressão constante sobre a oposição. (DEYROT, 2018)

Sobre os olhares atentos do público, o integrante do MBL, Pedro Deyrot, detalhou cada passo e reforçou a importância de criar um espetáculo: “Quanto ela provoca e irrita a esquerda? Vai fazer com que ela contra ataque essa ação e aumenta o espetáculo porque agora se tem um conflito (como histórias dos heróis), existe polarização e existe bem e mal.” (DEYROT, 2018)

Tal estratégia nos remete a descrição feita na obra do filósofo frequentemente citado pelo MBL, Carvalho (1994), sobre a estratégia de guerrilha que militantes da esquerda, durante o período de ditadura militar no Brasil, teriam ensinado a criminosos comuns durante sua convivência no presídio da Ilha Grande, entre os anos de 1969 e 1978. O autor faz uma análise do livro de Carlos Amorim, 'Comando Vermelho. A História Secreta do Crime Organizado'. Apesar do autor da obra dizer que não há provas dessa transferência de conhecimento, Olavo afirma que os ativistas políticos, com base em outros livros, por exemplo, de Ché Guevara e Carlos Marighela, transmitiram ensinamentos sobre a teoria marxista, técnicas militares, métodos de organização e de guerrilha urbana para os criminosos que posteriormente, deram início ao Comando Vermelho. Carvalho (1994) afirma ainda que a motivação da esquerda seria se vingar da ditadura.

Cabe aqui, então, refletir se o que o MBL faz, neste momento, não seria também uma tentativa de vingança contra a esquerda. E, sendo assim, a crítica feita por Carvalho (1994), recai, agora, sobre o movimento que, como vimos acima, também transmite os ensinamentos de uma guerrilha para os adeptos da agenda dessa nova direita.

Na mesma obra encontramos ainda outro ponto de tensão entre as críticas de Carvalho e a prática do MBL. Dessa vez me refiro às objeções do autor sobre o gramscismo que teria, segundo ele, inspirado a criação do PT. Carvalho (1994) diz que durante o tempo que ficou preso Gramsci criou uma estratégia de revolução psicológica para convencer o povo e chegar ao golpe de Estado que consistia em, não somente derrotar a ideologia da burguesia mas também extirpar os princípios e valores herdados das civilizações anteriores que já faziam parte do senso comum. O autor chama de lavagem cerebral a proposta de Gramsci para apagar da cabeça da população toda a herança moral e cultural da humanidade para depois substituir por novos princípios.

Não seria o que estamos vendo o MBL fazer neste momento? A diferença consiste apenas no fato do movimento pretender, em vez de apagar os valores conservadores de outrora, tê-los como o ideal para substituir os valores e ideais que foram se modificando ao longo da história para atender as novas necessidades e corrigir erros da sociedade.

E podemos ainda, sem o intuito de me aprofundar demais na análise da obra de Carvalho (1994), citar mais uma contradição entre eles, já que o autor critica

o gramscismo por, segundo ele, transformar tudo em propaganda, desde as frases proferidas ao estilo de vestir ou de gesticular, tornando assim onipresente na sociedade e o fazendo ganhar força contra seus adversários.

É justamente o que observamos o MBL fazer. Porém, sem experiência e ao mesmo tempo sem autoridade, o MBL faz uso da manipulação através dos meios de comunicação, para dominar o público sem que o mesmo se sinta dominado. Tal visão é confirmada com base na análise de Mills (1962):

A manipulação torna-se um problema sempre que os homens tem poder concentrado e espontâneo, mas não tem autoridade, ou quando, por qualquer motivo, não desejam usar abertamente o seu poder. Nesse caso então, o poderoso procura dominar sem mostrar a sua força. Quer dominar secretamente sem a legitimação pública. [...] Pequenos grupos tomam as decisões que necessitam autorizados, pelo menos, pela indiferença ou recalcitrância do povo sobre o qual não exercem autoridade explícita. Assim, os pequenos círculos procuram manipular esse povo, para obter aceitação voluntária ou apoio entusiasta às suas decisões ou opiniões - ou pelo menos a rejeição de possíveis opiniões contrárias. (MILLS, 1962, p.375/376)

O historiador Richard Hofstadter é citado por Kakutani (2018) por defender que "a direita moderna tende a ser mobilizada por um sentimento de ressentimento e desapropriação" que o autor descreveu como "estilo paranoide", que seria uma visão alimentada por exageros, fantasia conspiratória, desconfiança e na ameaça à nação, sua cultura e modo de vida. (KAKUTANI, 2018, p.27)

A descrição de Kakutani sobre as narrativas políticas no governo americano parece se encaixar perfeitamente à realidade brasileira, conforme observamos no modo de atuação do MBL e a defesa das ideias da direita. A autora diz que além da visão otimista dos Estados Unidos, clara, por exemplo no governo Obama e sua célebre frase "Yes! We Can!".

[...] também existe uma contra narrativa irracional e sombria na história do país, que se reafirmou com uma vingança - a tal ponto que a razão não apenas está sendo minada, mas ao que parece, foi simplesmente defenestrada junto com os fatos, com o debate bem informado e com a criação de políticas deliberativas. A ciência está sendo atacada, bem como a autoridade de especialistas de todos os campos - seja em política internacional, segurança nacional, economia ou educação. (KAKUTANI, 2018, p.25)

A negação do sistema vigente parece, então, ser a chave para a aceitação das novas ideias, mesmo que para isso seja preciso retroceder como podemos observar na fala de Santos:

Nós não somos uma nação porque os valores que nos unem foram destruídos. E essa destruição começou a ser mexida. [...] Se eu falar pra vocês que destruímos o adversários e estamos num processo de reconstrução de todos nós enquanto civilização... e isso deve obedecer a certas regras que são essas regras históricas que a gente falou. (SANTOS, 2018)

Regras essas vindas do conservadorismo que, de acordo com Mills (1965), é, em sua forma clássica, o tradicionalismo autoconsciente, argumentativo e racionalizado. “Compreende também uma certa 'aristocracia natural'. Mais cedo ou mais tarde, todos os que fogem da grande tensão da racionalidade humana são levados a adotar a defesa neoburkiana da elite tradicional, pois no fim, essa elite é a premissa maior de uma ideologia.” (MILLS, 1962, p. 385/386) Um exemplo é o uso do termo “darwinismo social durante o Congresso do MBL, se referindo a capacidade diferente entre as pessoas, como mostra a fala de Santos:

Algumas pessoas são capazes de liderar e outras não. [...] Nem Todos vocês podem e nem todos são capazes. Alguns podem e alguns são capazes. Nós vamos construir um significado juntos. (SANTOS, 2018)

Mills (1962) questiona os conservadores e sua atuação e conclui que eles defendem a irracionalidade da tradição contra os poderes da razão humana, que negam a legitimidade da tentativa humana de controlar individualmente o seu destino e construir coletivamente o seu mundo.

Como então, pode valer-se da razão como meio de escolha entre tradições e homens, como meio de decidir quais as transformações Providenciais e quais as forças malignas? Não nos pode proporcionar nenhuma orientação racional na escolha dos líderes que compreendem a Providência e agem segundo ela, e entre os reformadores e os niveladores. Dentro dessa interpretação, não há nenhuma linha geral para nos ajudar a decidir que defensores dessa distinção natural são verdadeiros. (MILLS, 1962, p.387)

Como explicar então a união de agenda conservadora na cultura e liberal na economia, pelo MBL? Um dos líderes do grupo, Kim Kataguirí, em entrevista exclusiva para esse trabalho, afirmou que “O que o liberal defende é mais poder para o indivíduo [...] Os direitos fundamentais: liberdade, vida e propriedade”. (KATAGUIRÍ, 2018)

Outro integrante do movimento, também em entrevista, detalhou melhor o que entende por liberalismo:

O liberalismo versa sobre a autonomia do indivíduo. Sobre o estado ter a sua função social de administrar os assuntos básicos, soberania, defesa, administração da máquina pública, sendo enxuta. Não a realidade que temos hoje de um estado que se mete em segmentos que não saio da sua função e deixa outros, como segurança pública as moscas.

Então o que o MBL entende por liberalismo é isso, o estado se atendo as suas funções, não é abolição do estado, e deixando a sociedade livre porque a interferência estatal por vezes amordaça uma ordem que funciona de forma espontânea ou indivíduo como senhor do seu destino. (BALBINO, 2018)

Como podemos observar no discurso do MBL, a liberdade que o movimento defende se limita à economia do país com ações como privatizações e concessões de serviços públicos para a iniciativa privada, desburocratização de processos para, como defender, facilitar a abertura e crescimento das empresas, além da abertura de mercado para atrair investimentos estrangeiros, entre outras medidas. Ideias essas, como já mostramos aqui, extraídas dos think tanks institutos liberais brasileiros que há décadas defendiam tal modelo de economia.

Não seria então, mais coerente que a liberdade defendida pelo movimento se estendesse ao campo dos costumes? Ao ser questionado sobre uma possível contradição entre os dois campos, Balbino (2018) disse que os campos podem ser caminhar juntos.

O conservadorismo se atem ao que é eterno, o que se trata de conquista de outras gerações e a desconfiança ao ceticismo, a uma visão de crença em princípios sólidos de difícil elaboração mas de fácil destruição. E o liberalismo casa com isso quando o liberalismo diz que você tem conquistas passadas mas você tem que respeitar também as conquistas, o ideário iluminista, a noção de liberdade do indivíduo, administração pública responsável, a não dar poder demais a certos indivíduos porque eventualmente eles podem tomar medidas violentas contra outros indivíduos. Então se casa conservadorismo e liberalismo. (BALBINO, 2018)

Mas essas conquistas que, segundo Balbino (2018), devem ser respeitadas e ainda a liberdade que cabe a cada indivíduo não nos parece coerente com o discurso conservador que já analisamos aqui, o que nos leva mais uma vez a justificar o uso do mesmo como estratégia para refutar as políticas de esquerda e abrir caminho para a aceitação da agenda liberal.

Rocha (2017) ao analisar a participação dos think tanks brasileiros, traz uma informação que mostra a incoerência entre a defesa de tais agendas. A autora diferencia o que chama de neoliberais dos chamados ultraliberais, sendo os primeiros defensores da liberdade apenas econômica e os segundos sendo defensores de pautas liberalizantes também no campo dos costumes. Estes, inclusive, como traz a

autora, chegam a questionar a união com o conservadorismo aceita por nomes do liberalismo como Bernardo Santoro. Ele já foi presidente do Líber (partido liberal que durou pouco tempo), ex diretor do Instituto Liberal do Rio de Janeiro e ex coordenador do Centro Mackenzie de Liberdade Econômica, e esteve ao lado dos políticos da família Bolsonaro, provocando mal estar na ala ultraliberal que o acusam de incoerência.

Santoro, porém, é pragmático e já declarou que as bandeiras conservadoras defendidas pelos políticos seriam um meio para atingir uma economia mais liberal; no entanto, por via das dúvidas, incentivou Eduardo Bolsonaro a cursar a pós-graduação em Economia oferecida pelo Instituto Mises Brasil. (ROCHA, 2017)

Voltemos a usar a análise feita por Kakutani (2018) sobre as estratégias usadas na política norte americana, já que, por vezes, essas se assemelham ao que vemos acontecer no Brasil. A autora conta que, ainda durante o governo do democrata Barack Obama, as alas mais extremistas da base republicana - entre eles os nascimentistas, a direita cristã e os nacionalistas brancos - se mobilizaram contra o presidente e suas políticas, o que criou fraturas na sociedade que, mais tarde seriam usadas por Trump para ampliar a sua base e desviar a atenção de seus fracassos políticos e seus muitos escândalos.

Ele explorou as divisões partidárias na sociedade americana, apelando para os medos dos eleitores brancos da classe operária, preocupados com o mundo em mudança, e ao mesmo tempo lhes oferecia bodes expiatórios - imigrantes, afro-americanos, mulheres, muçulmanos - como alvos para a sua raiva. Não só é coincidência que os trolls russos, trabalhando para eleger Trump e tentando minar a fé no sistema democrático norte-americanos, estivessem, ao mesmo tempo, usando perfis falsos em redes sociais com o intuito de ampliar ainda mais as divisões entre os norte-americanos. Por exemplo, descobriu-se que trolls russos usaram um perfil falso no Facebook chamado "Heart of Texas" para organizar um protesto chamado "Acabe com a islamização do Texas" em maio de 2016 e, outro perfil falso, chamado "United Muslims of America" para organizar um contraprotesto no mesmo horário e local. (KAKUTANI, 2018, p.60)

No caso brasileiro o que acompanhamos desde a emergência da novíssima direita nos protestos iniciados em 2013, e ainda hoje, como observamos na atuação do MBL, é a fratura, se não criada, aumentada entre os conservadores e os liberais nos costumes e entre os defensores da economia liberal e aqueles que defendem o Estado como provedor nas necessidades sociais. Já os bodes expiatórios brasileiros foram o PT e a esquerda acompanhados ainda da mídia, negros, feministas, homossexuais e também o Estado. Este, segundo Souza (2018), seria, no conto de fadas brasileiro contado por quem detém o poder, o espantalho, a raiz dos problemas

brasileiros sendo corrupto e ineficiente, enquanto o mercado é tido como virtuoso e promissor.

A fratura aumenta enquanto o público se deixa manipular pela estratégia dos movimentos dessa novíssima direita. Mas não tratemos de julgar quem aceita tais ideias sem questionar. Devemos sim relativizar tais comportamentos levando em conta uma sociedade que não tem suas necessidades básicas atendidas, que acabara de descobrir no mundo virtual a possibilidade de ter voz diante das decisões que afetam sua vida e almeja por mudanças que levem a uma nova realidade. Sendo assim, aqueles que lhe oferecem gratuitamente tal esperança, se tornam ídolos, como no mostra Mills (1962):

Clichês sobre a lealdade jazem sob as regras e sentimentos relacionados com determinados símbolos e emblemas; são a forma mesma pela qual os homens veem o mundo social e em termos da qual estabelecem suas opiniões e interpretações específicas dos acontecimentos. São o resultado das experiências anteriores que afetam as experiências presentes e futuras. Não é preciso dizer que os homens com frequência não tem consciência dessa fidelidade, que frequentemente nem podem formulá-la explicitamente. Não obstante, tais clichês gerais levam à aceitação ou rejeição de opiniões específicas, não tanto pela força da consistência lógica, mas pela sua afinidade emocional e pela forma que aliviam as ansiedades. Aceitar opiniões em seus termos é conseguir o bom sentimento sem ter de pensar. Quando os clichês ideológicos e as opiniões específicas estão assim ligados, há uma redução da ansiedade provocada pela discordância entre a lealdade e as crenças. (MILLS, 1962, p.370)

3.5 Para onde segue o MBL

Esse movimento vai eleger o próximo presidente da república, em 2022. Esse é o compromisso. (SANTOS, 2018)

A frase esbravejada ao fim do congresso do MBL, por um dos seus líderes, Renan Santos, nos dá uma suspeita de onde o movimento pretende chegar: ao poder maior do Estado brasileiro, a presidência da república.

A questão é se esse sempre fora o objetivo desses jovens que, apesar de já terem se engajado anteriormente na vida política (em campanhas eleitorais, como vimos aqui), se juntaram após o início das manifestações em junho de 2013 e se constituíram enquanto movimento social na defesa de uma agenda liberal na economia e conservadora nos costumes. A outra possibilidade é que os mesmos tenham se engajado nos protestos como tantos outros brasileiros, mas, no trajeto, identificado a oportunidade de se tornarem ídolos da sociedade e dessa forma alcançar poder e projeção social.

Para isso, busco aqui, identificar, na sua trajetória, referências e práticas, elementos que nos levem a essa resposta.

Na avaliação de Alonso (2017), após estudar o *modus operandi* do MBL nos meses de março, maio e junho de 2015, o movimento objetivava fomentar o impeachment da Presidente Dilma Rousseff e a criminalização da esquerda, para assim construir o consentimento desejado em torno da ideologia e da defesa de discursos e práticas neoliberais de atores políticos e sociais relevantes no cenário brasileiro: os *think tanks* dos institutos liberais brasileiros.

Mas o alcançar desse objetivo não colocou fim à atuação do MBL que passou a trabalhar para ter seus representantes dentro das estruturas políticas, com a candidatura para cargos públicos nas eleições municipais de 2016. Como explica Carlos (2015), os movimentos sociais não se limitam às mobilizações coletivas como foram os protestos, mas se reorganizam e reelaboram suas ações para permanecerem ativos.

[...] o movimento social não se reduz ao evento de protesto público ou se identifica exclusivamente com a natureza outsider à política institucionalizada. Tais elementos não podem ser tomados como características fundamentais de um movimento, mas apenas como estratégias de ação de um contexto específico. Desse modo o movimento social tem a capacidade de continuar ativo após o evento de mobilização coletiva e interagir com instituições políticas ao longo de um continuum temporal. (CARLOS, 2015, p.28)

Foi o que vimos acontecer com o MBL que prosseguiu rumo à institucionalização do movimento, se integrando, através dos seus representantes eleitos, às estruturas do Estado.

O padrão de institucionalização é quase o mesmo em todo lugar: à medida que se acaba o entusiasmo da fase disruptiva de um movimento e a política se torna mais hábil em exercer o controle, os movimentos institucionalizam suas táticas e tentam obter benefícios concretos para seus apoiadores através de negociação e acordo - um caminho que frequentemente é bem-sucedido ao curso de transformar o movimento em um partido ou grupo de interesse." (TARROW, 2009. p.134)

Apesar de se colocar, inicialmente como um movimento suprapartidário, o MBL, nas eleições municipais de 2016, apoiou 44 candidatos através de partidos políticos como DEM e PSDB, conseguindo eleger um prefeito (Monte Sião, em Minas Gerais) e sete vereadores, entre eles um integrante do movimento, Fernando Holliday, eleito vereador de São Paulo (Veja, 03/10/2016).

Nas eleições gerais, em 2018, o movimento já garantiu uma bancada própria no congresso nacional, com 4 deputados e 2 senadores eleitos. Entre eles, um dos líderes do MBL, Kim Kataguiri, que logo anunciou a intenção de ser presidente da câmara. Os demais foram candidatos de outros partidos apoiados pelo movimento.

No início de 2019, após a posse, o MBL já tinha, então, três dos seus principais integrantes atuando em instituições políticas: Kim Kataguiri, na Câmara Federal, Arthur do Val, na Assembleia Legislativa de São Paulo, e ainda Fernando Holliday, vereador da cidade de São Paulo. (FOLHA, 21/11/2018)

Todos eles se candidataram pelo partido DEM, mas já se fala em um partido próprio. Durante o Congresso do MBL, quando perguntaram à Renan Santos, se o MBL tem a intenção de ser um partido político, ele disse que o movimento já cumpre o papel de um partido sem ser uma legenda, mas “Se for o caminho que o MBL queira, vai executar. Mas o partido será um braço do MBL. O MBL não se tornará um partido” (SANTOS, 2018).

Como podemos observar, a trajetória do MBL segue o que Tarrow (2009) afirmou ser um caminho frequentemente bem sucedido entre os movimentos sociais: a institucionalização. O que pode parecer, inicialmente uma contradição, Carlos (2015) considera como uma nova forma de atuação que deve ser entendida como diferente modalidade de ação. Dessa forma, segundo a autora, podemos buscar entender os seus significados.

Frequentemente, ambas as teorias dos movimentos sociais (PP e NMS) correlacionam o protesto público e a ação extrainstitucional ao comportamento autônomo dos atores e à sua coerência entre os fins e os meios, ao passo que a sua interação com a política institucional é comumente avaliada como dependente e cooptada e o seu comportamento estratégico é concebido como algo que restringiria e paralisaria o seu compromisso com a mudança. No entanto, evidências empíricas demonstram que o movimento é mais complexo, e que essas correlações não são tão diretas e inequívocas. Em outras palavras, em vez de caracterizar formas puras e coerentes de ação, muitos movimentos combinam modalidades aparentemente contraditórias, como a extrainstitucionalização e a instrainstitucionalização ou a contestação e a cooperação. Do mesmo modo, a interação de movimentos sociais com a esfera estatal não precisa, necessariamente, significar a perda de autonomia decisória. (CARLOS, 2015. p. 52)

Nesse sentido, o MBL tem mostrado sua autonomia ao, apesar de apoiar candidatos de outros partidos e se candidatar via um partido já existente, não se vincular às suas filosofias nem assumir suas pautas. A única exigência do movimento ao apoiar candidatos de outras legendas é que estes subscrevam a agenda do MBL.

E aqui, nos parece que trata-se de mais uma estratégia do movimento para alcançar seus objetivos, na qual a legenda seria escolhida apenas como um meio para chegar ao fim e os candidatos apoiados seriam um reforço no time para mostrar a força do MBL e sua capacidade de angariar votos. Dessa maneira, o movimento ganha mais experiência e, aos poucos, vai se tornando uma referência na novíssima direita brasileira, como mostra o discurso feito por Fernando Holliday, no Congresso do MBL, sobre o resultados das eleições de 2018.

Cada voto que vocês, homens e mulheres de coragem, que você conseguiram virar nas eleições 2018, cada pessoa que você conseguiram convencer dos seus ideais, foi mais uma pessoa que se libertou da mentira da esquerda e da mentira petista que perdurou por mais de uma década no nosso país e isso não é pouco. Cada voto que vocês conseguiram virar, mesmo que não conseguiram alcançar o cargo almejado, já fizeram, e muito, pelo nosso país. E tenham essa coragem novamente. (HOLLIDAY, 2018)

Volto a citar Carvalho (1994), idolatrado pelo MBL que, em sua crítica ao gramscismo como sendo a doutrina da esquerda brasileira, afirmou que Gramsci estabeleceu uma distinção entre poder e hegemonia em que o primeiro seria o domínio sobre o aparelho do Estado (administração, exército e a polícia), e o segundo seria o domínio psicológico sobre a população. O filósofo diz que, enquanto na revolução leninista o poder era tomado para depois estabelecer a hegemonia, o que Gramsci propôs foi conquistar a hegemonia para chegar ao poder sem ser percebido.

Aqui, mais uma vez, parece que a crítica imputada a Gramsci e, por tanto, por associação, à estratégia da esquerda, para a dominação popular, é semelhante, ao que podemos observar na atuação do MBL. O movimento prega suas ideias em busca do consentimento popular, sendo este, definido pelo próprio Carvalho (1994), “uma forma profunda e irrevogável de consentimento que se assenta na força do hábito, principalmente dos automatismos mentais adquiridos que uma longa repetição torna inconscientes e coloca fora do alcance da discussão e da crítica”.

Volto à experiência vivida no Congresso em que o MBL falou sobre o ‘MBL Estudantil’, uma plataforma na internet para a participação de estudantes para combater o que chamam de hegemonia da esquerda e a doutrinação nas salas de aula. De acordo com a descrição no site, alunos de escolas de todo o país que se inscreverem na plataforma serão preparados intelectualmente através de vídeo aulas, palestras, materiais de estudo e encontros além de incentivados a produzir conteúdo e participar de debates, tudo dentro de desafios propostos pelo MBL para depois criar um ranking dos melhores desempenhos que devem a vir se tornar lideranças do

movimento direitista. Santos (2018) contou que a ideia surgiu a partir da indicação do Alexandre Borges, do Instituto Liberal, e que foi logo colocada em prática tendo, ainda na pré inscrição, três mil escolas inscritas.

Nós vamos monitorar e acompanhar as produção de conteúdo e resultados nas redes sociais. [...] Olavo de Carvalho foi muito feliz na sua declaração. Ele não quer uma escola sem partido nem uma escola com partido. Ele quer uma escola com partidos. Se nós tivermos os debates, já ganhamos. Em todas as instâncias. (SANTOS, 2018)

A intenção de promover o debate nas escolas entre diferentes ideias, como diz Santos (2018), não parece condizente com a atuação do movimento desde o seu início. Ao contrário, como observamos nos discursos, o que se faz é refutar todo e qualquer conteúdo ou opinião as quais eles qualifiquem como sendo esquerdista.

Vale lembrar que o MBL esteve dentro das escolas, em 2015, em protestos de estudantes na defesa do movimento Escola sem Partido que se diz um grupo para representar pais e professores preocupados, como descrição do site, com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, onde, segundo o grupo, “um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo”. (G1, 03/08/2016)

Tempos depois, o membro do MBL e vereador da cidade de São Paulo, Fernando Holiday, se mostrou contrário as propostas em tramitação nas casas de lei para a implantação da Escola sem Partido, assumindo que não se pode transformar o professor em um dos maiores problemas da educação brasileira e que apoiava apenas a colocação de um cartaz em sala de aula informado aos pais e alunos do direito de discordar do professor. (FOLHA DE SÃO PAULO, 08/04/2019)

O que vemos agora, no MBL Estudantil, é um programa para municiar os jovens através de materiais sobre os pensamentos dessa novíssima direita, liberal na economia e conservadora nos costumes, para prepará-los para o confronto com outros grupos denominados pelo MBL como de esquerda. O que pode resultar na hegemonia de pensamento entre esses participantes, colocando-os dentro de uma bolha de comunicação onde ideias contrárias não serão aceitas. O que mostra mais uma vez que a crítica feita pelo movimento à estratégia usada, segundo eles, pela esquerda, é a mesma colocada em prática para que agora a direita chegue ao seu objetivo.

Mas além da formação de novos defensores dos seus ideias para ampliar seu exército anti esquerdistas ao incentivá-los na produção de conteúdo nas redes sociais, o MBL tem, no movimento estudantil, mais um braço de atuação, como conta Santos (2018).

O MBL Estudantil é um braço diferente do MBL. A atuação é diferente do MBL institucional que também vai crescer com os outros instrumentos que tem a disposição. Mas o MBL é uma revolução. O fato de já estamos em dois mil municípios é um troço muito louco. Ai teremos a revolução de mudanças de paradigmas até de gestão do MBL que a gente tanto queria. (SANTOS, 2018)

Como podemos observar, o movimento já institucionalizado, segue com planos de crescer ainda mais. Aos poucos, o MBL se constrói como uma *Elite do Poder* que Mills (1962) definiu, ainda na década de 1960, como sendo um grupo em que mais importante que as decisões tomadas é a posição ocupada perante a sociedade, conferindo-lhes o poder de decisão e tornando-os celebridades.

A elite do poder é composta de homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes consequências. Se tomam ou não tais decisões é menos importante do que o fato de ocuparem postos tão fundamentais: se deixam de agir, de decidir, isso em si constitui um ato de maiores consequências do que as decisões que tomam. Pois comandam as principais hierarquias e organizações da sociedade moderna. Governam as grandes companhias. Governam a máquina do Estado e reivindicam suas prerrogativas. Dirigem a organização militar. Ocupam os postos de comando estratégico da estrutura social, no qual se centralizam atualmente os meios de efetivo poder e a riqueza e celebridade que proporcionam. (MILLS, 1962, p.14)

Através da capilaridade nas redes sociais é que o MBL consegue tomar decisões de grandes consequências como o apoio dado a certos candidatos políticos, aprovar ou reprovar decisões políticas, defender opiniões conservadoras ou ainda escolher os alvos para direcionar a culpa para as mazelas vividas no país.

Os membros do movimento se tornaram celebridades, nas redes sociais e também fora delas. Posso citar como exemplo o observado durante o Congresso em que milhares de pessoas estiveram presentes para ouvir o que tinham a dizer, compravam camisas, bonés, canetas, livros e outros suvenires personalizados com a logomarca, frases ou ainda fotos dos líderes do movimento. A cada intervalo filas se formavam para tirar foto com eles e pedir um autógrafo. E a cada pedido de participação ou fala entusiasmada o público respondia com gritos e palmas, como em um show de um artista consagrado e seus milhares de fãs.

Se essa é mesmo a intenção do MBL, como apontamos, nesse trabalho, não se pode dizer que se trata de um comportamento novo. Christopher Lasch e Tom Wolf são citados por Kakutani (2018), por definirem como “a cultura do narcisismo” o primeiro, e “a década do eu”, o segundo, o período dos anos 1970 em que, paralelamente a adoção do pós modernismo na academia, viu-se surgir uma grande onda de autocentrismo, autogratificação e desejo de atenção. Porém, os autores lembrados por Kakutani (2018), veem esse momento de formas distintas. A começar por Lasch que via o narcisismo de forma negativa na sociedade americana:

Lasch via o narcisismo como uma reação defensiva às mudanças sociais e à instabilidade - a busca por ser o "número 1" num mundo hostil e ameaçador. Em seu livro, originalmente publicado em 1979, " cultura do nascisismo, ele argumentou que uma "ética de autopresenrvação e sobrevivência psiquica" cínica tinha chegado para atormentar os Estados Unidos - sintoma que se debatia para lidar com a derrota no Vietnã, com um crescente clima de pessimismo, com uma cultura de massa centrada em celebridades e fama, e com forças centrífugas que encolhiam o papel das famílias na transmissão da cultura. (KAKUTANI, 2018 p. 73)

Já o outro autor usado por Kakutani (2018), Wolf, viu a explosão do "eu" nos anos 1970 de forma mais alegre, como um ato de liberação de uma classe, já que a classe média e operária, no boom econômico dos pós guerra, passaram a ter tempo e renda disponíveis para atividades de lazer antes só possíveis aos aristocratas.

O fato é que de uma forma ou de outra, o egocentrismo relatado pelos autores, se tornou uma característica duradoura que extrapolou os limites territoriais dos Estados Unidos e, assim como as ideias liberais retomadas na mesma época, se espalhou por outras regiões do mundo. Tal comportamento foi ainda potencializado pelas mídias digitais, mais precisamente as redes sociais tão bem usadas como ferramenta de comunicação pelo MBL. Kakutani (2018) cita ainda outro autor sobre o que chamamos aqui de cultura do eu:

A mídia social aceleraria ainda mais a supremacia daquilo que o professor da Faculdade de Direito de Colúmbia, Tim Wu, descreveu como "o autopavoneamento" e o desejo de "prender a atenção dos outros com um espetáculo de si mesmo". (KAKUTANI, 2018, p.74/75)

A palavra espetáculo, nos soa aqui familiar por que já tratamos aqui de como o movimento usa a estratégia de tornar a comunicação um espetáculo para alcançar o seu objetivo de alcançar o público e convencer as pessoas de suas ideias, tornando-as assim suas ‘seguidoras’ e acompanhando suas decisões.

O que vemos acontecer no cenário brasileiro se assemelha ao que Kakutani (2018) descreve sobre momentos recentes vividos nos Estados Unidos. A autora identificou nos norte americanos a tendência de focar os interesses pessoais e negligenciar suas responsabilidades cívicas. Ela cita ainda Tocqueville que mais de um século antes da era do Facebook e Instagram já se preocupava com a perda do senso de dever com a comunidade:

[...]Alexis de Tocqueville observou as tendências dos norte-americanos a se isolarem em "sociedades unidas pela similitude de condições, hábitos de costumes" para "se entregar aos prazeres da vida privada". Ele temia que esse egocentrismo reduzisse um senso de dever para com a comunidade na sua definição mais ampla, abrindo caminho para uma espécie de despotismo democrático por parte dos governantes da nação - um poder que não tiraniza, mas "restringe, debilita, sufoca e anestesia um povo" a ponto de este ser "reduzido a nada mais que um bando de animais pacatos e diligentes, dos quais o governo é o pastor". Ele previu que seria um custo possível de uma sociedade materialista, na qual as pessoas ficariam tão focadas em buscar "os prazeres reles e insignificantes que preencheriam suas vidas" que negligenciariam suas responsabilidades como cidadãos; era difícil imaginar como essas pessoas, que "havam abandonado inteiramente o hábito de governarem a si próprias, seriam capazes de escolher adequadamente aqueles pelos quais seriam governadas". (KAKUTANI, 2018, p.77/78)

Tal egocentrismo justificaria o apoio dado pela sociedade ao MBL ao ver no movimento, com seu discurso de liberdade individual, a chance de expor e viver a cultura o eu sem se sentir culpado por isso. Tal característica se encaixa na descrição feita por Souza (2018), sobre a classe média brasileira que tomou o protagonismo após o início das manifestações de 2013. O autor diz que a classe média é segmentada em grupos que defendem "com paixão incomum um núcleo de ideias comuns" (SOUZA, 2018, p.240). Essas classes (o plural se refere aos segmentos), segundo o autor, são classes de privilégios no mundo todo e precisam de alguma forma esconder as causas desse privilégio que saber sem injusto. Tais privilégios se diferenciam das classes mais altas que tem capital e são fruto de apropriação de capital cultural como curso superior, pós graduação e conhecimento de língua estrangeira que é altamente valorizado pelo mercado e pelo Estado. Além disso, os filhos dessa classe média tem ainda um aprendizado familiar que o prepara para a vida e para o mercado os ensinando "a disposição para o auto controle, para a disciplina, para o pensamento prospectivo (que percebe o futuro como mais importante que o presente) ou ainda para a capacidade de concentração" (SOUZA, 2018, p.241). É o que o autor chama de privilégio, apesar de não ser reconhecido assim por essa classe:

Como essa transmissão é “invisível”, posto que “naturalizada” e realizada no interior dos lares, a classe média tende a se acreditar como a classe do “milagre do mérito individual”, conquistado pelo esforço e não por privilégios de nascimento. A classe média é a classe da “meritocracia” por excelência, retirando dessa falácia dia “dignidade” específica. (SOUZA, 2018, 241)

Dessa forma essa classe encontra no discurso do MBL e da direita brasileira os elementos que precisam para justificar os seus privilégios tidos como “méritos” alcançados a troco de muito esforço. Nesse cenário criado para satisfazer tal necessidade o Estado é tido como quem atravanca o alcançar desses méritos e posto então como o vilão enquanto a sociedade, politizada e engajada, é vista como o mocinho. É possível identificar tal comportamento na fala de Santos (2018) durante o Congresso, ao, mais uma vez, atacar o governo petista:

O pt vai declinar não só pela corrupção mas porque passou a falar para um círculo cada vez mais restrito de pessoas. [...] Já a direita está em plena consonância com o espírito do povo. (SANTOS, 2018)

O que Souza (2018) classifica como “a cegueira política das classes” foi então, o campo ideal para a disseminação das ideias do MBL que, municiado pelos think tanks, que há anos esperavam a oportunidade de ascensão das ideias neoliberais, e também por sua eficaz estratégia de comunicação nas rede sociais, vai passo a passo alcançando o poder que desejam.

4. CONCLUSÃO

Para muitos que saíram às ruas em junho de 2013 as manifestações poderiam parecer o começo de um movimento de mudança capitaneado pela sociedade em busca de melhores condições de vida e pelo fim da corrupção que assolava a estrutura política do país naquele momento. O que, talvez, não imaginassem é que estariam ali vivendo o meio de uma história iniciada em décadas anteriores, em outros países inclusive, que buscava implantar o neoliberalismo mundo a fora. O desejo de mudança de cada um foi o combustível necessário para que os defensores de tais ideias, contando com a habilidade do jovem movimento MBL, conseguissem convencê-los de que seria a melhor escolha para mudar de vez a realidade do país. Caímos então, na armadilha neoliberal!

Como vimos na primeira parte desse trabalho, o momento era de crise social em que a inflação batia o teto da meta com 6,5% ao ano (em junho de 2013) e o desemprego atingia 6% da população brasileira. A nova classe média, formada, principalmente, durante o governo Lula por conta dos programas de transferência de renda e de incentivo ao crédito ainda sim tinha do que reclamar. Serviços básicos como saúde, educação e segurança não atendiam às necessidades de uma população que cresceu em ritmo mais acelerado que os investimentos feitos na infraestrutura do país.

Existia ainda, e não menos importante que a primeira, a crise política provocada pelos escândalos de corrupção envolvendo, entre outros partidos, o PT que governava o país. Os gastos exorbitantes com a preparação para a Copa do Mundo foi motivo de indignação da população que não via tamanha vontade do poder público para resolver questões mais importantes para a sociedade.

Eram todas pautas que ecoavam como um coro pelas ruas do país, o que contribuiu para a adesão cada vez maior da sociedade que se sentia à vontade para expor suas opiniões com grupos que pensavam de forma semelhante a sua. E foi assim que as manifestações iniciadas por aqueles afetados pelo preço do transporte público ganhou a simpatia de outras parcelas da sociedade, inclusive a classe média que em 20 de junho de 2013 já representava a metade dos manifestantes – 49% relataram ganhar mais de cinco salários mínimos, mostrou uma pesquisa feita durante um dos atos, em São Paulo.

Foi justamente essa classe média, convocada através dos grupos sociais e das redes sociais que assumira o discurso patriota ao vestir as camisas do Brasil, amarrar a bandeira no pescoço e pintar o rosto de verde e amarelo para reivindicar nas ruas. Era um público inusual em protestos mas que agora tiveram vontade e motivação para tanto.

Mas não demorou para que as pautas, antes comuns a todos, se tornassem heterogêneas. A violência constante nas manifestações tinha tratado de afastar parte da população das ruas, mas não apagou o fogo que já havia sido aceso e as chamas se espalharam pelas diferentes demandas de uma sociedade plural a fim de resolver cada um as suas necessidades. E foi essa heterogeneidade que tornou o ambiente propício para os grupos que desejavam a inserção das ideias neoliberais e então tiveram a oportunidade de agir e mudar o rumo das manifestações.

A análise feita nos mostrou que podemos resumir em dois fatores o que comum a todos: o antipetismo e o conservadorismo presentes no discurso da população que se manifestava nas ruas e nas redes sociais. Aliás, no meio digital o que vimos acontecer foi uma divisão explícita em que grupos passaram a ser identificados como de direita ou de esquerda, sendo essa representada pelo PT. Nesse cenário a direita teve vantagem. Enquanto a esquerda, experiente nos protestos mas acostumada a usar as redes sociais apenas como mais um meio de comunicação, a novíssima direita nasceu e crescia ali. A prova disso é que em três anos (2015-2017), as páginas de direita no Facebook saltaram de 7 milhões para 18 milhões de seguidores. Outro fator, o fato dos jovens serem maioria nas manifestações, também contribuiu o maior engajamento que estes são mais adeptos às redes sociais.

Essa novíssima direita brasileira tem como característica ser liberal na economia e conservadora nos costumes, o que chamamos de uma agenda neoliberal. Se o livre mercado sempre fora uma defesa dos liberais, o conservadorismo aparece como uma escolha mais recente e encontra eco no momento vivido pela sociedade brasileira.

Em 2014 o Brasil elegeu o congresso mais conservador das últimas cinco décadas, cunhando até a expressão BBB ao se referir aos grupos formados pelas bancadas do “boi”, da “bíblia” e da “bala”. A preferência pôde ser observada também nas ruas quando, em dezembro de 2016, durante uma pesquisa, 54% dos brasileiros declararam posições tradicionais em questões sobre o aborto, casamento entre

peças do mesmo sexo, pena de morte e maioria penal. Outro fator que contribuiu para o conservadorismo foi o crescimento do número de evangélicos no país que saltou de 15,4% da população em 2000 para 22,2%, em 2010, de acordo com o IBGE.

Falamos do fator conservadorismo que encontrava eco nas manifestações populares e temos também o antipetismo que apontava o PT como o inimigo da nação e o causador de todo o problema. Em uma pesquisa feita durante uma manifestação em março de 2015 82% dos entrevistados afirmaram ter votado em Aécio Neves nas últimas eleições, sendo que 41% afirmou ganhar mais de 10 salários mínimos, o que mostra que na rua estava a classe média que já rejeitava o governo petista. Em dezembro do mesmo ano foi aberto o processo de impeachment que, em agosto do ano seguinte, foi aprovado no congresso tirando assim do cargo, a presidente eleita Dilma Rousseff.

Mas os ânimos não se acalmaram após o alcançar desse feito. A novíssima direita já havia encontrado os elementos necessários para ir além da deposição do governo petista: o sentimento de revolta da população, o conservadorismo agora exposto pela sociedade que até então não o assumia, e ainda um outro fator determinante no processo de mudança do trajeto das manifestações rumo a agenda neoliberal: os novíssimos movimentos sociais nascidos nesse percurso. Entre eles ganhou destaque o Movimento Brasil Livre, formado por jovens com pouca experiência na política mas grande habilidade nas redes sociais, capazes de angariar adeptos para as ideias neoliberais que desejavam implementar. Era a hora que os defensores do livre mercado tanto esperavam para conseguir eleger, então, um presidente efetivamente neoliberal.

Aliás, aqui usamos o prefixo 'neo' porque entendemos se tratar de uma teoria diferente do liberalismo clássico de Adam Smith, no século XVIII. Este lutava contra o estado mercantilista e as corporações e defendia a liberdade de mercado sem a intervenção do Estado. Já a versão da teoria pós Segunda Guerra Mundial, século XX, vinda das escolas Austríaca e de Chicago, tinha como característica o anticomunismo e o conservadorismo para a defesa da propriedade privada. Se falava, por exemplo, em seleção natural dos mais aptos para tomar as decisões por todos. Tais ideias começaram a ser implementadas num momento de crise mundial, começando pelo Chile e depois na Inglaterra e Estados Unidos. O Consenso de Washington foi então o recado dado ao mundo de que a intenção da potência

americana era expandir as fronteiras do neoliberalismo pelo mundo, criando um conjunto de regras para que os demais países pudessem contar com ajuda financeira das agências internacionais.

Como vimos no segundo capítulo desse trabalho, foi assim que o neoliberalismo chegou ao Brasil, ainda durante o governo militar, numa fase de crise financeira em que o país pediu empréstimo ao FMI e precisou aceitar tais imposições. A segunda parcela do empréstimo chegou a ser suspensa porque as regras não estariam sendo obedecidas.

Medidas liberais estiveram presentes em vários governos brasileiros, mais explicitamente na administração de Collor que durou pouco, já que após escândalo de corrupção, ele renunciou ao cargo antes que o impeachment fosse decretado. O governo FHC, em período de crise econômica também recorreu à medidas como as privatizações, de cunho liberal. Em seguida o governo de Lula, também seguiu com ações nesse estilo como as várias concessões feitas a iniciativa privada. Porém o que se viu foi a ênfase dada as políticas voltada à população mais carente.

A dificuldade de promover a política de coalisão no congresso levou ao envolvimento do partido do presidente em escândalos de pagamentos de mesadas em troca de votos favoráveis ao governo, o que ficou conhecido como mensalão. Em seguida, já no governo Dilma, o escândalo do Petrolão manchou de vez a imagem do governo, o que foi potencializado pelo momento de crise econômica que o país vivia com alta inflação e desemprego crescente. Era a crise perfeita para a proposta do neoliberalismo no Brasil.

Assim como aconteceu no Chile de Pinochet, na Inglaterra de Thatcher e nos EUA de Reagan, o neoliberalismo no Brasil ganhou adeptos em um momento de forte crise política e social. Lá fora, as escolas de economia já preparavam seus profissionais para atuarem no momento certo, como foram os Chicago Boys enviados ao Chile para implementar um governo neoliberal. Há também outras instituições internacionais que ainda hoje trabalham para a disseminação da economia neoliberal no mundo. Citamos aqui, como exemplo, a organização Estudantes pela Liberdade – EPL, na qual, inclusive, membros do MBL estudaram sobre o neoliberalismo e receberam apoio para a atuação nas manifestações iniciadas em 2013.

Talvez tenham vindo desses estudos as ideias para a formulação da agenda proposta pelo MBL, com contribuição, certamente, dos institutos liberais brasileiros, apontados como os think tanks do movimento. Estes, desde a década de

1980 reuniam empresários e intelectuais defensores da teoria liberal, até então sem grande repercussão até que encontraram no MBL a voz necessária para ecoar suas ideias, o que o MBL fez com maestria.

Após o estudo do contexto histórico dos protestos no Brasil e das raízes e evolução da corrente neoliberal até os dias de hoje realizado nos dois primeiros capítulos dessa pesquisa, passamos então à análise da atuação do MBL na defesa da sua agenda.

Como vimos no terceiro capítulo, o uso da internet é uma forte característica dos novíssimos movimentos sociais e foi justamente nas redes sociais que o MBL se criou e se fortaleceu. Os integrantes já tinham experimentado a ferramenta em campanhas anteriores de candidatos com bandeiras neoliberais e, com após o início dos protestos de 2013, resolveram se unir para promover a agenda através da forma de comunicação que conheciam e chamaram de Estética da Zoeira. A técnica consiste em priorizar a forma da mensagem enquanto o conteúdo é extraído dos think tanks.

Mas a criação do espetáculo é apenas uma das estratégias que identificamos na trajetória do MBL. Tal técnica ganha fôlego nas redes sociais onde são criadas verdadeiras bolhas de comunicação, onde, sem que sejamos consultados, somos direcionados para apenas um determinado conteúdo e desconvidado a ter acesso à informações ou opiniões contrárias aquelas que nos interessa.

Nesse cenário, o conservadorismo entra como a segunda estratégia para angariar adeptos para a agenda neoliberal. Tendo a população se sentido a vontade para declarar suas posições conservadoras ao perceber que outras pessoas também pensam da mesma forma, o MBL faz publicações recheadas de valores, se tornando assim representante dessa massa populacional.

Somamos isso ainda à terceira estratégia por nós identificada: o antipetismo. A identificação do PT como o inimigo comum também aproxima o MBL da população insatisfeita com as políticas dos governos recentes e faz aflorar nestes cidadãos os sentimentos mais primitivos de autodefesa. Tais emoções somadas a dificuldade de aceitar ideias contrárias cria o cenário de guerra que hoje está posto não só nas redes sociais mas também nas relações da sociedade, o que ficou latente nas últimas eleições.

Podemos citar ainda mais uma estratégia, sendo essa importada de outros países que implantaram políticas liberais, ou seja, o fortalecimento de tal agenda, diante de um cenário de crise, como negação de um modelo e proposição de algo novo que promete dias melhores.

Foi dessa forma que o MBL se tornou o maior representante das ideias neoliberais no Brasil, sendo responsável pela promoção das ideias e captação de adeptos que levaram à eleição do presidente Jair Bolsonaro, em 2018, com uma agenda liberal na cultura e conservadora nos costumes. Além disso, o movimento conta hoje com integrantes – e outros políticos apoiados pelo movimento – ocupando cargos no congresso federal, em assembleias legislativas e ainda em câmaras de vereadores.

Por fim, colocamos aqui a pergunta chave que nos fez dar início a tal pesquisa. O que motivou o MBL, formado por jovens que viveram – ou pelo menos tem em sua memória – durante o governo petista, a rejeitar tal forma de governar e defender uma agenda neoliberal?

Concluimos então que a rejeição ao PT trata-se de uma estratégia para fazer do partido o inimigo público e assim abrir espaço para a aceitação de um modelo novo, sendo este, a política neoliberal.

Mas ainda assim nos resta entender porque o MBL chegou até aqui e essa resposta encontramos através da vivência no 4º Congresso do MBL ao ouvir declarações como a de Renan Santos, “Esse movimento vai eleger o próximo presidente da república, em 2020”. E para cumprir esse “compromisso”, como chamam, o movimento já tem criado novas estratégias como a captação de jovens, ainda nas escolas, através de treinamentos sobre as políticas neoliberais. Outras estratégias, como a de guerra contra o inimigo da esquerda, e a defesa do conservadorismo, continuam sendo reforçadas. Sem contar as redes sociais onde ganham, cada vez mais, capilaridade.

Nos dois dias de congresso, reunindo mais de 4 mil pessoas entre crianças, adolescentes, jovens e adultos, percebemos que os membros do MBL se tornaram ídolos. Quem estava ali, participando, ouvia atentamente e parecia aceitar as orientações dadas de como promover as ideias neoliberais e refutar as ideias da esquerda para impedir que essa retome o poder. Além disso o MBL oferece ainda a possibilidade dos seus seguidores se tornarem também ídolos através da sua atuação nas comunidades onde vivem.

Considerando que vivemos em um tempo em que as celebridades são mais respeitadas do que os especialistas, e muitas são criadas através das redes sociais, entendemos que os integrantes MBL, em busca de projeção social, escolheram a política como o caminho a ser percorrido, já que nela está o maior símbolo de poder do país: o presidente do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ronaldo. Seminário Conservadorismo e Nova Direita: ideias e movimento. 21/05/2015. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Unicamp. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ifch/noticias-eventos/eventos/seminario-conservadorismo-nova-direita-ideias-movimentos>> Acesso em 16/11/2018.

ALONSO, Angela. A Política das Ruas: Protestos em São Paulo de Dilma a Temer. Novos estudos CEBRAP, n. Especial, jun. 2017.

_____. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 76, p. 49–86, 2009.

ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. In: VELASCO E CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (EDS.). Direita, volver! : o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

ANGELO, Vitor Amorim De. Corrupção, velha senhora. In: PRIORE, Mary Del. MÜLLER, Angélica. História dos crimes e da violência no Brasil. São Paulo: Unesp, 2017.

ANGELO, Vitor Amorim de. VILLA, Marco Antonio (orgs.) O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

AUGUSTO, A.; ROSA, P. O.; RESENDE, P. E. DA R. Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos sociais. Estudos de Sociologia, v. 21, n. 40, p. 31–37, jun. 2016.

AZEVEDO,... In: ANGELO, Vitor Amorim de. (ed.). O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

BALBINO, Erick. Entrevista concedida para autora desse trabalho durante o 4º Congresso Nacional do MBL. Em 24 de novembro de 2018.

BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista de Economia Contemporânea*. 2017, p. 1-63.

BOBBIO, Norberto. Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

_____. Dicionário de política. Vol I. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1 ed., 1998.

BORGES, Alexandre. Entrevista concedida para autora desse trabalho durante o 4º Congresso Nacional do MBL. Em 24 de novembro de 2018.

BRAGA, T.; ROSA, P.O.; AMORIM, Vitor de. Nascimento das novíssimas direitas e a política na era da pós-verdade. 2019. Em fase de aprovação para publicação.

BRAVIM, Isabela; BORGES, David G. “Considerações acerca da ascensão da classe média conservadora no Brasil.” In: CEI, V. et al. (EDS.). O que resta das jornadas de junho. Porto Alegre, RS: Fi, 2017.

BRINGEL, B.; PLEYERS, G. Junho de 2013... dois anos depois. *Revista Nueva Sociedad*. Outubro de 2015.

CARLOS, E. movimentos sociais e instituições participativas: efeitos do engajamento institucional no contexto pós-transição. 1. ed. elo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015.

CASTELLS, M. Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CARVALHO, O. DE. A nova era e a revolução cultural: Fritjof Capra & Antonio Gramsci. Instituto de Artes Liberais & Stella Caymmi Editora, 1994.

CHOMSKY, Noam. Entrevista realizada por Michael Kasenbacher, da revista New Left Project e publicada no portal vermelho.org em 31/12/2012. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=202409> Acesso em 02/10/2018)

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. Política & Sociedade, v. N.5, out. 2004.

DANTAS, Sylvia. “Desdobramentos.” In: As Manifestações das ruas em debate. 20/06/2013. IEA USP. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/manifestacoes-de-rua>> Acesso em 10/08/2018

DEYROT, Pedro. Fala proferida durante o 4º Congresso Nacional do MBL. Em 23/11/2018.

DOBRY, Michel. Sociologia das crises políticas. Tradução de Dalila Pinheiro. Ano de edição 2014. Ed. Unesp.

FAGANELLO, Marco Antônio. Bancada da Bala: uma onda na maré conservadora. In: CRUZ, Sebastião Velasco e. KAYSEL, André. CODAS, Gustavo (orgs). Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

FARIA, Claudia Feres. Participação da sociedade civil no governo Lula. In: ANGELO, Vitor Amorim de. (ed.). O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

FIGUEIREDO, Rubens (org.). Junho de 2013. A sociedade enfrenta o Estado. São Paulo: Summus, 2014.

FORNAZIERI, A.; MUANIS, CARLOS (EDS.). A crise das direitas. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. (Sergio Fausto (p.107) retoma a discussão em contexto histórico feito por Bobbio e Sartori já no contexto brasileiro)

GOHN, Maria da Glória. Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.

_____Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praça dos indignados no mundo. Petropolis, RJ: Vozes, 2014.

_____Movimentos Sociais na Contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação. Maio-Agosto 2011.

HANG, Luciano. Fala proferida durante o 4º Congresso Nacional do MBL. Em 23/11/2018.

HARVEY, D. O neoliberalismo: história e implicações. Tradução: Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2014.

HOLLIDAY, Fernando. Fala proferida durante o 4º Congresso Nacional do MBL. Em 23/11/2018.

KAHN, Túlio. A segurança pública e as manifestações de junho de 2013. In: FIGUEIREDO, Rubens (org.). Junho de 2013. A sociedade enfrenta o Estado. São Paulo: Summus, 2014.

KAKUTANI, M. A morte da verdade. Tradução André Kzarnobai; Marcela Duarte. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KATAGUIRI, Kim. Entrevista concedida à autora dessa dissertação. Em 23/04/2018.

LHOSA, M. V. A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

MACEDO, Roberto. “Uma visão econômica e política dos protestos juninos.” In: FIGUEIREDO, Rubens (org.). Junho de 2013. A sociedade enfrenta o Estado. São Paulo: Summus, 2014.

MAGALHÃES, Inês. TREVAS, Vicente. BARRETO, Luiz. Governo e Cidadania: Balanço e Reflexões Sobre o Modo Petista de Governar. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MELO, Marcelo P. de. Governo Lula e a nova face do neoliberalismo no Brasil. Revista Emancipação, 7(1): 177-200, 2007.

MILLS, C. W. A Elite do Poder. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

MORAES, R. C. Neoliberalismo: De onde vem e pra onde vai? São Paulo: Senac, 2001.

_____. "A organização das células neoconservadoras de agitprop: o fator subjetivo da contrarrevolução". In: In: VELASCO E CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (EDS.). Direita, volver! : o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

MUANIS, Carlos. FORNAZIERI, Aldo (org.). A crise das esquerdas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. Livro

NEGRÃO, J. J. DE O. O governo FHC e o neoliberalismo. Lutas Sociais, n. 1, 1996.

PILETTI, Nelson. Educação. In: MARTINS, José de Souza [et al.] O Brasil no contexto:1987-2017. São Paulo: Contexto, 2017.

POCHMANN, Marcio. BORGES, Altamiro. "Era FHC": a regressão do trabalho. São Paulo, Anita Garibaldi, 2002. PDF

RIZZO, Pedro. Fala proferida durante o 4º Congresso Nacional do MBL. Em 23/11/2018.

ROCHA, Camila. Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina. In: Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. Sebastião Velasco e Cruz,

André Kaysel, Gustavo Codas (organizadores). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

_____. O jogo sujo da direita: think tanks ultraliberais e a nova direita brasileira. Le Monde Diplomatique Brasil, n. 124 Destaque, 2 nov. 2017.

RODRIGUES, Alberto Tosi. Democracia e mobilização social: participação autônoma e instituições. Políticas na transição brasileira. Universidade Federal do Espírito Santo. Revista Sociologia Política n.12, pp.99-119, 1999.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROSA, Pablo Ornelas. Uma ponte para que futuro? Reflexões sobre a agenda neoliberal do governo de Michel Temer em 2016. In: A crise política brasileira em perspectiva. Paulo Edgard R. Resende e Vitor de Ângelo (orgs). Coleção Debate Social. Vol.3. Florianópolis: Insular: 2016.

ROSA, Pablo Ornelas. AUGUSTO, Acácio. RESENDE, Paulo Edgar da Rocha. Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos sociais. Revista Estudos de Sociologia vol. 21, n.40, 2016

ROSSEAU. Jean-Jacques. Do contrato social: princípios de direito político. Ed. Especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

SALVADOR, Arlete. Novas Mídias. In: MARTINS, José de Souza [et al.] O Brasil no contexto:1987-2017. São Paulo: Contexto, 2017.

SALLUM JR., Brasília. Transição política e crise de Estado. Lua Nova/Cedec, 32: 133–167, 1994.

SAMUELS, David. “A democracia brasileira sob o governo de Lula e do PT.” In: ANGELO, Vitor Amorim de. (ed.). O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

SANTOS, Alexandre. Entrevista concedida à autora dessa dissertação. Em 23/04/2018.

SANTOS, Renan. Fala proferida durante o 4º Congresso Nacional do MBL. Em 23/11/2018.

SARTORI, G. A teoria da democracia revisitada. São Paulo: Ática S.A., 1994. v. 2

SCHIMITT, Rogério. “Os jovens na população brasileira: uma breve análise política.” In: FIGUEIREDO, Rubens (org.). Junho de 2013. A sociedade enfrenta o Estado. São Paulo: Summus, 2014.

SCOTT, Ana. Família. In: MARTINS, José de Souza [et al.] O Brasil no contexto: 1987-2017. São Paulo: Contexto, 2017.

SEGRILLO, A. Do neoliberalismo ao... Tempo, v. 9, n. 18, p. 203–207, jun. 2005.
CARINHATO, P. H. Neoliberalismo, Reforma do Estado.pdf. Aurora, n. Ano II Número III, 2008.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. Novos Estudos CEBRAP, n. 97, p. 23–40, nov. 2013.

SINGER, André. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SORJ, Bernardo. “Entre o local e o global” In: FIGUEIREDO, Rubens (org.). Junho de 2013. A sociedade enfrenta o Estado. São Paulo: Summus, 2014.

SOUZA, Jessé. A Ralé brasileira: quem é e como vive. [s.l.] UFMG, 2009.

_____. A radiografia do golpe: entenda como e porque você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

_____. A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite. Rio de Janeiro. LeYa. 2018

TAROUCO, G. da S.; MADEIRA, R. M. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. Revista de Sociologia e Política, v. 21, n. 45, p. 149–165, mar. 2013.

TARROW, Sidney. O poder em movimento. Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis, RJ: Vozes. 2009.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992, 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. Revista Política & Sociedade. v.13, n.28, 2014.

TEIXEIRA, F. C. Jovens, Indignados e Rebeldes: Uma abordagem comparativa. In: MAYNARD, D. C. S.; MAYNARD, A. S. C. (Eds.). Visões do Mundo Contemporâneo. São Paulo: LP-Booka 2013.

TOGNOZZI, Marcelo S. A força das Redes Sociais. In: FIGUEIREDO, Rubens (org.). Junho de 2013. A sociedade enfrenta o Estado. São Paulo: Summus, 2014.

VIANNA, Luis Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VILLAZON, Julio Córdova. Viejas y nuevas derechas religiosas en América Latina: los evangélicos como factor político. Nueva Sociedad No 254, 11-12/2014.

WEFFORT, F. C. Os clássicos da política 1. São Paulo: Ática, 2006. v. 1

ZIBLATT, D.; LEVITSKY, S. Como morrem as democracias. Tradução: Aguiar Renato. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

SITES

A GAZETA

AGÊNCIA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO

ATLAS NETWORK

CARTA CAPITAL

EL PAIS

ESTADÃO

FACEBOOK

FOLHA DE SÃO PAULO

G1

O GLOBO

RENOVA VINHEDO

REVISTA EXAME

TARIFA ZERO

TED

VIOMUNDO

PORTAL VERMELHO

ATLAS NETWORK

STUDENTS FOR LIBERTY

MONTPELERIN